



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

PEDRO RAFAEL COSTA SILVA

**O APRISIONAMENTO DA RAZÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO
IDORT NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL.**

FORTALEZA – CEARÁ
2024

PEDRO RAFAEL COSTA SILVA

O APRISIONAMENTO DA RAZÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO IDORT
NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.

Orientador: Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos.

FORTALEZA – CEARÁ

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo SidUECE, mediante os dados fornecidos pelo(a)

Costa, Pedro Rafael.

O aprisionamento da razão: uma análise da participação do IDORT no desenvolvimento da educação profissional no Brasil. [recurso eletrônico] / Pedro Rafael Costa. – 2023.

153 f. : il.

Tese (doutorado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Doutorado Acadêmico – Programa de Pós-graduação Em Educação, Fortaleza, 2023.

Orientação: Prof. Dr. Jose Deribaldo Gomes dos Santos.

1. Idort. 2. educação profissional. 3. teoria marxista da dependência.. I. Título.

PEDRO RAFAEL COSTA SILVA

O APRISIONAMENTO DA RAZÃO: UMA ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO DO IDORT
NO DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

Tese apresentada ao Curso de Doutorado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Formação de Professores.

Aprovado em: 19/04/2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos
Universidade Estadual do Ceará –
PPGE/UECE

Valdemarin Coelho Gomes
Universidade Federal do Ceará – PPGE/UFC

Neusa Maria Dal Ri
Universidade Estadual Paulista - FFC/Unesp

Luís Távora Furtado Ribrito
Universidade Federal do Ceará – PPGE/UFC

Maria das Dores Mendes Segundo
Universidade Estadual do Ceará – PPGE/UECE

Ao pequenino Adam, com carinho, ternura
e convicção que os dias vindouros
fortaleçam a luta coletiva pelo socialismo.
Amo-te!

AGRADECIMENTOS

Aos trabalhadores que financiaram estas páginas em parte do tempo que estive no programa de Doutorado em Educação da Universidade Estadual do Ceará – (UECE).

Aos componentes do quadro docente do curso de doutorado em educação da UECE que, de maneira direta e indireta, contribuíram para minha formação durante os últimos anos.

Ao eterno Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO), aonde minha caminhada acadêmica iniciou para além da sala de aula.

Ao Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação, Estética e Sociedade (GPTREES).

Ao meu orientador Dr. José Deribaldo Gomes dos Santos. Conheci poucos homens em minha caminhada à altura de sua reputação, ESSE é um deles!

Aos professores Valdemarin Coelho Gomes, Luis Távora Furtado Ribeiro, Neusa Maria Dal Ri e Maria das Dores Mendes Segundo que gentilmente aceitaram o convite para compor a banca examinadora deste trabalho.

Aos trabalhadores que compõem o quadro administrativo do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE), do Centro de Educação, e em especial à Jonelma por esclarecer informações preciosas que ajudaram centralmente na minha caminhada acadêmica.

Agradeço aos amigos de todas as horas, especialmente à Stephanie Barros Araújo, parceira nos melhores e principalmente nos piores momentos, sem a qual não conseguiria chegar até aqui.

Aos amigos de vida: Dam, Miza, Rômulo, Rodrigo, Roger, Saulo, Paulo, Amisterdam, Mara, Eider, Eduardo, Adriano e Felipe. Vocês sempre são fundamentais.

Aos colegas de curso, em especial à Adriana, Agê, Thyara, Ivo e Scarlett pelas “trocas de ideias”, intercâmbio de conhecimento e de vida.

À UECE, minha primeira casa, lugar que alterou completamente o curso de minha história com a possibilidade de uma formação que modificou meu estágio de consciência e meu olhar sobre o real.

Ao meu filho Adam, que me motivou em cada segundo simplesmente por existir (além de suas gargalhadas!), um cheiro do pai!

Por fim, à minha companheira Fabiola que esteve ao meu lado encarando os desafios e delícias da vida. Chegamos à um termo: vitória! Amo-lhes!

“Quem tem consciência para ter coragem.
Quem tem a força de saber que existe. E no
seio da própria engrenagem. Inventa a contra
mola que resiste.”

(Primavera nos Dentes).

“Sim, todo amor é sagrado. E o fruto do trabalho é mais que sagrado, meu amor!”
(Beto Guedes).

RESUMO

Este configura um texto de tese de doutorado sustentado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (PPGE/UECE), tendo como objeto de estudo o Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (Idort). A pesquisa teve por objetivo apreender a influência que essa organização deteve na formulação ontológica da educação profissional no Brasil na primeira metade do século XX. A este recorte somou-se o recurso às categorias: educação profissional, trajetória intelectual dos componentes do Idort, trabalho, formação sócio-histórica brasileira, economia política da dependência e a formulação do conceito de técnica na sociedade ocidental moderna. O estudo conforma-se em pesquisa qualitativa fundada em um direcionamento metodológico pertencente ao marxismo onto-histórico. Quanto à técnica de pesquisa, esta se dirigiu a estudo bibliográfico baseado em fontes de cunho secundário. Foram considerados os principais estudos realizados sobre o tema, assim como pesquisas destinadas a conteúdos diretamente transversais ao problema de pesquisa. Os dados angariados e investigados denotam que o Idort teve o intuito de formatar força de trabalho para o nascente capital industrial no Brasil. Junto ao apoio estatal do período histórico, obteve penetração na elaboração de diretrizes ontológicas destinadas ao campo educacional. Essa influência foi central no que viria a ser a educação profissional nas décadas seguintes, ou seja, uma modalidade de ensino pautada pelo pragmatismo e fragmentação da consciência, fundada na alienação do trabalho.

Palavras-chave: Idort; educação profissional; teoria marxista da dependência.

ABSTRACT

This constitutes a text for a doctoral thesis supported by the Graduate Program in Education at the State University of Ceará (PPGE/UECE), having as object of study the Institute for Development and Rational Organization of Work - Idort. The research aimed to apprehend the influence that this organization had in the ontological formulation of professional education in Brazil in the first half of the 20th century. In addition to this selection, the following categories were added: professional education, intellectual trajectory of the Idort components, work, Brazilian socio-historical formation, political economy of dependency and the formulation of the concept of technique in modern western society. The study conforms to qualitative research based on a methodological direction belonging to onto-historical Marxism. As far as research techniques are concerned, a bibliographical study based on secondary sources is used. The main studies carried out on the subject were considered, as well as research aimed at content directly transversal to the research problem. The collected and investigated data denote that Idort was intended to format the workforce for the nascent industrial capital in Brazil. Together with the state support of the historical period, it gained penetration in the elaboration of ontological guidelines destined to the educational field. This influence was central to what professional education saw to be in the following decades, that is, a teaching modality guided by pragmatism and fragmentation of consciousness, based on the alienation of work.

Keywords: Idort; professional education; Marxist Dependency Theory.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Logomarca do Idort (sem data) pertencente à coleção IDORT do acervo do arquivo Edgard Leuenroth.....	40
Figura 2 –	Documento relativo ao curso de Relações Humanas no trabalho, organizado pelo IDORT pertencente a coleção IDORT do Acervo Edgard Leuenroth.....	42
Figura 3 –	Síntese da produção de valor no capitalismo industrial.....	125
Gráfico 1 –	Percentual de Trabalhadores Empregados e Desempregados	121
Gráfico 2 –	Quantitativo dos lucros aferidos no Brasil remetidos ao exterior.....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Compressão da renda salarial nos últimos anos por ramos produtivos.....	122
Tabela 2 – Percentual de participação do capital produtivo e improdutivo na economia nacional.....	124
Tabela 3 – Percentual de participação do capital produtivo e improdutivo na economia nacional.....	125
Tabela 4 – Gasto público com o serviço da dívida externa.....	126

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEPAL	Comissão de Estudos para a América Latina
Ciesp	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COC	Composição Orgânica do Capital
EUA	Estados Unidos da América
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
IBESP	Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política
IDORT	Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho
ILAESE	Instituto de Estudos Latino Americanos
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ORT	Organização Racional do Trabalho
POLOP	Política Operária
PT	Partido dos Trabalhadores
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TMD	Teoria Marxista da Dependência
Uece	Universidade Estadual do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
1.1	Metodologia.....	32
1.2	Procedimentos metodológicos.....	36
2	A VANGUARDA INTELLECTUAL IDORTIANA: APRECIÇÕES INICIAIS	39
2.1	O Idort e o desenvolvimento da educação profissional: apontamentos a partir de sua vanguarda intelectual.....	48
3	TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS A CRÍTICA DO CAPITALISMO PERIFÉRICO.....	67
3.1	Fundamentação histórica e teórica da Teoria Marxista da Dependência.....	69
4	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE RELEVÂNCIA.....	96
4.1	A educação profissional como manifestação particular da universalidade capitalista.....	96
4.2	O “ensino” da técnica no capitalismo atrasado brasileiro: o Estado, a indústria e a força de trabalho como elementos imprescindíveis à reprodução capitalista	107
5	LIGAÇÕES ONTOLÓGICAS ESTRUTURAIS E SUPERESTRUTURAIS DO CAPITAL: O IDORT, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO COMO PRINCÍPIOS ORGANIZADORES DA EXPLORAÇÃO “MODERNA” NO BRASIL.....	113
5.1	O Idort e sua relação com os paradigmas produtivos existentes.....	114
5.2	A atualidade do debate idortiano: elementos estruturantes.....	120
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM INTENSO CAMINHO DE VOLTA!.....	140
	REFERÊNCIAS.....	150

1 INTRODUÇÃO

“Gosto é estudo”.
(Ed Motta).

A presente tese possui como principal intento a análise do Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (Idort) e sua relação com o complexo da educação no Brasil, tendo a economia política marxista como construto teórico norteador, especialmente a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Optamos, como recorte desta pesquisa, por investigar os elementos conexos entre o Idort e a maturação da educação profissional no Brasil, tendo o desenvolvimento histórico dependente do Brasil como centro argumentativo. A escolha desse objeto de estudo se dá por razões de diversos âmbitos conjunturais. Em nossa avaliação ressaltamos: os impactos das ações da burguesia industrial paulistana na primeira metade do século XX na sociedade brasileira; a fluência e a força da luta de classes em meio a uma mudança substantiva na composição do território urbano e rural nos anos 1930-1950; as consequentes estratificações classistas derivadas da recomposição da dinâmica da luta de classes com a nascente burguesia industrial – e seus diversos projetos de poder –, a burguesia agroexportadora – com sua incessante luta pela preservação de privilégios – e a classe trabalhadora – com a sua histórica luta contra a exploração burguesa. Esses elementos desaguaram no reposicionamento do Estado brasileiro enquanto instituição concatenadora dos diversos interesses classistas.

É assim que este estudo se esforça para apreender os determinantes históricos constituintes de uma das manifestações mais significativas do industrialismo paulistano durante a primeira metade do século XX no Brasil: o Idort. Em nossa leitura, tal organização possuía uma estrutura organizativa e conteudista que já apontava meandros que desaguaram na maturação de uma modalidade educacional que ganhou bastante destaque no Brasil durante o decorrer do século XX: a educação profissional.

É importante destacar que essa “célula burguesa” de divulgação do ideário empresarial brasileiro promoveu uma ampla articulação de propostas positivistas que foram muito influentes na formação da classe trabalhadora – no que corresponde a diretrizes formais voltadas ao campo educacional, comportamental e

dos processos de trabalho – nos nascentes centros urbanos do país a partir dos anos 1930. Especialmente amparado na circulação de conceitos e propostas soerguidas por um novo padrão de organização do trabalho baseado nas experiências desenvolvidas no decorrer do século XIX nos principais redutos industriais (países com industrialização precoce), esse coletivo ajudou a importar princípios do chamado “taylorismo à realidade brasileira” (Batista, 2015).

O Idort foi fundamental na divulgação de padrões racionalistas de organização da sociedade para a qual a produtividade de mercadorias era o norte; uma proposta de capitalismo adequada à expansão e complexificação de uma conexão mais sofisticada entre o homem e a máquina, onde as contradições e conflitos de classe fossem vistos como anomias a serem superadas na construção de uma sociedade efetivamente harmoniosa composta por classes sociais que não fossem apreendidas como antagônicas.

Especialmente quando nos reportarmos à origem de seus componentes, veremos que o Idort conseguiu ultrapassar as estratificações que o conhecimento e a ciência adquiriram no século XX aglutinando intelectuais do campo educacional, engenheiros, economistas, psicólogos, entre outros. Para organizar tamanha diversidade de componentes, foram criadas “divisões” para que cada membro pudesse aplicar seus conhecimentos com maior liberdade e efetividade arregimentando outros integrantes que pudessem compor suas “células” de atuação – mais à frente trataremos desse tema detidamente.

Um outro ponto pertinente para sinalizarmos a importância de nossa pesquisa deve-se ao fato de o Idort ter atravessado um intenso período de instabilidade governamental no Brasil. Se pensarmos que o recorte temporal referente ao intervalo de 1930-1950 faz referência a eventos reveladores do intenso conflito classista no país, poderíamos sinalizar a Revolução de 1930, a “Guerra Paulista” de 1932, o Estado Novo de 1937, o Governo Dutra de 1945, o retorno de Vargas em 1950. Esses são registros do embate entre setores elitistas que optavam por diretrizes progressistas ou conservadoras, ou mesmo o sincretismo de ambas, de ação estatal em âmbito nacional. E o Idort, além de posição de protagonismo, conseguiu manter conexão com essas gestões em maior ou menor intensidade, um feito relevante para a história nacional e que revela uma característica classista de composição do instituto no que tange a sua orientação política.

Aliado a isso, importa-nos aferir de maneira introdutória que as mudanças necessárias aos processos de renovação da estrutura produtiva caras ao capitalismo também ocasionaram processos políticos revolucionários nos territórios onde este buscou bases para a sua sedimentação. No caso do Brasil, uma economia eminentemente agroexportadora, com uma agricultura de baixíssima produtividade, sustentada por técnicas rudimentares de manejo da terra, com um perímetro rural extenso, voltar-se-á para um paradigma antônimo, ou seja, para um intenso e desorganizado processo de urbanização com aglomerados populacionais tensionado pela formação de grandes bolsões de miséria, pela criação de fábricas com maquinário industrial obsoleto aos países centrais, entre outros. Esse conjunto de fatores intensificaria o conflito entre as classes no país.

Neste ponto, sinalizamos que o objeto de pesquisa em pauta engloba um contexto específico que buscaremos apresentar em âmbito introdutório nesse primeiro ensejo. Primeiramente em traço global e posteriormente em recorte restrito, especificamente direcionado ao Brasil.

Quanto às questões mais abrangentes, temos que considerar o complexo da educação enquanto criação pertencente ao gênero humano. Tendo sido desenvolvida ao longo dos tempos sobre contradições de variadas naturezas e realidades históricas, por sua vez partícipes de determinações complexas deram vazão a diversas questões. Para apreender esse movimento em sua totalidade, vários intelectuais desenvolveram estudos de longa duração que ocuparam grande parte de suas vidas. Na quadra histórica em que o lucro privado se estabeleceu como dominante e as produções coletivas e individuais humanas (o pilar desse lucro por determinação ontológica), subsumiu-se gradativamente a essa lógica. A Revolução Francesa e a Revolução Industrial são eventos inquestionavelmente decisivos para a materialização do ideário burguês (Hobsbawm, 2008).

O pensamento científico não se isolou desses acontecimentos e a ação investigativa foi imbuída por um otimismo característico de grandes e intensas mudanças históricas ocasionadas pelo desenvolvimento dos meios de produção durante o século XIX. Por sua vez, essas mudanças colidiram diretamente com todas as propostas que analisavam a maturação da sociedade baseada no princípio da escassez de recursos, como a de Thomas Malthus, para justificar a ampliação da miséria e responsabilizar o indivíduo por sua condição.

Sobre isso é fundamental pensarmos nas revoluções burguesas. Elas reorganizaram toda a estrutura governamental, comportamental, territorial e também educacional disposta no globo. Dentro desse amálgama de eventos, os complexos fundados pelo trabalho refinaram, fundiram, adquiriram importância maior ou menor dentro da dinâmica de classes e da promoção do mundo das mercadorias. Nesse contexto, podemos reafirmar o processo de sedimentação da ciência moderna ao modular o campo do pensamento sistêmico, sendo essa uma questão angular.

No decorrer do século XIX, especialmente no “velho mundo”, onde o ócio já possuía uma tradicional estrutura espacial e organizacional direcionada ao desenvolvimento de atividades específicas, foi latente a criação de propostas científicas que buscaram equacionar problemas societários essenciais. Sendo assim, afirmamos, de partida, que o complexo da educação está associado a uma totalidade cujas determinações materiais a impulsionam e deram a energia propulsora capaz de conduzir esse complexo a conformações inéditas que vão além de repor as mesmas características anteriores motivando novas atividades investigativas.

Mesmo que em sua maioria seja preservada a lógica de manutenção do “estado atual das coisas”, o desenvolvimento científico prestou contribuições que influenciaram fortemente o avanço das relações sociais – de trabalho – no século XX. O positivismo é um exemplo factual disso. Sua penetração nos mais diversos campos da vida social foi agressiva e se adequou muito bem aos interesses da burguesia concorrencial e posteriormente monopólica (Sodré, 2019). Esse movimento é substancial para a apreensão do nosso objeto de pesquisa, pois ele motivou a construção histórica de mentalidades voltadas para a leitura “gerencial” da realidade laborativa da população brasileira tendo esta como agente fundador da riqueza socialmente produzida e expropriada pelos industriais.

Dito isso, outro processo relevante a ser incitado nessa introdução faz referência à maneira hegemônica como a ciência seria tomada pela elite industrialista. Referimo-nos aqui ao cientificismo enquanto leitura do real e afirmamos, preliminarmente, que este buscou impetrar uma maneira de pensar a sociedade como um organismo unívoco e amorfo onde as contradições fossem vistas como anomalias. Esse padrão de organização do pensamento, associado a um contexto de busca pelo desenvolvimento econômico capitalista, ou seja, baseado

na exploração do homem pelo homem, condicionou um grande acúmulo de riqueza privada e a expansão dos tentáculos burgueses aos mais variados campos da vida social. Aqui entra um debate que abordaremos no decorrer do presente trabalho, sendo ele: a formação humana em contraposição à educação profissional, essa última vista como combustível para a reprodução ampliada do capital.

Numa perspectiva ontológica, sabemos que o ser social desenvolve sua capacidade intelectual à medida em que se apropria das objetivações instrumentalizadas pelas gerações anteriores a fim de apreender as determinações genéricas que o tornam humano e de confrontar causalidades apresentadas à totalidade dessas mesmas determinações (Lukács, 2018). As mediações históricas que compõem esse fato são variadas no decorrer da trajetória da humanidade, mas, detendo-nos à quadra histórica do capital, podemos inferir que seus componentes se constituem parcialmente de mecanismos criados previamente por classes sociais específicas (dominantes) que buscam assumir o papel de dirigentes no que corresponde ao direcionamento dado aos conflitos classistas efetivados.

Por sua vez, essas ações tentam estimular respostas pragmáticas e utilitaristas na maior parte da população que, nesse sentido, é alimentar a reprodução do próprio sistema a partir de energia viva, da força de trabalho – que apenas os trabalhadores possuem como única possibilidade de realização efetiva do gênero humano. Dada a necessidade de o capitalismo estar em constante expansão (reprodução ampliada do capital) e também sobre constantes crises de superprodução, diversos mecanismos de exploração necessitam ser aprimorados para efetivar esse intento (Marx, 2013). A educação, nesse contexto, passa a ser um campo de disputa para a fetichização dessa diretiva.

Assim, a escola – que não é uma criação da sociedade capitalista, no entanto, é apropriada por esta na modernidade – é pensada, especialmente, a partir da sedimentação da sociedade industrial como espaço de instrumentação para o mundo das mercadorias – a concepção moderna dos Liceus é exemplo disso –, não materializando, portanto, a apropriação dos determinantes históricos de constituição do gênero humano. É nesse sentido que, segundo Santos (2017), uma cisão entre modalidades educacionais se intensifica, sendo elas a propedêutica e a profissionalizante. Mais à frente nos aprofundaremos nessa base argumentativa.

Posto esses elementos, vamos a sua síntese. O capitalismo necessita de uma base de sustentação composta por elementos muitas vezes alheios a sua lógica. Um exemplo claro disso está localizado nos séculos XVII e XVIII onde o acúmulo de riqueza gerado pelo trabalho escravo foi fundamental ao proporcionar os recursos para os processos revolucionários burgueses (Sodré, 2019). Outra questão é que, para estender constantemente sua capacidade de exploração da força de trabalho, ao capitalismo impõe-se revolucionar constantemente suas bases produtivas.

Aqui, importa-nos sinalizar que nem sempre os componentes desses processos revolucionários são inéditos à humanidade, em muitos casos são atualizações ou combinações adequadas ao contexto histórico de um momento determinado, como os neomalthusianos na contemporaneidade, a exemplo disso. Do ponto de vista territorial, o capitalismo necessita ser totalizador – atravessar fronteiras e anexar novos territórios os subjugando as suas vontades. Isso faz com que diversos países do globo adquiram importância distintiva para a sua existência em épocas específicas.

A questão acima colocada é da maior importância para a compreensão de como enxergamos o nosso problema de pesquisa. Vejamos: em 1930, o mundo havia passado por uma Guerra Mundial (1914-1918) de proporções catastróficas que deixou evidente a disputa imperialista por territórios dentro da era monopólica do capital. A imensa queima de força produtiva realinou potências, redistribuiu ramos produtivos e recolou sua ordem de importância para a economia mundial.

Nesse contexto, alinhado, por exemplo, à produção de automóveis, emergem novas potências econômicas, como os Estados Unidos da América – EUA (Baran, Sweezy; 1974). Ocorre que no fim da década de 1920, o capitalismo enfrentará mais uma de suas crises, o que irá acirrar as suas contradições criando novos perímetros territoriais miseráveis ocasionando tenras tensões imperialistas pelo domínio de mercados. É nesse contexto que a burguesia brasileira irá sofrer forte penetração do ideário estadunidense.

Em síntese, pelos países de industrialização precoce esgotarem também precocemente as possibilidades de expansão de seus mercados internos, esta teve como tarefa emergencial disputar mercados no âmbito externo. Nesse sentido, foi um movimento previsível essa buscar mercados e, partindo do princípio de que o

Brasil possuía características naturais de destaque dentre as nações latino-americanas, assim com uma elite com fortes acentos desnacionalizadores, o país se constituiria em presa, do ponto de vista genérico, fácil as ambições do “Tio Sam”. Por fim, importa-nos dizer que o Idort teve sua função social historicamente efetivada aqui, pois uma das linhas de ação dessa penetração se deu pela “exportação” de experiências relativas à organização do trabalho objetivadas nas economias industriais centrais.

Sendo assim, diversas propostas, em especial as direcionadas para o domínio da relação entre humanos e máquinas, ganharam vazão no decorrer do século XIX. Nomes como o de Frederick Winslow Taylor, que em 1911 publicou a influente obra “Princípios de Administração Científica”, levaram o cientificismo do século XIX ao seu ápice no que corresponde a uma leitura utilitarista do trabalho humano. Nesse âmbito, o intelectual esclarece que o objetivo de sua proposta seria garantir

[...] o máximo de prosperidade ao patrão, e ao mesmo tempo, o máximo de prosperidade ao empregado. A expressão máximo de prosperidade é usada em sentido amplo, compreendendo não só grandes dividendos para a companhia ou empregador, como também desenvolvimento, no mais alto grau de todos os ramos do negócio, a fim de que a prosperidade seja permanente (Taylor, 1990, p. 24).

É inegável que essa leitura passiva e complacente da dinâmica de classes não considerava nenhum antagonismo social. Ao contrário, nessa proposta está claro que não existem divergências de interesses entre os membros de classes distintas, mas, sim, identidade entre ambos. Em seu texto, Taylor (1990) assegura tal percepção na passagem:

A maioria desses homens crê que os interesses fundamentais dos empregadores e empregados sejam necessariamente antagônicos. Ao contrário, **a administração científica tem por seus fundamentos, a certeza de que os verdadeiros interesses de ambos são um único e mesmo: de que a prosperidade do empregador não pode existir, por muitos anos, se não for acompanhada da prosperidade do empregado, e vice-versa**, e de que é preciso dar ao trabalhador o que ele mais deseja – altos salários – e ao empregador o que ele realmente almeja – baixo custo de produção (p. 25, grifo nosso).

Está feita a conexão entre o taylorismo e o Idort em sua essência. Uma fração de classe necessita angariar fundos para amparar sua existência – e os industriais brasileiros do início dos anos 1930 necessitavam disso com urgência –, dentro disso, ela requer justificar um conjunto de ideias que revele suas

intencionalidades, sejam elas adjetivas ou substantivas. A questão é que existem alguns pontos a serem considerados a partir dos apontamentos do estudioso engenheiro de formação Frederick W. Taylor para esclarecermos nossa percepção sobre sua base argumentativa.

O primeiro ponto é que há de se levar em conta que o mercado capitalista é composto por proprietários privados, individuais ou coletivos, que vão ao mercado competir entre si. Esse movimento enseja outro, pois nessa competição lucra mais o proprietário dos meios de produção que produz mais mercadorias por custos menores, alcançando um preço final menor ao final do processo produtivo. Ocorre que, para objetivar tal intento, ele necessita rebaixar os salários de seus empregados para ampliar a margem de capital que será reinvestida na modernização de seu maquinário com vistas à ampliação da sua produtividade.

Se observarmos esse movimento, especialmente a partir do final do século XIX, veremos que ele ensejou o surgimento de diversos monopólios. Ocorre que os monopólios são objetivados primeiramente por ramos produtivos, posteriormente são generalizados criando conglomerados capitalistas muito poderosos econômica e politicamente (Baran; Suezzy, 1974). Podemos afirmar que essa lei se sustenta até a contemporaneidade. Basta pensarmos em empresas do setor de biotecnologia e agricultura como a Companhia Monsanto. Essa reflexão tem por objetivo, por meio de uma análise um pouco mais atenta, falsear o argumento taylorista de apoio mútuo entre as classes burguesa e trabalhadora com vistas ao bem comum de ambas. Esse movimento, por princípio, já impediria a reprodução do capital colapsando-o, pois desestimularia o capitalista a ir ao mercado competir pelo seu bem maior: o lucro!

Acontece que as elites burguesas – dada a fragilidade do sistema produtivo que buscam sustentar, demonstrado nas linhas anteriores – necessitam atuar em outras “frentes” para impedir que o sistema capitalista entre em convulsão social pelo agravamento de suas contradições. Assim, colocamos uma questão central em nosso trabalho, sendo essa: como a elite intelectual pertencente à burguesia industrial paulistana incorporou os pressupostos tayloristas as suas necessidades objetivas (sendo uma delas a industrialização ocorrida nos anos 1930)?

Dentro dos elementos expostos até aqui, podemos deduzir que a maioria dos processos produtivos industriais necessitam da relação contínua entre trabalho vivo (força de trabalho) e trabalho morto (maquinário industrial) sendo a formação do primeiro vetor um desafio aos capitalistas, visto que o aprofundamento das contradições capitalistas se desenvolve ao passo em que os processos de exploração da força de trabalho se ampliam gerando conflitos pela hegemonia de ambas as classes. Esse objetivo será aprofundado no decorrer do trabalho e se faz necessário pelo fato do Idort ter recorrido com intensidade a esse paradigma de organização do trabalho – e por que não dizer da sociedade? – para amparar suas ações de planejamento e intervenção em várias vias de reprodução social do corpo social brasileiro.

Nesse contexto também já podemos antecipar a presença de uma perspectiva conservadora e policialesca da elite estadunidense, berço do taylorismo, e brasileira sobre os trabalhadores como mecanismo conectivo. Muito embora os dois grupos sociais – a burguesia estadunidense e a brasileira – viessem de processos históricos distintos temporal e espacialmente, ambos se encontravam no momento de reproduzir imagens opressoras à classe trabalhadora. Nesse ponto é nítida a presença do argumento positivista do progresso industrial como fator de bem-estar a todos os seres humanos, pois esses contribuem para o barateamento das mercadorias:

O barateamento de artigos de uso comum quase imediatamente é seguido de sua maior procura. Por exemplo, o caso dos sapatos. O uso de máquinas para executar tarefas que eram executadas pelas mãos deu como resultado a confecção de sapatos por uma fração do antigo preço de custo e de venda tão razoável que todos os homens, mulheres e crianças das classes operárias compram um ou dois pares de sapatos por ano e andam sempre calçados, enquanto antigamente o operário adquiria, talvez, um par de sapatos a cada cinco anos e permanecia a maior parte do tempo descalço, usando sapatos apenas como objeto de luxo ou em caso de grande necessidade (Taylor, 1990, p. 28-29).

Uma inversão grotesca catapultada pelo taylorismo e replicada pelo Idort foi que o desenvolvimento do complexo da ciência teria que estar ligado ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Veremos que isso era intencional e defendia interesses particulares, pois a ciência possui uma legalidade que independe de um regime de produção específica (Huberman, 1986). Além disso, outro princípio incorporado pelo Idort, advindo das recomendações de Frederick Taylor, foi a interferência em questões de foro íntimo localizadas no seio da classe

trabalhadora sobre a justificativa moralista de conduzir essa mesma classe a um grau superior de virtude e de desempenho de atividades laborativas. Por sua vez, materializada através de resultados demonstrados no ambiente de trabalho. Essa intenção está explícita no que Taylor (1990) denominou de eliminação dos momentos de “cera”:

[...] eliminação da cera, e das várias causas de trabalho retardado, desceria tanto o custo da produção que ampliaria o [...] nosso mercado interno e externo, de modo que poderíamos competir com nossos rivais. Remover-se-ia das principais causas de nossas dificuldades sociais, por falta de emprego e por pobreza; teríamos também uma ação mais permanente decisiva sobre esses infortúnios do que os remédios usados, até agora, para combatê-los. Assegurar-se-iam salários mais elevados, menos horas de serviço diário e melhores condições possíveis de trabalho e habitação (p. 27).

Esse olhar discriminatório sobre a classe trabalhadora foi intensamente assimilado e replicado pelo Idort durante as décadas de 1930 e 1950 (como veremos no decorrer do trabalho). Toda a vida do trabalhador poderia ser objeto de administração do capitalista que, por sua vez, utilizaria o Estado como veículo para normatizar regras que ampliassem essa interferência. Estabelecer a crítica a como isso se processou no campo educacional no Brasil é um dos objetivos deste trabalho e da escolha do Idort como objeto historiográfico de estudo, pois na educação se concentrava uma das principais linhas de intervenção do instituto. Isso se deu por uma questão óbvia (até certo ponto): a execução de tarefas elaboradas exige um grau de instrução também elaborado. Mas como o taylorismo equacionava essa necessidade “freando” a apropriação dos trabalhadores dos fundamentos históricos de sua existência enquanto classe? A resposta está na fragmentação do conhecimento. Poderíamos dizer que no chão da fábrica já surge a justificativa para a divisão do conhecimento entre os trabalhadores criando frações entre os proletários menos e mais aptos ao desenvolvimento de cada atividade. A indústria de padrão taylorista aceita e reforça a divisão de tarefas no trabalho fabril oxigenando-as:

[...] em quase todas as artes mecânicas, a ciência que estuda a ação dos trabalhadores é tão vasta e complicada que o operário, ainda mais competente, é incapaz de compreender esta ciência sem a orientação e auxílio de colaboradores e chefes, **quer por falta de instrução, quer por capacidade mental insuficiente** (Taylor, 1990, p. 27, grifo nosso).

Aqui já está naturalizada a leitura fragmentada das implicações da

sociedade industrial capitalista ao desenvolvimento do intelecto dos trabalhadores, pois simplesmente aceitam-se as “inaptidões” de cada trabalhador apenas o realocando de maneira mais rápida a funções específicas, de forma que gerem a riqueza que será apropriada pelo capitalista em um nível mais aprofundado de alienação.

Quando nos reportamos aos fatores conjunturais da época na qual o Idort assimilou o taylorismo à realidade brasileira, na década de 1930, observamos parcialmente o desafio que era para o instituto aplicar esses princípios a um país periférico com a maior parte da população concentrada no meio rural e com baixíssimos índices de escolaridade. Senão, vejamos, para o próprio Taylor (1990), o domínio da escrita era algo fundamental para o sucesso do que ele denominou de “Administração científica do trabalho”, pois a execução das tarefas laborais implicava um rígido controle hierárquico:

O trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência e cada homem recebe, na maioria dos casos, **instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la**. E o trabalho planejado, adiantadamente, constitui, desse modo, tarefa que precisa ser desempenhada, como explicamos acima, não somente pelo operário, mas também, em quase todos os casos, pelo esforço conjunto do operário e da direção. Na tarefa é especificado o que deve ser feito e também como fazê-lo, além do tempo exato concebido para a execução. E, quando o trabalhador consegue a tarefa determinada, dentro do tempo limite especificado, **recebe ele o aumento de 30% a 100% do seu salário habitual** (Taylor, 1990, p. 42, grifo nosso).

Existem várias incongruências e particularidades na adaptação do taylorismo à “moda brasileira”, podemos sinalizar algumas questões. A primeira é que, até a década de 1930, a educação não havia sido tratada pelo Estado como uma política fundamental ao desenvolvimento do capitalismo. Isso é provado quando essa pasta passou a dividir a atenção com outra matéria importante: a saúde. Mesmo que paulatinamente surjam iniciativas como a criação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em 1931, que ampliava a gerência do Estado sobre o essa problemática (Cunha, 2000), ainda era abissal a distância entre o capitalismo industrial dos EUA e o capitalismo agroexportador brasileiro no que corresponde ao suporte estatal manifestado através do alcance de políticas públicas efetivas.

Veremos que essas iniciativas junto a determinações proporcionadas por organizações como o Idort irão oxigenar a criação e o surgimento de uma realidade

urbana e industrial, no entanto, muito longe de se adequar ao que o taylorismo de “tipo puro” advogava. Desse percurso temos que tirar uma derivação muito importante como elemento de partida em nossa crítica. O taylorismo inserido no contexto brasileiro é muito distinto do aplicado em seu nascituro. Quando formos nos aprofundar acerca da realidade latino-americana através da TMD, esmiuçaremos esse problema.

Nesse sentido, a escola enquanto instituição partícipe do processo de desenvolvimento capitalista sofrerá mudanças significativas com o conjunto de alterações estruturantes na base do sistema de produção brasileiro. A exigência da criação de um trabalhador modulado a relações sociais de produção compatíveis com o processo industrial exigirá uma alteração de seus padrões formativos. Isso passará por uma clivagem de classe clara onde surgirá o momento oportuno para ascensão de uma especificidade da educação: a educação profissional (Santos, 2017). Essa diretiva escamoteia o princípio ontológico fundante do complexo educativo por recolher a categoria “prismática” das relações sociais: o trabalho em uma perspectiva fetichizada.

O trabalho enquanto relação do homem com a natureza não é visto como uma relação teleologicamente orientada entre o homem e o meio circundante na qual a produção do real reproduz constantemente esse mesmo real de maneira renovada. Sendo assim, a constituição omnilateral do ser é abandonada, pois as experiências históricas objetivadas pela humanidade são divulgadas através de espaços que fragmentam o conhecimento.

A derivação disso é que a principal relação social, a propulsora de outras ações que compõe a constituição humana é coisificada. O trabalho é instrumentalizado como veículo de acumulação do lucro privado. O ponto é que o trabalhador assimila essa argumentação sem considerar que seu salário representa em maior parte os recursos a sua subsistência imediata através do consumo de bens de salário (roupas, alimentação, moradia, saúde, educação, lazer, entre outros) de maneira precária e subserviente. Mas para o capitalista o seu “trabalho” – a exploração do trabalho de outro homem – corresponde à riqueza renovada que esse esforço sempre trará, com a criação constante de riqueza renovada que será reinvestida retroalimentando esse ciclo. É nesse sentido que Lukács (2018) ponderava que o complexo econômico é que constitui os homens para que

continuem enquanto produtores, ou seja, é pela relação que esses estabelecem com os meios de produção que sua constituição histórica adquire substância efetiva.

Visto que no capitalismo os meios de produção são privados, é também justificativa do esforço de pesquisa estudar as iniciativas promovidas pela burguesia nacional (possuidora desses meios). Em nossa percepção, o Idort está entre as suas principais realizações. Roberto Mange, engenheiro de formação, Roberto Simonsen, Armando de Sales Oliveira constituíram planos de trabalho no interior do Idort responsáveis diretamente pela formação de um projeto estatal de formação da classe trabalhadora direcionado ao pragmatismo e à predileção da educação profissional como uma de suas ferramentas de efetivação.

Dentro desse debate também recorreremos a um programa de estudos marginalizado na academia brasileira, no entanto, a nosso juízo, fundamental para pavimentar o chão histórico sobre o qual nosso problema de pesquisa se movimenta. Referimo-nos aqui à Teoria Marxista da Dependência (TMD). Nesse caso, a um grupo específico composto nuclearmente por Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini. Apoiados em produções críticas e criativas de Alberto Guerreiro Ramos, Raul Prebisch, Caio Prado Jr. e Mariátegui, a TMD foi um ponto de virada a transposição simplória de conceitos e de categorias derivadas de outros locais do globo aplicadas à assimilação crítica da realidade brasileira.

Essa proposta de estudos se transformou ao longo dos anos em um dos principais esforços intelectuais coletivos da esquerda latino-americana destinada à compreensão das particularidades constituintes das relações sociais presentes em nosso território. A articulação feita por esses estudiosos ao arcabouço intelectual marxista, além de fortalecer o rigor necessário a estudos com vinculação materialista histórico-dialética no Brasil, pavimentou um avanço substantivo em constatações derivadas do aprofundamento do capitalismo periférico. Especialmente quando formos analisar o desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira, objeto de intervenção central do Idort, veremos o trato que a TMD deu, por exemplo, ao custo da força de trabalho no Brasil, além de como isso se efetivou através da vinculação de ideias estrangeiras (taylorismo) e da ascensão de uma proposta de industrialização conduzida por uma burguesia desnacionalizada e sem um projeto de desenvolvimento do mercado de consumo interno.

Muito embora o Idort tenha em seu ceio a defesa de um projeto autônomo

de desenvolvimento industrial, constatação essa que fica evidente pela trajetória política e intelectual de seus principais articuladores, a exemplo de Roberto Simonsen (Batista, 2015), o próprio comportamento do capital brasileiro contradizia esse esforço. Evadir divisas dos países centrais para as nações periféricas gerava uma dependência explícita. Assim, quando o capital financeiro estadunidense inicia uma relação sólida de penetração constante no desenvolvimento capitalista brasileiro em 1922, conduz-se a um processo deletério no que corresponde a formação da classe trabalhadora sobre a qual os mecanismos de alienação ampliar-se-ão (Santos, 2015).

Podemos constatar que não foram só recursos financeiros que adentraram no Brasil para interferir no comportamento da receita interna, o que viria a desaguar em uma discussão sobre o papel do serviço da dívida externa no direcionamento dos gastos estatais, mas também ideias de organização social que, no caso do Idort, dirigiam-se diretamente ao campo estatal. Veremos no decorrer do texto que esse movimento se chocava com limitações estruturais explícitas. Por exemplo, as futuras crises decorrentes do aumento da Composição Orgânica do Capital – COC (Marx, 2013), por sua vez irrefreável em todo processo de industrialização e que colocava em xeque os supostos benefícios do uso intensivo de maquinário no processo produtivo, o que geraria o desenvolvimento industrial nacional necessário, a substituição de importações.

Para tanto, advertiremos que a penetração econômica do capitalismo central no Brasil acarretará em uma cooperação antagônica. Sendo assim, as contradições envoltas no movimento de monetarização das relações sociais do país corresponderão não só à ampliação de sua capacidade produtiva, mas também a um outro posicionamento no desenho da dinâmica global do capitalismo, pois, a partir de então, o país tinha importância central na expansão do imperialismo estadunidense, no aumento de suas receitas, gerando dividendos através da intervenção indireta e algumas vezes direta nos países latino-americanos vizinhos. Marini (2012) denominou esse movimento de “subimperialismo”, categoria central ao desenvolvimento de nossa argumentação no decorrer do presente trabalho. Outra questão é que o investimento externo sempre implicará na desnacionalização da economia, mas em âmbito mais elaborado na perda de autonomia intelectual e científica também.

No decorrer da história nacional, durante o intervalo de 1930-1950, o que houve com a fundação das universidades foi a inserção paulatinamente maior do ideário burguês industrial que via no progresso dos meios de produção o alimento para uma sociedade igualitária. Esses são aspectos do mesmo processo econômico enquanto totalidade. Daí advém a limitação estrutural da proposta Idortiana, a expansão de multinacionais já em um contexto monopolizado de disputa por mercados não corresponderia ao enriquecimento interno da sociedade brasileira, pois as multinacionais estavam direcionadas ao mercado externo sem se preocupar com investimentos intensivos na economia local.

Não podemos deixar de assinalar que em períodos pontuais, como o segundo Governo Vargas (1951-1954), houve momentos em que a economia nacional se expandiu de maneira mais acelerada que sua expropriação pelos monopólios. No entanto, mesmo que houvesse lampejos econômicos e intelectuais oxigenados pela proposta industrialista materializada no âmbito econômico pela Petrobras, Eletrobras, Vale do Rio Doce e, no âmbito intelectual, pelo Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e o Instituto de Estudos Superiores Brasileiro (ISEB), também no desenvolvimento crítico de teorias clássicas, como vantagens comparativas que criativamente desaguarão em proposições críticas, como a troca entre desiguais, todos eles frequentemente ganharam caráter espasmódico perdendo força com a passagem do tempo e com o avanço do conservadorismo.

Sendo assim, podemos afirmar que os grupos intelectuais progressistas nunca conseguiram terreno fértil para semear suas propostas de maneira efetiva, sempre tiveram que dialogar com o seu oposto, sendo eles os setores conservadores, oportunistas e fisiologistas da política nacional. Não conseguiram deter, por exemplo, a campanha desnacionalizada pelo impeachment de Vargas (Santos, 2015). No fim, antecipamos parcialmente uma das conclusões de nosso trabalho em âmbito introdutório. As altas taxas de juros são instrumento central para a manutenção do capitalismo dependente brasileiro, elas tornam atrativos os investimentos estrangeiros na medida em que impedem o consumo da classe trabalhadora. Não existe melhoria nas condições de vida do trabalhador brasileiro pela própria natureza predatória de expansão do capitalismo dependente que dispensa essa participação do consumo interno como elemento propulsor de seu

desenvolvimento. Essa contradição estrutural não será solucionada no âmbito educacional, ela é ontologicamente anterior a esse complexo.

É aqui que iremos ao ponto central da contribuição da TMD ao nosso trabalho, o Idort arbitrava o aumento exponencial da riqueza nacional pela expansão de padrões de produtividade. Dentro dessa proposta, a industrialização era condição fundante ao seu sucesso. Ocorre que existe um elemento central fundado pelo movimento de produção de mais-valia dentro da era monopólica do capital que recoloca Marx (2013) como chave analítica de crítica a economia política capitalista dentro dessa proposta expansionista.

Introdutoriamente consideramos três formas de exploração do trabalho. A primeira é fundada na expansão da intensidade do trabalho; a segunda maneira é direcionada ao aumento da jornada de trabalho do trabalhador; a terceira é calcada na tomada de parte do salário necessário a manutenção das condições de vida do trabalhador. O ponto é que nos países dependentes, como o caso brasileiro, onde o capital estrangeiro adentra depositando recursos já em perspectiva imperialista, esse movimento se processa pela combinação dos três tipos de mais-valia acima citados.

Sendo assim, o aumento da produção de mais-valia relativa não corresponde a diminuição da produção de mais-valia absoluta. Nesse sentido, mesmo com a ampliação do parque industrial com maquinário moderno, ciência aplicada ao desenvolvimento de processos de trabalho eficientes, não haverá melhorias efetivas na qualidade de vida do trabalhador brasileiro como ocorreu nos países centrais, pois a exploração desse trabalhador brasileiro representa em âmbito global, em essência, o sustentáculo dos padrões de vida do trabalhador pertencente às economias centrais. Numa palavra, é a superexploração do trabalhador brasileiro que permite a exploração do trabalhador inglês. Aprofundaremos essa base argumentativa no decorrer do trabalho em momento oportuno.

Importa-nos sinalizar a essência dialética desse movimento até aqui: o desenvolvimento dos países centrais corresponde ao subdesenvolvimento dos países dependentes, esse é uma realidade objetiva absolutamente fundamental para compreender sobre quais equívocos históricos o Idort se movimentou. Muitos de seus intelectuais tinham conhecimento de parte da realidade nacional, mesmo que de maneira precária pela conjuntura do início do século XX (arquivos precários,

estrutura administrativa estatal desorganizada, entre outros). Mas, de maneira geral, alguns aspectos, como a concentração de terra, sempre se sobressaíram na historiografia brasileira sinalizando para esses intelectuais progressistas os entraves que a permanência de estruturas coloniais representava ao desenvolvimento do capitalismo brasileiro.

Dessa maneira, afirmamos que o Idort foi um instrumento que, embora formulado para obedecer a ditames clássicos do capitalismo central no que corresponde a sua composição ontológica, ou seja, unir-se a uma tradição constitutiva alinhada ao aumento das taxas de mais-valia relativa (experiência promovida nos países centrais), nunca encontrou correspondência no desenvolvimento das forças produtivas nacionais, sempre vinculadas ao conservadorismo de origem colonialista. Assim como elemento derivado, temos que o trabalhador brasileiro em nenhum momento histórico – entre os anos 1930 e 1950 – conviveu com menores níveis de exploração decorrentes da expansão do parque industrial. Ao contrário, no Brasil desse período, a mais-valia relativa se combinou com a mais-valia absoluta formulando um tipo específico de mercado capitalista (muito útil para as economias centrais), aliados a isso os mecanismos de transferência de valor para as economias centrais que se fortaleciam e ampliavam a agressividade de suas diretivas imperialistas ao mercado interno.

Em nossa leitura, como será demonstrado no decorrer do trabalho, a educação e a escola não podem ser tomadas como um fim em si mesmas, apartadas da conjuntura histórica que as sustentam. Sendo assim, a educação profissional é uma necessidade colocada pelo desenvolvimento do capitalismo industrial. Esse será um dos pontos de partida de nossa base argumentativa. A outra questão será como ela foi apreendida e desenvolvida em um país dependente com larga tradição escravista.

O Idort é uma instituição sincrética, pois sua principal referência é uma classe que não se constitui tradicionalmente como nos países centrais (burguesia industrial). Sua principal referência teórica é algo inexequível nos padrões costumeiros de aplicação (taylorismo). Os campos do conhecimento sistêmico que transitavam buscando efetivar suas ações (em geral destinadas a ampliar os níveis de produtividade do trabalho) dialogavam pelos mais diversos âmbitos (Psicologia, Administração, Engenharia, Sociologia, Pedagogia, entre outros). Tudo isso

direcionado a aplicar a lógica taylorista aos mais diversos espaços da vida social. É nesse sentido que a escola se constituirá em um dos seus objetos de intervenção.

Outro ponto a ressaltar é que a burguesia brasileira nunca necessitou realizar nenhum movimento revolucionário para adentrar ao ciclo mundial de acumulação capitalista; nunca cultivou interesses dissonantes às vontades do capital estrangeiro; nunca alterou substantivamente sua estrutura produtiva interna no que corresponde à produção de gêneros primários desde a época colonial. As bandeiras basilares do capitalismo industrial como a reforma agrária nunca movimentaram conflitos “intraburgueses”. A burguesia estrangeira afeita a violenta exploração do trabalho encontrou na burguesia de herança escravocrata brasileira uma parceira fiel. Está sinalizada introdutoriamente a particularidade do capitalismo dependente brasileiro e sua relação com o complexo da educação dentro do contexto de industrialização brasileira na primeira metade do século XX.

Dirigindo-nos agora ao circuito acadêmico, pontuamos o impacto das ações idortianas na primeira metade do século XX, com forte e sistêmica atuação de sua militância destinada a sedimentar os princípios tayloristas de organização do trabalho no país. Esse fenômeno ainda é pouco estudado na academia brasileira. Suas conexões políticas, econômicas e culturais não foram completamente esgotadas existindo muitas linhas de abordagem a serem examinadas especialmente o tomando sobre o prisma onto-histórico. Agrega-se a isso o resgate de um programa de estudos destinado a apreensão dos determinantes históricos de constituição da sociedade latino-americana: a Teoria Marxista da Dependência (TMD). Essa materializa o chão de nossa pesquisa, além de ser elemento distintivo de nosso trabalho quando comparado a outros de natureza similar direcionados ao estudo da educação profissional.

Assim, consideramos uma direção que revela a forte influência do ideário idortiano em diversos setores da reprodução capitalista brasileira. Para nós, isso se deu pelo afã que a burguesia nacional nutria pelo controle de mentes e corpos dos trabalhadores como ferramentas que deveriam agregar valor ao capital. Posto isto, articulamos os elementos acima elencados a um fenômeno específico, sendo ele: a explicar em que consistia o Idort (sua base onto-histórica, teórico-metodológica e técnico-operativa).

Nesse contexto, nosso trabalho dedicará um capítulo a esmiuçar os

meandros de tal temática, primeiramente, a partir da trajetória intelectual de seus principais membros, tendo assim a intenção de detectar quais elementos eram conexos e convergentes em um projeto ontológico conciso e direcionado ao adestramento dos trabalhadores urbanos. Imediatamente após esse esforço iremos expor nossa interpretação de intelectuais considerados por nós fundamentais para entender a economia política latino-americana e brasileira, isso feito com base na TMD.

Ademais, em outro capítulo, elucidamos a maturação da educação profissional no Brasil como componente propulsor do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Um último capítulo destinado à conexão de ambos (educação profissional e Idort) no delineamento de ações sistêmicas que geraram forte impacto ao complexo educacional brasileiro.

Como último movimento pretendemos estabelecer nossas considerações finais analisando os princípios ontológicos que objetivavam formatar um paradigma de formação do trabalhador *sui generis*. Isso porque se amparava em uma base teórica completamente inexequível em sua “perspectiva pura” no âmbito nacional. E em uma conformação de conflito de classes desfavorável ao desenvolvimento de níveis de produtividade similares aos das economias centrais. Desaguando no desenvolvimento e aplicação muito específica da modalidade educacional profissionalizante.

Tendo a história como o terreno fundante de nossa argumentação não deixaremos de nos deter a articulação dos elementos econômico-políticos que nutriram relação direta com o desenvolvimento das relações capitalistas no Brasil e como isso impactou o Idort e a educação profissional no que correspondem a mudanças profundas ocorridas nas relações sociais no país. Essas mudanças estiveram aliadas a monopolização do capital, reverberando nos meios/instrumentos de trabalho, objetos do trabalho e no próprio trabalho. Isso congregado a sua relação com diversos acontecimentos históricos da época como as duas Grandes Guerras Mundiais – acontecimento que remodelou a produção e a circulação de mercadorias em todo o globo.

Por fim, pretendemos com este texto complementar os estudos anteriores sobre o Idort avançando na articulação dos elementos universais do capitalismo as suas manifestações singulares, ou seja, a reprodução do capital em nível global e a

particularidade do capitalismo brasileiro, esse movimento tenta enriquecer teses até o presente momento objetivadas por outros autores.

Sob esse sucinto quadro, apresenta-se a principal pretensão da pesquisa: analisar a relação existente entre os pressupostos cientificistas do Idort e a tomada da educação profissional como paradigma de formação do trabalhador durante as décadas de 1930 e 1950.

Como forma de responder a essa questão maior, elenca-se, como componentes auxiliares, os específicos objetivos a seguir:

- a) problematizar historicamente a gênese e desdobramento do Idort;
- b) contextualizar o capitalismo dependente brasileiro e a maturação do ideário industrialista;
- c) examinar o *projeto ético-político educacional* defendido no interior do Idort.

Salientamos que optamos pelo presente recorte temporal pois acreditamos que ele articula o aspecto conjuntural, especialmente o político econômico do Brasil na primeira metade do século XX. Com efeito, quando analisamos o destaque que é proporcionado ao complexo educativo nesse período dentro de um programa estatal industrialista, observamos uma dinâmica de relações sociais no Brasil bastante peculiar no que diz respeito ao modo como o capitalismo foi assimilado no país. Para que possamos responder adequadamente aos objetivos propostos e, desse modo, melhor problematizar a hipótese levantada com vistas a demonstração da tese defendida, necessitamos apresentar a metodologia da pesquisa.

1.1 Metodologia

Quanto à metodologia, temos a adiantar que, para analisarmos as questões propostas, escolhemos nos deter a três categorias principais, sendo elas: educação profissional; o Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho (Idort) e também a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

Colocadas as questões acima, o primeiro ponto a ressaltar é que o método no presente trabalho é tomado a partir da indicação de como a análise

histórica deve ser conduzida. Nesse sentido onde o objeto aponta para além de si mesmo.

[...] a sua correta observação e dedução, como relações elas próprias que devieram históricas, levam sempre a primeiras equações – como os números empíricos, p. ex., nas ciências naturais – que apontam para um passado situado detrás desse sistema. Tais indicações, juntamente com a correta apreensão do presente, fornecem igualmente a chave para a compreensão do passado [...]. Por outro lado, esse exame correto também leva a pontos nos quais se delineia a superação da presente configuração das relações de produção – e, assim, o movimento nascente, a prefiguração do futuro (Marx, 2011, p. 500).

A primeira questão necessária à elucidação do tema diz respeito ao fato do método poder ser visto por dois pontos de vista: gnosiológico e ontológico. Na primeira perspectiva as respostas para os questionamentos alçados de maneira espontânea ou consciente encontram-se no próprio objeto tomado em perspectiva isolada. Ocorre que se o conhecimento surge para a sociedade como um instrumento para a intervenção social, isso notadamente dá à ciência um aspecto relacional que só pode ser apreendido em suas múltiplas determinações através de uma totalidade historicamente fundada (Tonet, 2013).

Disso decorrem alguns elementos fundamentais para a edificação do método. Toda construção social pressupõe um posicionamento ontológico, ou seja, uma determinada compreensão de realidade. Quando partimos a uma investigação voltada a detectar a essência do ser, dirigimo-nos a um estudo de natureza ontológica. Dentro disso, neste trabalho em particular nos dirigimos a uma compreensão histórico-social do problema a ser investigado (distanciando-nos de uma perspectiva metafísica). Posto esse prisma, existem muitos recursos que podem ser utilizados em procedimentos investigativos, no caso de nosso trabalho, reportamo-nos a “abstrações razoáveis”. Em síntese esse caminho tem por princípio criar generalizações abstratas em nossa consciência para que possamos chocar nossa criação com a realidade efetivamente existente. Marx (2011) é didático ao expressar esse movimento:

Parece ser correto começarmos pelo real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo, e, portanto, no caso da economia, por exemplo, começarmos pela população, que é o fundamento e o sujeito do ato social de produção como um todo. Considerado de maneira mais rigorosa, entretanto, isso se mostra falso. A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. [...] O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do

todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do concreto representado [chegaria] a conceitos abstratos [Abstrakta] cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas determinações e relações (p. 70).

Sendo assim, Marx (2011) coloca como esse caminho se dá efetivamente:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento (p.70).

Uma outra compreensão no direcionamento que tomamos em nossa investigação diz respeito a examinar todas as categorias em sua processualidade. Portanto, mesmo que algumas delas se encontrem em um estágio mais ou menos maduro de desenvolvimento histórico, elas só funcionam efetivamente “relacionalmente” em uma totalidade articulada que pode ser tomada em sua dimensão particular. Mas sempre deve ser efetivada em sua dimensão totalizante. Marx (2011) nos dá um ótimo exemplo disso:

O dinheiro pode existir, e existiu historicamente, antes que exista o capital, antes que existam os bancos, antes que exista o trabalho assalariado etc. A partir desse ponto de vista, portanto, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinham existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta. Nesse caso, o curso do pensamento abstrato, que se eleva do mais simples ao combinado, corresponderia ao processo histórico efetivo (p.72).

Nessa determinação comparece absolutamente todas as categorias apreendidas no real.

O trabalho parece uma categoria muito simples. A representação do trabalho nessa universalidade – como trabalho em geral – também é muito antiga. Contudo, concebido economicamente nessa simplicidade, o “trabalho” é uma categoria tão moderna quanto as relações que geram essa simples abstração. O sistema monetário, por exemplo, põe a riqueza ainda muito objetivamente como coisa fora de si no dinheiro. Em relação a esse ponto de vista, houve um enorme progresso quando o sistema manufatureiro ou comercial transpôs a fonte da riqueza do objeto para a atividade subjetiva – o trabalho manufatureiro e comercial –, embora concebendo ainda essa própria atividade sob a forma estreita do simples

ganhar dinheiro. Em contraste com esse sistema, o fisiocrático põe uma determinada forma de trabalho – agricultura – como a forma criadora de riqueza, e põe o próprio objeto não mais sob o disfarce do dinheiro, mas como produto em geral, como resultado universal do trabalho. Tal produto, dado o caráter limitado da atividade, é ainda determinado pela natureza – produto da agricultura, produto da terra por excelência (Marx, 2011, p. 74).

Nesse sentido, as determinações históricas do objeto se somam, não se excluem; o trabalho assume diversas determinações históricas sendo inclusive tomado na modernidade como trabalho indiferenciado, que só existe como uma mercadoria. Só que essa aparente simplificação esconde na verdade uma sofisticação!

A indiferença diante de um determinado tipo de trabalho pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de tipos efetivos de trabalho, nenhum dos quais predomina sobre os demais. Portanto, as abstrações mais gerais surgem unicamente com o desenvolvimento concreto mais rico, ali onde um aspecto aparece como comum a muitos, comum a todos. Nesse caso, deixa de poder ser pensado exclusivamente em uma forma particular. Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade (Marx, 2011, p.74).

Como a principal categoria de nossa pesquisa é o trabalho, e como nossa investigação é norteadada por uma preocupação ontológica, temos que esmiuçar tal categoria recorrendo a Lessa (2016) para expormos o papel do trabalho no desenvolvimento da consciência:

[...] via trabalho, a consciência se objetiva e se exterioriza em objetos que são ontologicamente distintos de si própria. Sem a atuação da consciência, da prévia-ideação, esses objetos não existiriam, o que não significa que haja identidade entre sujeito e objeto. (p. 32).

Assim o homem enquanto gênero se particulariza de seres com essência distinta, ou seja, ele é o único ser disposto na natureza capaz de alterar o meio onde é inserido a partir de um movimento que parte do abstrato ao concreto. Em suma:

[...] é a capacidade essencial de, pelo trabalho, os homens construírem um ambiente e uma história cada vez mais determinada pelos atos humanos e cada vez menos determinadas pelas leis naturais, que constitui o fundamento ontológico da gênese do ser social”. (Lessa, 2016, p. 65).

Colocando os pressupostos estabelecidos nesse percurso, podemos

aferir que o trabalho enquanto potencialidade criativa não se esgota em si mesmo. Ele cria possibilidades que fundam legalidades próprias e complexas, especialmente no campo da reprodução social. Essas totalidades parciais são materializadas no que denominamos de complexos fundados. Um deles é o da educação, ou seja, a capacidade de instrumentalizar as experiências objetivadas em períodos históricos determinados a gerações futuras. Esse movimento ocasiona um acúmulo positivo das realizações humanas estabelecendo níveis mais complexos de relações sociais nas cadeias reprodutivas.

1.2 Procedimentos metodológicos

O caminho desta tese se constituiu em um estudo de natureza teórica, bibliográfica. Estabelecemos tal intento através de um estudo conceitual e categorial que se apoiou na análise dos determinantes do ser. Para tanto, a exposição teve por objetivo chegar a uma conclusão onto-histórica do fenômeno social do Idort na primeira metade do século XX. Para isso, recorremos a Tonet (2013); Lessa (2016) para estabelecermos o caminho a investigação ontológica do problema da tese. A Batista (2010; 2015), Cunha (2010), Antonacci (1987), Santos (2017), Camargos (2011), Correia (2013), Saviani (2011) para problematizar historicamente a institucionalização do Idort enquanto reduto institucional e intelectual da burguesia industrial brasileira. Citamos, também Prado Jr. (2011), Gorender (2014), Fernandes (2006), Marini (2000; 2011; 2012), Bambirra (2013), Dos Santos (2015), Sodré (2019), Arruda (2012) para fundamentar e contextualizar a realidade econômica, social e política da América Latina e do Brasil, especialmente no que tange ao apoio estatal angariado por esse Instituto para a sua criação e atuação, além do desenvolvimento do capitalismo dependente.

Por fim, utilizamos reflexões apontadas por Lukács (2018), Moraes (2012), Sobral (2021), Amaral (2020), Santos; Amorin (2021) para examinar os pressupostos ontológicos da educação profissional e a construção de um *projeto político educacional* defendido no interior do Idort, e Alves (2017), Antunes (2009), Pinto (2013) para estabelecer marcos econômicos e políticos que propiciariam a assimilação de um novo paradigma de organização do trabalho no Brasil criando o chão onde as propostas idortianas iriam se mover. Esse movimento tem por princípio

formatar a teia de elementos históricos que detectarão as contribuições do Idort à educação profissional no Brasil tomada como uma apreensão equivocada do real, especialmente na primeira metade do século XX.

Objetivamos também criticar a capilaridade alcançada pelo ideário *industrialista* paulista na formulação de diretrizes educacionais englobando assim as propostas efetivadas pela burguesia industrial no que tange a formação do trabalhador no Brasil e sua relação com o complexo da educação, especialmente a educação profissional.

Dirigimo-nos a uma instituição ideológica específica, o Idort, importante instituto financiado pela elite industrial paulista e que teve forte penetração na sociedade durante as décadas de 1930 e 1950, ocupando espaço cativo na formulação de diretrizes educacionais à classe trabalhadora por meio do Estado.

Por fim, adotamos como *procedimentos de pesquisa* dois movimentos, sendo eles: 1) desenvolvermos cuidadosamente os determinantes econômico-políticos que se sedimentaram na formação do capitalismo brasileiro desde sua maturação inicial ainda no período colonial – percorremos a transição do capitalismo concorrencial e comercial até seu amadurecimento acumulativo em seu estágio monopólico e industrial pois nos interessa extrair desse movimento global qual seria o papel da América Latina e do Brasil na dinâmica global de produção e reprodução do capital; e 2) estabelecemos conexões entre as propostas defendidas pela vanguarda intelectual idortiana e o espraiamento de proposições positivistas no Brasil, e se tal elemento aponta verdadeiramente para um projeto definido de formação da classe trabalhadora por meio de uma organização científica do trabalho e de uma intervenção sistêmica do Estado burguês no complexo educativo.

Posto este preâmbulo, o nosso trabalho pretende atender o intento inicial da pesquisa abordando quatro grandes linhas temáticas dividindo-as em capítulos. No primeiro capítulo abordamos nosso objeto propriamente dito: o Idort. Esse capítulo tem por objetivo esclarecer os elementos historiográficos, ontológicos, conjunturais relativos à formulação e sedimentação de um Instituto voltado sistematicamente a propagação de princípios tayloristas de controle de mentes e corpos. Objetivamos cumprir tal intento a partir do estudo de sua vanguarda intelectual e de sua vinculação a plataforma burguesa industrial.

No segundo capítulo contextualizamos o chão histórico pelo qual o Brasil

se agregará ao capital em sua dimensão totalizadora, encaixando-se de maneira particular e contraditória a produção de força de trabalho adestrada aos paradigmas exigidos pelo capitalismo industrial nos fins do século XIX e início do século XX, isso feito através do recurso aos teóricos dependentistas.

No quarto capítulo expomos os elementos ontológicos da educação profissional e suas cadeias conectivas com o Idort no Brasil. O quinto capítulo se destina a apreensão dos elementos determinantes da drástica alteração dos padrões de organização do trabalho no Brasil e no mundo, em especial a partir dos anos 1930. As determinações derivadas de tal acontecimento tendo como reverberação a relação entre o Idort, a educação profissional e a organização do trabalho como agentes ativos da organização moderna dos processos de trabalho no Brasil. Por fim, destinamos a última seção do trabalho à constituição dos argumentos resolutivos da pesquisa. Nesse âmbito, partimos da retomada das informações e críticas estabelecidas no decorrer do texto e sua consequente articulação ao nosso posicionamento ontológico, especialmente no que tange a uma associação propositiva de uma sociedade emancipada da exploração do homem pelo homem, o que corresponde a sua coisificação, mais do que isso, a subsunção real do trabalho ao capital.

2 A VANGUARDA INTELECTUAL IDORTIANA: APRECIÇÕES INICIAIS

"Monstros não são seres mitológicos, são criados pelo egoísmo dos homens de negócios. As narinas não soltam fumaça, não cospem labaredas. Mas viram Leviatã sem comida na mesa".

(Carlos Eduardo Taddeo).

O presente capítulo objetiva apreender o máximo de determinações relativas à trajetória do Idort durante as décadas de 1930 e 1950. Para a concretização de tal intento nos reportamos aos autores Batista (2015), Cunha (2010), Antonacci (1987), Santos (2017), Camargos (2011), Correia (2013), entre outras pesquisas. Também abordamos diversos complexos da vida brasileira não nos eximindo de os conectar a totalidade das relações sociais no sistema produtivo capitalista. Dessa forma, nenhum dos complexos inseridos no debate, como educação, economia, política e cultura, isolam-se em nosso estudo. Ao contrário, eles se constituem em importantes campos de apoio ao nosso posicionamento e a crítica da educação profissional na realidade brasileira.

O debate sobre a educação profissionalizante no Brasil e no mundo tangencia diversos elementos. Como partida, temos que sustentar sua relação direta com o seu complexo fundante: o trabalho. Posto isto, o intento da tese se dirige a investigar o contexto histórico, o desenvolvimento e o desdobramento de parte desse fenômeno no Brasil. O recorte recai sobre uma das principais iniciativas da burguesia desenvolvidas nesse campo na primeira metade do século XX no país: o Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort), uma importante célula de propagação da *racionalidade positivista* no seio da atrasada burguesia brasileira, em especial entre os anos 1930 e 1950.

Para situarmos esse debate historicamente, temos que sinalizar que ele foi impulsionado por reflexões anteriores no âmbito nacional. Especialmente os setores mais intelectualizados da burguesia estavam preocupados com o lugar que o Brasil ocupava na economia capitalista mundial já na década de 1920. Dentro disso, um ponto que chamava atenção era: como aumentar as taxas de lucratividade no Brasil tendo como paradigma os países centrais? Segundo Correia; Almeida (2013), tais iniciativas passavam por otimizar os recursos disponíveis de maneira a elevar as taxas de produtividade sem investimento de novos recursos financeiros,

apenas com a “racionalização” dos meios já disponíveis, algo que fica bem claro na logomarca do Idort, nela podemos observar nitidamente uma compreensão positiva da sociedade como um organismo unívoco que tende a evolução contínua:

Figura 1 – Logomarca do Idort (sem data) pertencente à coleção IDORT do acervo do arquivo Edgard Leuenroth



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=206027636229585&set=a.206026906229658>

Sendo assim, em 1929 já havia uma articulação concreta com a fundação do Instituto de Organização Científica do Trabalho vinculado à Associação Comercial, com a criação de uma comissão composta por nomes como Geraldo de Paula Souza, Monteiro Camargo, Lourenço Filho e Roberto Mange. Nesse contexto, o que importava era extrair as possibilidades dadas pelo avanço da psicotécnica as atividades laborais (especialmente no ramo industrial). Em nossa leitura, as condições conjunturais para “o avançar” de tais propostas estavam dadas desde a carência por produtos industrializados surgirem no mercado internacional com a

deflagração da Primeira Guerra Mundial. No fim, a principal sanha desse grupo era “[...] retirar do ‘fator humano’ o máximo proveito com o mínimo de resistência [...]” (Antonacci, 1987, p. 74 *apud* Correia; Almeida, 2013, p. 36).

Nesse intento, o Instituto de Desenvolvimento e Organização Racional do Trabalho foi

Criado em São Paulo em outubro de 1931, o IDORT surgiu com o objetivo de difundir a ideia de racionalização, promover eficiência e aumentar a produtividade na produção e em outros setores de atividades. Trata-se de uma sociedade civil, sem fins lucrativos, vinculada ao movimento internacional de difusão do **taylorismo** (Correia; Almeida, 2013, p. 36, grifo nosso).

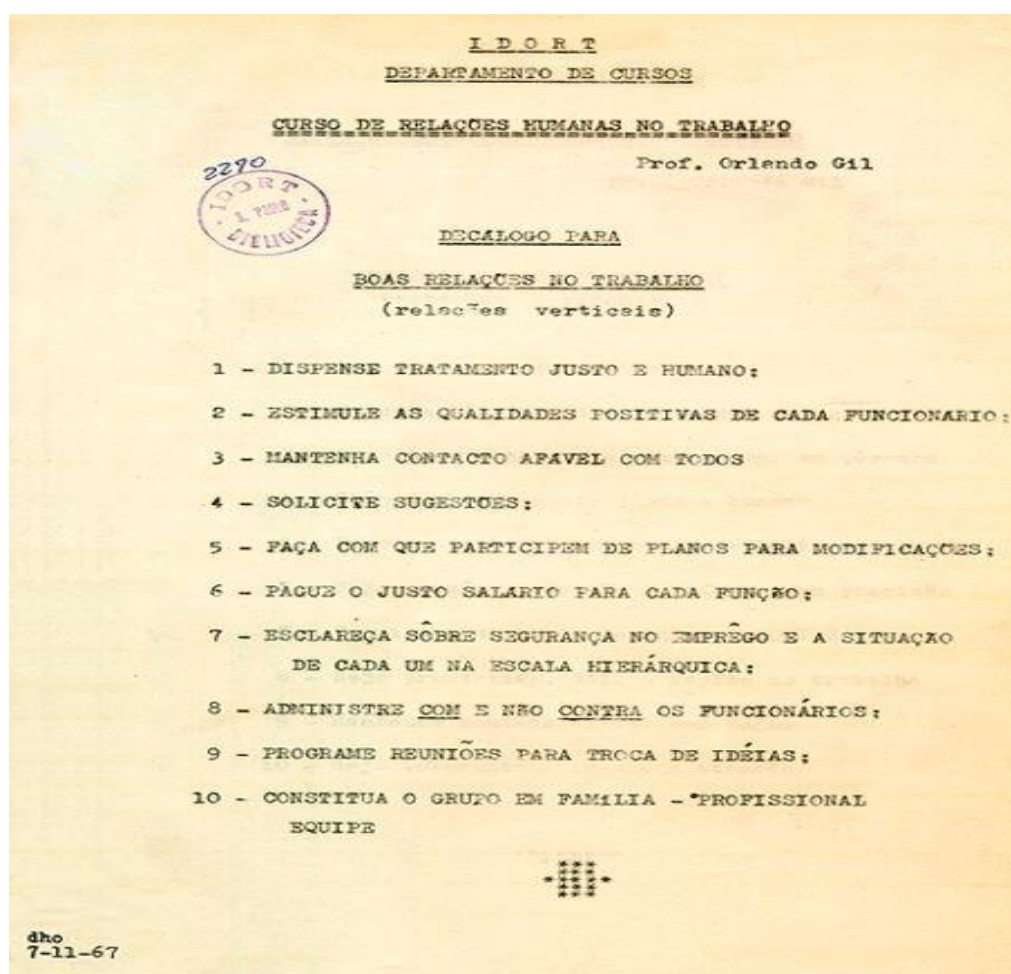
Com esse propósito angular estabeleceu-se uma “lógica” organizativa dentro do Idort com o objetivo de atuar na esfera da reprodução social, particularmente no campo educacional. Dessa maneira, um elemento prático interessante de ser ressaltado, segundo Batista (2015), para a realização das ações do Idort era a criação de divisões destinadas ao alcance de determinado campo da vida laboral ou do conhecimento sobre essa. Sendo assim, os intelectuais pensaram em uma 1ª Divisão denominada “Atividades no âmbito da organização administrativa do trabalho.” Nela estavam:

- a) a administração pública – Planos de reorganização administrativa dos Serviços Públicos dos Estados de São Paulo e Goiás, compreendendo levantamento, plano geral e aplicação; Planos de reorganização do Departamento Central de Propaganda da Contabilidade do Instituto do Café, da Secretaria da Corte de Apelação e do Cadastro de Procuradoria do Patrimônio Imobiliário; envio de técnicos para estudos preliminares de reorganização dos serviços públicos dos Estados de Pernambuco e do Paraná, criação de Cursos de Aperfeiçoamento para funcionários públicos.
- b) a administração Particular – Trabalho de racionalização administrativa nos seguintes tipos de empresas: fábrica de gêneros alimentícios, de bebidas e produtos farmacêuticos; estudos preliminares para a mesma finalidade em outras empresas, além da elaboração de Normas para estudo da Racionalização do Trabalho na lavoura.

- c) Propaganda – Conferências e publicações sobre assuntos de organização administrativa e trabalho já realizados pela Divisão.

Abaixo temos um estrato de uma ementa direcionada ao curso: Relações Humanas no Trabalho.

Figura 2 – Documento relativo ao curso de Relações Humanas no trabalho, organizado pelo IDORT pertencente a coleção IDORT do Acervo Edgard Leuenroth



Fonte: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=206027639562918&set=a.206026906229658>

Tendo essa diretiva como norte, o Idort organizou diversas ações durante o transcorrer das décadas de 1930 e 1950. Como sinaliza Correia; Almeida (2013), elas se destinavam a campanhas e jornadas de formação a grupos empresariais e a trabalhadores de diversos ramos produtivos:

Anualmente o órgão se envolvia em campanhas educativas, promovendo seminários voltados a temas específicos, através dos quais difundia noções imbuídas no chamado ‘espírito de organização científica’. Assim, sucederam-se o Inquérito sobre a iluminação nos locais de trabalho (1933), a Campanha de Prevenção de Acidentes (1933-1934), a Jornada da Administração Municipal (1936-1937), a Jornada Contra o Desperdício (1938), a Jornada Contra o Desperdício nos Transportes (1939), a Jornada da Alimentação (1940), a Jornada de Economia Rural (1941), a Jornada da Habitação Econômica (1941), a Segunda Jornada de Economia Rural (1942-1943), a Jornada ‘O Brasil Após-Guerra’ (1943-1944), a Jornada em Prol da Pontualidade (1944-1945), a Jornada de Educação (1945-1946), a Campanha pela Cortesia (1940), a Jornada da Produção (1947), a Jornada da Iluminação Racional (1948), a Jornada da Cooperação (1949), a Campanha de Segurança e Higiene do Trabalho e a Campanha de Racionalização da Técnica do Trabalho, **já na década de 1950** (p. 37 – 38, grifo nosso).

Podemos, através da leitura dos temas abordados, aferir que o Idort estava preocupado em criar um ambiente propício ao consenso no que corresponde ao aproveitamento de recursos de todas as ordens e que tais iniciativas atravessaram tanto o período ditatorial (Estado Novo, 1937-1945) quanto o “democrático” (Governo Dutra), ampliando seu raio de ação ao campo doméstico dos trabalhadores buscando elevar os níveis de produtividade.

Sobre isso é interessante ressaltar que talvez a mediação ontologicamente mais importante na relação do homem com a natureza está baseada em uma mediação amplamente relevante: o tempo. Portanto, incorporar esse aspecto da vida ao mercado é iniciativa fundamental a reprodução das relações sociais capitalistas. Sem isso é impossível ampliar as taxas de lucratividade do capital privado com vistas a “controlar”, ao menos relativamente, a vida privada dos trabalhadores. Assim, em síntese, o Idort tinha uma intencionalidade:

[...] tratava-se de alterar as mentalidades, os instrumentos e as técnicas de gestão das diferentes atividades situadas na esfera da produção, da administração, da organização urbana e doméstica [...] A racionalização foi uma estratégia importante mobilizada pela burguesia industrial no âmbito da produção, na busca por aumento da produtividade e pela retomada da acumulação, especialmente após a crise de 1929. A racionalização logo extrapolaria os limites da produção, passando a ser tratada como chave para a reforma de outros setores, tais como a administração pública, o tráfego de veículos e as atividades domésticas (Correia; Almeida, 2013, p. 35).

Para que possamos melhor entender este Instituto, lançamos mão do que informa o pesquisador especialista na instituição, Eraldo Leme Batista:

O Idort era tomado por seus fundadores [...] em grande parcela, composto pela burguesia industrial [...] como uma sociedade de estudos e de ação,

voltada, imediatamente, ao melhor aproveitamento de todo esforço humano empregado em qualquer das múltiplas manifestações de atividade moderna, não só na indústria, mas também, na própria ciência e no trabalho intelectual, em tudo enfim, onde a arte de fazer e de administrar tenha de se fazer sentir (Batista, 2015).

Uma questão relevante a ser tratada nessa altura é a relação entre o complexo educativo e o sistema produtivo, seja ele qual for. Os seres humanos necessitam estabelecer uma relação sistêmica com a natureza para se produzirem e concomitantemente reproduzirem essa natureza de maneira renovada. Está aí o potencial criativo do trabalho. Ocorre que, além disso, no caso do presente trabalho, ligamo-nos a uma proposta política onde o complexo da educação, para ter uma função verdadeiramente humana, deve necessariamente se vincular a uma proposta emancipatória. De acordo com Tonet (2006), a educação deveria formar o homem integral. De modo geral caberia

[...] a ela, aqui conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano (p. 7).

Colocada essa questão, temos que percorrer os elementos históricos que a dão substância. O Idort é uma concretude sedimentada por diversas determinações, sendo assim é necessário pontuá-las.

Colocamos que o Idort teve papel fundante no desenvolvimento da educação profissional no Brasil, amparados em pressupostos tayloristas, sustentavam um paradigma educacional que possuía fluência notória no incremento da educação profissional na primeira metade do século XX. Tal direcionamento amparou uma fragmentação do complexo da educação e sua degradação em uma *racionalidade instrumental*¹. Esse elemento está presente também na contemporaneidade. De acordo com Santos (2017), a educação profissional nada mais é que uma especificidade da educação, destinada a formar força de trabalho

¹ Tal conceito foi desenvolvido pelo sociólogo Max Weber (2012) ao longo de boa parte de sua obra. No entanto, possui presença sintomática na publicação: Economia e Sociedade. Essa categoria nutre sentido no conceito de “*ação social referente a fins*” onde o sociólogo afirma que a modernidade impõe uma racionalidade prática ao desenvolvimento das atividades humanas, tornando está dependente de sua aplicação e interferindo nas atividades mais corriqueiras, exemplo: para um estudante assistir a uma aula em uma determinada instituição presencial, ele tem que examinar pelo menos algumas variantes; ele irá chegar ao ambiente de estudo por meio de qual transporte? Ele possui dinheiro para pagar por esse transporte? Quais benefícios essa aula lhe trará? Segundo Lukács (2013), tal posição epistemológica naturaliza uma realidade social que na verdade é histórica e institui uma “racionalidade” rasteira ligada a *alienação* do trabalho pela predileção ao pensamento pragmatismo.

embrutecida no seio da classe trabalhadora, apontando, porém, sua convivência com outra modalidade de ensino voltada as classes economicamente abastadas, de natureza propedêutica, o que revela o caráter político e social de tal cisão.

Ao apontarmos para as raízes desse fenômeno na contemporaneidade, remontamo-nos às análises de Marx (2013), ainda no século XIX, quando ao ponderar sobre a natureza da relação entre educação e trabalho no capitalismo, o estudioso avaliava a necessidade imperiosa de adaptação aos processos de trabalho como veículo necessário a venda de força de trabalho em um sistema produtivo sobre constante revolução do próprio trabalho, dos meios de trabalho e da matéria do trabalho. Na letra do autor:

A indústria moderna jamais considera nem trata como definitiva a forma existente de um processo de produção. Sua base técnica é, por isso, revolucionária, ao passo que a de todos os modos de produção anteriores era essencialmente conservadora. Por meio da maquinaria, de processos químicos e outros métodos, ela revoluciona continuamente, com base na produção, **as funções dos trabalhadores** de um ramo de produção a outro. (Marx, 2013, p. 557, grifo nosso).

Como verificado acima, ocorrem constantes mudanças na esfera produtiva, mobilizando a esfera da reprodução a se movimentar, tendencialmente, a atender as necessidades do capitalismo. Posto isto, Marx (2013) não se furtou a apontar:

Uma fase desse processo de revolucionamento constituída espontaneamente com base na grande indústria é formada pelas escolas politécnicas e agrônômicas, e outra pelas *écoles d'enseignement professionnel* [**escolas profissionalizantes**], em que filhos de trabalhadores recebem alguma instrução sobre tecnologia e manuseio prático de diversos instrumentos de produção. (MARX, 2013, p. 558, grifo nosso)

Alinhada a esse plano, Santos (2017) indica que, nas décadas seguintes ao século XIX, os elementos identificados por Marx (2013) se aglutinaram à ampliação do mercado, ao espraiamento de uma racionalidade ligada à individualização dos sujeitos. Tal fato exige de nossa pesquisa uma análise do movimento histórico da sociedade em que a necessidade de uma educação profissionalizante se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial, o que no Brasil, *locus* de nossa pesquisa, podemos detectar a partir dos anos 1930. Daí advém o principal intento da proposta de tese: examinar a participação do Idort no desenvolvimento da educação profissional na primeira metade do século XX e

ponderar sua influência no desenvolvimento de um projeto burguês, o industrialismo.

Salienta-se que, nas décadas posteriores, as alterações ocorridas na esfera da profissionalização não alteraram substantivamente a proposta inicial, sendo ela formar força de trabalho barata disposta a atender as demandas impostas pelo capital internacional ao Brasil. Sendo assim, a proposta formativa da escola capitalista brasileira chega ao século XXI com a intenção, no máximo, de suas possibilidades, de formar um profissional que domine atividades rasteiras na produção de mercadorias com baixa sofisticação e dependentes, via de regra, do fornecimento de tecnologia defasada pelos países de capitalismo avançado.

O objetivo dessa discussão, para que fique mais claro, fundamenta-se na necessidade de descortinarmos a “[...] mistificação do real, utilizada para justificar as políticas educacionais que consideram o ensino profissionalizante como a principal [...] alternativa possível aos filhos dos trabalhadores [...]” (Santos, 2017, p. 142). Também o desenvolvimento da educação formal no Brasil do século XX, com efeito, as iniciativas empresariais destinadas a esse campo.

Portanto, o estudo da dinâmica classista que sustenta um nivelamento rasteiro da apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe trabalhadora, em especial no Brasil, é elemento crucial na construção de um projeto revolucionário em nosso território que se ligue a um projeto internacionalista. Nesse sentido, convém assinalar junto a Santos (2017) que a educação não pode, por sua natureza ontológica, erradicar a clivagem de classe existente, mas pode possibilitar que o indivíduo se aproprie, “por meio de complexas conexões, da herança cultural, acumulada pelo conjunto da sociedade” (Santos, 2017, p. 11-12). Tal afirmação é pedra angular na sustentação de nossa investigação e elemento central no desenvolvimento de uma sociedade onde o trabalho seja verdadeiramente emancipado.

Dessa maneira, como primeiro elemento problematizador temos que a educação, assim como todos os outros complexos fundados pelo trabalho exercem para com este uma relação de dependência ontológica, reciprocidade dialética e autonomia relativa (Santos, 2017). Nesse sentido, recorreremos a uma colocação anterior para afirmarmos com Lukács (2010):

A base econômica permanece sempre como o momento preponderante; no entanto, isso não elimina a relativa autonomia das superestruturas, fato que

se expressa de maneira definitiva na dialética de mútua reciprocidade determinativa existente entre estas e a esfera da economia (p.19).

Em outros termos:

A economia, política, lei, religião, educação, de cada civilização, estão ligados — um depende do outro e é condicionado pelos outros. De todas essas forças a economia é a mais importante — fator básico. A chave. A chave de tudo são as relações existentes entre os homens, como produtores. A forma pela qual os homens vivem é determinada pela forma de ganhar a vida — pelo modo de produção predominante dentro de qualquer sociedade, em determinado momento (Huberman, 1986, p. 240).

Assim, o complexo da educação, situado na base superestrutural do sistema de produção de relações sociais, proporciona a apreensão dos elementos históricos necessários ao desenvolvimento e complexificação dos processos de trabalho. Lukács (2018) em *Os Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social*, ao apreender a base epistêmica do sistema categorial hegeliano, que influenciará decisivamente no desenvolvimento de seu trabalho, afirmou:

Do mesmo modo, tem aqui Hegel sucesso em determinar o significado da correlação categorial do todo com suas partes. Aqui, a complexidade do ser emerge igualmente plasticamente como no caso precedente. Hegel parte do recíproco determinar e vir a ser determinado de ambos e apreende esse aspecto categorial de todo complexo processual e, então, o sumariza: »Na medida em que os dois lados da relação são postos como mutuamente condicionantes, cada um é uma independência imediata em si mesma, mas sua independência é igualmente mediada ou posta pela outra.«d Com isto, desaparece da doutrina das categorias toda referência a uma »coisidade« em si unitariamente homogênea. A unidade que daqui emerge do respectivo todo é a unidade como uma multiplicidade diversa (Lukács, 2018, p. 130).

Posto isso, é prudente salientar que o trabalho possuirá no transcorrer do desenvolvimento humano formas históricas tencionadas por mediações mais elaboradas, influenciadas pelo estágio de desenvolvimento das forças produtivas, como Lukács (2018) sinaliza em *Para uma Ontologia do Ser Social*:

Assumimos, naturalmente, como sempre, também aqui o trabalho como mero produtor de valores de uso. Isto tem por consequência que o sujeito que põe as alternativas de um metabolismo do ser humano com a natureza é meramente determinado pelas suas necessidades e pelas determinabilidades naturais de seu objeto; categorias como incapacidade de determinados modos de trabalho decorrente da estrutura social da sociedade (p. ex. a escravidão) ou alternativas sociais que emergem contra a imposição do trabalho (p. ex. a sabotagem em produções sociais altamente desenvolvidas) ainda não aparecem neste estágio (p. 100).

Lukács (2018) sinalizava também em sua grande ontologia, especificamente no capítulo do trabalho, que o desenvolvimento das forças

produtivas acarretaria na maturação de formas alienadas do trabalho. No entanto, para a maturação de sujeitos conscientes de sua existência e papel social, o trabalho necessita ser livre:

Cremos, por isso, que a determinação tradicional da liberdade como necessidade reconhecida deveu ser assim compreendida: o livre movimento na matéria — falamos aqui, provisoriamente, apenas do trabalho — é apenas possível quando a realidade no momento tomada em consideração é corretamente reconhecida em todas as suas formas categoriais modais e corretamente convertida na práxis (Lukács, 2018, p. 107).

Como na contemporaneidade, a burguesia é a *classe hegemônica*, e tem a propriedade privada dos *meios de produção*. Torna-se imperativo apreender as iniciativas que esse *grupo* desenvolveu e desenvolve dentro do campo ideológico, nesse ponto, balizamos o Idort como importante realização. Colocada essa questão, é necessário assinalar outro desafio: cada localidade possui formas históricas e específicas de desenvolvimento social. Nesse contexto é fundamental demarcar a *particularidade* do desenvolvimento da educação profissional no Brasil, levando em consideração que a mesma oscila sua posição conforme se relaciona ao universal (singularidade relativa) e ao singular (universalidade relativa) tornando a apreensão histórica do fenômeno mais complexa (Santos, 2017). Faremos isso através de uma análise crítica e relacional da idiossincrática burguesia nacional e suas iniciativas intelectuais.

2.1 O Idort e o desenvolvimento da educação profissional: apontamentos a partir de sua vanguarda intelectual

A alta intelectualidade pertencente à “burguesia urbana” queria a implementação de uma indústria moderna brasileira, que por sua vez dependia de um novo perfil de trabalhador que não questionasse a ideologia *racionalizadora* de Roberto Mange², Roberto Simonsen, Aldo Mário de Azevedo, Armando de Salles

² Membro fundador do Idort, influente engenheiro e especialista suíço, também grande entusiasta do taylorismo que no início dos anos 1930 já possuía elementos empíricos para o desenvolvimento de sua teoria, tendo atuado junto aos trabalhadores da Companhia Estrada de Ferro de Sorocaba. [...] esse engenheiro foi a principal liderança do movimento pela administração científica do trabalho no país; era um intelectual que transitava por diversos setores da sociedade, tornando-se necessário destacar, também, a estreita relação de Mange com Lourenço Filho e Fernando de Azevedo, o que contribuiu para entendermos os pressupostos inerentes à pedagogia escolanovista, ou seja, a defesa de uma utopia racional, procurando, com isso, negar as contradições existentes na sociedade (BATISTA, 2015, p. 8).

Oliveira e se opusesse aos movimentos dos trabalhadores no início do século XX. Ao analisarmos o plano de trabalho do Idort percebemos essa intencionalidade: os industriais paulistas definiram um audacioso programa, subdividido em duas frentes. Na primeira foi criada a Divisão de Organização Administrativa³ que ao longo do período de 1930-1945 produziu inúmeros trabalhos expostos nas páginas da Revista Idort.

A segunda frente foi a Divisão de Organização Técnica. Sua finalidade basilar era atender às necessidades empresariais; desse modo, deveria elaborar estudos e experiências que proporcionassem a qualificação da mão de obra. Dessa maneira, ela foi estruturada com os seguintes objetivos: orientação profissional, seleção e educação profissional, tecnopsicologia e higiene do trabalho (Batista, 2015). Assim, a *idiosincrasia do atraso* sustentava uma concepção educativa atrasada para atender aos interesses de uma elite também atrasada (Santos, 2017).

Uma perspectiva formativa e interventiva que orientava essas ações era influenciada pelo campo da Psicologia. Sempre com a preocupação de manutenção da ordem social e caracterizada por um vínculo liberal-conservador. Importantes intelectuais como Noemy Rudolfer utilizaram esse ramo do conhecimento como veículo de seleção de competências para avaliar discentes aptos em maior ou menor grau para diversas atividades (Moraes, 2012); implementação de serviços de orientação profissional aliviando o peso econômico de trabalhadores mal adaptados a suas atividades, assim, a opção central era pela individualização de problemas estruturais. Nesse sentido, ao direcionar suas propostas para o espaço escolar, ela esfacelava os seus componentes, mas responsabilizando sujeitos específicos, no caso o professor (Moraes, 2012). Dessa forma, a Psicologia assumiria o papel central de agente organizador atribuindo aos indivíduos suas funções devidas no tecido social.

Sua fundamentação teórica baseava-se na preponderância do fazer técnico sobre o filosófico ou sociológico, bem como no afastamento entre política e processo educacional. A política convertia-se em controle, em ordem, em poder de administrar e organizar racionalmente a sociedade. Por sua vez, a educação, em sua execução e em seus objetivos, necessitava de métodos racionais fundamentados na psicologia. Por meio de seus textos, Noemy Rudolfer evidenciava a defesa de uma matriz que urgia pela consolidação do liberalismo no interior do campo educacional, mediante uma modernização de caráter conservador. Tal modelo conceitual coincidia com

³ Voltaremos a tratar da importância dessas divisões mais à frente.

interesses da elite em ampliar o controle sobre a organização do trabalho e da sociedade, sem se descuidar de manter a pretensa imagem igualitária angariada pela possibilidade democrática no Brasil (Moraes, 2012, p. 495).

Buscando evitar uma crítica rebaixada ao pragmatismo, é importante sinalizar sua ligação ao sistema produtivo capitalista. Se o objetivo desse é aumentar gradativamente o grau de exploração da força de trabalho diminuindo ao máximo custos com a manutenção da força de trabalho, é fundamental que o controle sobre esse seja minuciosamente planejado se dirigindo a todas as etapas de formação intelectual do trabalhador. O exemplo abaixo mostra o êxito de tais experiências dentro do seio do escolanovismo:

A certeza de sucesso do processo de classificação dos alunos e da organização dos grupos homogêneos teve origem no trabalho desenvolvido por Lourenço Filho em São Paulo (em que foram empregados os Testes ABC), com a distribuição de 15.605 alunos de primeiro grau em classes de progresso rápido, progresso normal e progresso lento. Para Rudolfer (1933b), os resultados obtidos “dizem mais do que qualquer argumento” (p. 113). Houve um aumento na promoção de 20% sobre os anos anteriores, bem como a promoção de 1.038 alunos para o segundo grau, seis meses após a classificação. Isso representava que o procedimento gerava também uma economia para os cofres públicos (Moraes, 2012, p. 493).

Percebemos que a proposta científica da intelectualidade idortiana se baseava na camuflagem do “fazer técnico” sobre qualquer apontamento científico. O que importava para eles era o resultado objetivo de uma experiência (pragmatismo exacerbado). Nesse sentido, o critério para o sucesso dessas experimentações sempre se direcionava a economia ou não de custos, não interessando as implicações dessas assertivas ao desenvolvimento humano dos indivíduos.

Cabe salientar que intelectuais idortianos eram reconhecidamente profissionais de destaque em outros campos. Na pedagogia cabe citar que Lourenço Filho, partícipe do Movimento Renovador cujo período prolífero remete a produções na década de 1920, teve papel fundante no delineamento do “escolanovismo” no Brasil, especialmente com a publicação de *Introdução ao Estudo da Escola Nova*, cuja primeira edição, segundo Saviani (2011), data do ano 1930, ou seja, mesmo ano de fundação da Organização Racional do Trabalho (ORT).

Do ponto de vista temporal existe uma conexão latente entre as duas iniciativas, no que corresponde a perspectiva ontológica podemos constatar uma contradição inicial. A publicação se destina a exposição de lições. Essas lições fazem referência a experiências formativas que articulavam a bagagem que

Lourenço Filho havia adquirido também na Psicologia, enquanto docente, na problematização de sua questão principal: os sistemas didáticos. Desta feita, desenvolvendo conceitos importantes como: escola ativa, escola do trabalho e ensino funcional (Saviani, 2011).

Um ponto interessante é que em outra seção a publicação objetiva expor experiências desenvolvidas em escolas. O problema é que essas experiências se deram em instituições escolares particulares de origem norte-americana, no entanto, as proposições elaboradas pelo movimento escolanovista se dirigiam ao sistema público de ensino. Isso revelava uma contradição de classe, o caráter colonizado da produção científica brasileira assim como a relação espúria entre o público e o privado no Brasil. Em síntese, a riqueza produzida pela classe trabalhadora e apropriada pelo Estado através dos impostos e tributos é capturada pelo setor privado na medida em que o último influencia ou direciona os gastos a serem feitos.

Retornando ao debate diretamente relacionado a esfera científica, é importante sinalizarmos que o diálogo com a Psicologia se constituiu em importante elemento conectivo entre os intelectuais idortianos. A parceria registrada entre Lourenço Filho e Roberto Mange (outro intelectual idortiano) é paradigmática quanto a isso, desenvolvendo a ideia de uma psicologia aplicada a solução de contradições sociais. A produção teórica desses autores estabelecia uma inversão ontológica onde a ciência se adequava à divisão do trabalho estabelecida pela sociedade industrial madura. Sendo assim, esses intelectuais afirmavam que poderia existir uma psicotécnica médica, industrial e até escolar. Em qualquer objeto onde fosse possível aplicar a Psicologia, seria possível desenvolver um tipo específico de aplicação (Saviani, 2011).

Em síntese, a ciência estava subsumida à reprodução do sistema capitalista nesse contexto. O Idort carregará essa característica utilitarista pois a parceria desses dois nomes foi fundamental ao seu surgimento:

[...] dos trabalhos realizados por ele [...] Lourenço Filho [...] no Laboratório de Psicologia Experimental e dos estudos psicotécnicos de Mange na superintendência do curso de mecânica prática do Liceu de Artes e Ofícios decorreu, em 1931, a fundação do Idort em São Paulo (Saviani, 2011, p. 204-205).

Dessa passagem, podemos afirmar que temos um grupo intelectual se solidificando junto às elites industrialistas, buscando gradativamente justificar política

e economicamente sua atuação em um contexto de predominância dos princípios de organização do trabalho taylorista. Deduzimos também como consequente seu plano de atividades no campo educacional ter quase obrigação de vínculo aos pressupostos tayloristas.

No campo específico da educação escolar, seus trabalhos de psicotécnica pedagógica voltaram-se para as questões relativas à avaliação, medidas e testes de aptidão, tendo culminado na elaboração dos famosos “Testes ABC”, publicado com o título *Teses ABC: para verificação da maturidade necessária à aprendizagem da leitura e escrita*, cuja primeira edição é de 1933 e a última (12ª), de 1974 (Saviani, 2011, p. 205).

Aqui colocamos uma tese marginal que não será aprofundada em nosso trabalho. Quando observamos a proposição cara ao paradigma escolanovista de Lourenço Filho, percebemos sempre nelas o interesse em se encaixar em um campo da reprodução objetiva do capital, da vida cotidiana industrial. No campo escolar fica evidente que esse afã se dirige ao domínio da escrita formal, coordenação visomotora, articulação, entre outros. Dessa maneira existe uma grande preocupação com o desenvolvimento de mecanismos eficientes quanto à identificação de aptidões, inaptidões do discente. O ponto é que a velocidade dos mecanismos aplicados não parece partir do tempo necessário ao amadurecimento do ser, mas ao tempo necessário a formação de força de trabalho destinada a alimentar a reprodução do capital.

Esses fatos não estão isentos das contradições derivadas da disputa de classes no Brasil, na primeira metade do século XX. A luta pelo controle do Estado burguês em 1930, a subida de Vargas ao governo central e suas acirradas disputas com a burguesia paulista demonstravam as divergências que existiam entre as frações da classe dominante, notadamente entre fazendeiros e industriais paulistas; esses últimos organizaram-se e buscaram construir sua hegemonia enquanto *classe dominante* com base no ideário industrialista e inspirados nas teses tayloristas⁴. Para tanto, criaram instituições como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp), em 1929; a Organização Racional do Trabalho (ORT), em 1930; a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), em 1931; e o Idort, no mesmo ano (Batista, 2015).

⁴Lembremos que intelectuais escolanovistas como Fernando de Azevedo apoiaram a ditadura varguista em seu período ditatorial, o denominado: Estado Novo (1937 – 1945) (SAVIANI, 2011).

Estava posta a intenção econômica e política do Idort para com o capital. Sobre o primeiro ângulo, oxigenar a reprodução de um capitalismo em crise (Crise de 29), do ponto de vista político, camuflar e obscurecer a luta de classes divulgando o “idealismo” fundado na solidariedade entre classes antagônicas (classe trabalhadora e os principais industriais do estado de São Paulo). Esse último apontamento é verificado pelo cientificismo apregoado pelo ideário taylorista, ou seja, um saber objetivo, pretensamente neutro que aponta unicamente para a ordem em contraposição aos “anárquicos” métodos empíricos tradicionais. Concluindo, esta proposta estava vinculada intimamente à ideologia “*industrialista*”, dissociando a técnica de sua vinculação política (Medeiros *apud* Batista, 2015).

Do ponto de vista do cientificismo, direcionando-nos à análise imanente da obra mais celebrada de Frederick W. Taylor no Brasil, *Princípios de Administração Científica* – 1911, vemos que o engenheiro tinha um propósito muito claro em seu estudo, além de uma capacidade de sintetizá-lo em um programa de pesquisa efetivo:

Este estudo foi feito para ser apresentado a The American Society of Mechanical Engineers. Os exemplos escolhidos são de tal ordem que, é de acreditar-se, interessam a engenheiros e diretores de empresa, industriais e manufatureiras, como também a todos que nelas trabalhem. Esperamos, contudo, ter deixado claro que os mesmos princípios, com resultados iguais, **podem ser aplicados em qualquer atividade social**: na direção de novos lares, na gerência de nossas fazendas, na administração de nossas casas comerciais, grandes e pequenas, na administração de igrejas, de institutos filantrópicos, de universidades e serviços públicos (Taylor, 1990, p. 23, grifo nosso).

Observamos nessa passagem a intenção de organizar um paradigma científico com a pretensão de mover todo o corpo social em uma direção comum. Como assinalado em âmbito introdutório na primeira seção do presente trabalho, o taylorismo ainda divulga a herança positivista de maneira efusiva na análise da sociedade industrial tendo uma leitura linear dessa. Do ponto de vista ontológico, salientamos a vinculação objetiva do escolanovismo ao taylorismo no que corresponde à vinculação dos trabalhadores a um padrão de regulação social que insira os trabalhadores no “mundo do trabalho” de maneira arbitrária. Não é o sujeito que decide de que maneira ele poderá prestar uma melhor contribuição à coletividade, mas princípios científicos de organização do trabalho que, baseados no tempo de produção e reprodução capitalista, possam regular as aptidões dos

trabalhadores mais relevantes a esse último intento:

O que todos procuramos, entretanto, é o homem eficiente já formado; o homem que outros prepararam. Só entraremos, todavia, no caminho da eficiência nacional, quando compreendermos completamente que nossa obrigação, como nosso interesse, está em cooperar sistematicamente no treinamento e formação dessas pessoas, em vez de tirar de outros os homens que eles prepararam (Taylor, 1990, p. 22).

Essa intencionalidade tinha um caráter totalizador, desconsiderando completamente a diversidade humana (adquirida através do desenvolvimento do trabalho) e as diversas potencialidades derivadas dessa condição:

Para provar que a melhor administração é uma verdadeira ciência, regida por normas, princípios e leis claramente definidos, tal como uma instituição. Além disso para mostrar que **os princípios fundamentais da administração científica são aplicáveis a todas as espécies de atividades humanas, desde nossos atos mais simples até o trabalho nas grandes companhias, que reclama da cooperação mais apurada.** E, em resumo, para convencer o leitor, por meio de uma série de argumentos, de que, corretamente aplicados estes princípios, os resultados obtidos serão verdadeiramente assombrosos (Taylor, 1990, p. 23, grifo nosso).

Aliado a isso, o taylorismo também buscava inverter o princípio da mais-valia no decorrer de sua argumentação. Ao afirmar que o aumento do lucro do capitalista obtido através da exploração do trabalhador poderia ser revertido em maiores ganhos salariais ao último, o taylorismo “desconsiderava” completamente as disposições econômicas efetivas do capitalismo concorrencial. Isso se dá pelo fato de o lucro obtido pelo capitalista ter que ser, em grande medida, reinvestido no processo produtivo. Esse movimento amplia a produtividade da produção fabril (tomando como exemplo a indústria de transformação) e torna inviável a produção de seu concorrente, pois temos que ter em mente que a elevação dos níveis de produtividade, em geral, diminui o preço final da mercadoria (Marx, 2013).

Sendo assim, o seu concorrente perderia competitividade no mercado e seria fagocitado por esse produtor em ascensão (genericamente esse é o movimento histórico que explica efetivamente a formação do capital monopolista). Na citação a seguir, Taylor (1990) negligencia completamente essa constatação factual:

[...] se você e seu operário se tornaram tão adestrados que juntos fazem dois pares de sapatos por dia, enquanto seu competidor e o operário dele fazem apenas um par, é claro que após ter vendido os dois pares de sapato, você poderá pagar ao operário mais do que seu concorrente, que

produz somente um par, cabendo a você, ainda, lucro maior que seu competidor (p. 25).

Levando o debate para a esfera da reprodução social, necessitamos também abordar suas reverberações ao complexo da educação. Para desenvolvermos uma metanarrativa que aponte criticamente para a maturação da educação profissional no Brasil a partir dos anos 1930, é fundamental nos voltarmos para o terreno histórico onde esse fenômeno se objetivou. Mas, para pavimentar essa explanação, necessitamos retornar ao início do século XX. Para tanto, ressaltamos que o taylorismo desaguou no Brasil com um “princípio organizativo” muito claro. A ORT, dentre algumas de suas determinações, apregoava a extração de máxima produtividade do trabalho, ligados a critérios racionais de otimização efetiva da “força de trabalho”⁵.

A partir das experiências de diversos empresários paulistas envolvidos com as propostas de organização científica do trabalho e também da proposta de criação da ORT, no final da década de 1920, é que se chega, na década seguinte, ao esboço do que seria uma instituição voltada para a organização do trabalho, o Idort. A ORT utiliza-se de experiências da psicotécnica para o desenvolvimento das ideias de organização, padronização, elaboração de estratégias para redução de custos, disciplinarização e controle dos trabalhadores (Batista, 2015, p. 83).

Além disso, na década de 1920 observamos setores produtivos outrora resistentes à centralização do controle dos processos de trabalho cedendo a essa proposição, um exemplo se dá na esfera da circulação de mercadorias com o setor férreo:

As companhias ferroviárias foram o local por excelência onde os industriais testaram essas técnicas, após a criação da escola de formação na Companhia Estrada de Ferro Sorocaba, na década de 1920, a partir da preocupação de preparar o ferroviário para que se adequasse ao processo de trabalho e se adaptasse às novas tecnologias implantadas nessas empresas, como a eletricidade [...] É necessário lembrar que, em 1930, esses mesmos industriais criaram a ORT, a partir de experiências vivenciadas na Companhia Estrada de Ferro de Sorocabana, que tinha por objetivo solucionar os diversos problemas técnicos, administrativos e também a formação e aperfeiçoamento de pessoal (Batista, 2015, p. 82-83).

Sendo assim, a primeira consideração é que, nessa década, notamos uma mudança na composição classista do país. Especialmente com o surgimento de um proletariado urbano direcionado a trabalhar no setor de serviços, mas

⁵ Muito embora na literatura estudada essa categoria não seja citada, partimos de uma leitura marxiana do fenômeno, portanto adotando suas categorias de análise.

especialmente nas grandes fábricas. Tal acontecimento se deu especialmente por uma característica “exógena” à sociedade brasileira: a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial. Esse evento gerou uma demanda inédita por produtos industrializados no mercado mundial outrora não existentes (Marinil, 2000). Quanto à Crise de 1929, esta “[...] foi fundamental para que os industriais mudassem de estratégia e passassem de fato a se organizar [...] a crise deixou evidente a necessidade de organização econômica e financeira” (Batista, 2015, p. 84). Essa mudança do lugar que o Brasil ocupava na reprodução mundial do capital, especialmente durante as décadas de 1930 e 1940, também ocasionou um redirecionamento das políticas de Estado que readequassem a formação do trabalhador médio no país o exigindo um nível de disciplina e produtividade inédito em uma nação com economia e setor produtivo defasado e direcionado prioritariamente a gêneros primários.

O trabalhador deveria ser educado, por exemplo, para evitar acidentes de trabalho e, ao mesmo tempo, produzir mais; deveria receber **educação profissional** para atender à nova realidade imposta pela indústria, que adotava métodos científicos e, concomitantemente, instalava novos equipamentos, com tecnologia mais sofisticada e máquinas mais “avançadas” (Batista, 2015, p. 83, grifo nosso).

Lemos nessa passagem que a educação profissional como modalidade de ensino é colocada praticamente como um adestramento da força de trabalho ao trato com maquinário industrial. Os rebatimentos dessas mudanças no complexo educativo foram efusivos pois a readequação das políticas estatais postas pelos setores dominantes, em especial a nascente burguesia industrial, foi relativamente rápida nos anos subsequentes. Colocada essa questão, segundo Batista; Lima (2010), o empresariado surgido desse movimento buscou criar meios de formação da consciência dos seus membros: isso se dá a partir da formação de técnicos, cientistas, organizadores da cultura em geral buscando a formulação de uma proposição superior que refletisse essa obstinação em se adequar a uma realidade na qual o sistema produtivo necessitava de mercadorias industrializadas. Sendo assim:

Finalmente, em 23 de junho de 1931, a comissão organizadora do instituto, que tinha como membros Roberto Mange, Lourenço Filho, José O. Monsteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Geraldo de Paula Souza, Damasco Penna e Armando de Sales Oliveira, foi convocada em assembleia que culminou com a fundação do Idort (Batista; Lima, 2021, p. 85).

Nesse sentido, o Idort, nosso objeto de estudo, representa isto: o desejo de uma nascente burguesia industrial brasileira em organizar uma “plataforma ideológica” capaz de viabilizar seus planos de ascensão já que existiam condições materiais para tanto⁶. Esse instituto, idealizado ainda no final dos anos 1920, constitui-se em um elo que liga o desejo de lucratividade de uma classe particular ao surgimento de uma nova mentalidade ligada a uma “racionalidade instrumental”. Por hora, importa-nos afirmar com Batista (2015) que:

É nesse contexto histórico, político e social (década de 1930) que surgem as propostas articuladas por um grupo de industriais para a criação de uma entidade que defendesse a organização e a racionalização do trabalho com base nas concepções tayloristas, advogando o surgimento de uma sociedade baseada no industrialismo, que estava em expansão (p. 79).

Em síntese, o Idort nasce como uma tentativa de um país ainda predominantemente agrário de organizar suas forças produtivas de maneira a extrair taxas de lucratividade que proporcionassem a modernização de sua indústria. Essa era a perspectiva de industriais como Roberto Simonsen ao criar a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1933. Mas isso remete a um problema mais profundo, como alcançar tal objetivo mantendo a submissão nacional no que tange à produção de conhecimento. Remetendo especificamente a uma era do capital movida por grandes monopólios, a circulação de informações e o desenvolvimento científico já haviam se tornado mercadorias de grande valor, portanto passíveis de especulação, esse é um problema que reverberaria nas décadas seguintes e que trataremos detidamente a frente.

Nesse aspecto, um elemento importante a ser considerado é a ascensão intelectual de São Paulo que, através da produção de diversos autores, buscará “dominar” as proposições ideológicas nacionais com uma nova perspectiva possível, justamente pelo desenho econômico-político internacional. Essa perspectiva busca se afastar do pensamento colonizado – à época, o centro cultural e intelectual se voltava para o nordeste.

Sobre os elementos históricos envoltos no processo, é importante sinalizar a importância da Revolução de 30 como evento emancipatório de um *ethos*

⁶ Nos referimos aqui a demanda por mercadorias industrializadas gerada no período entre guerras no mercado mundial.

nascente na burguesia brasileira que se desvinculava, em parte, da burguesia agroexportadora abrindo um espaço de conflitos de interesses que permanece até nossos dias, pois a perspectiva de um Brasil moderno esbarra até hoje no passado autoritário e escravocrata guiado pelo clientelismo e coronelismo; também constituição de castas que demarcam relações de trabalho e sociais.

A Revolução de 1930 parece ter provocado uma espécie de precipitação das potencialidades das crises e controvérsias herdadas do passado. Delineiam-se mais nitidamente as correntes de pensamento. A marcha do processo político e das lutas sociais, de par com a crise da cafeicultura, os surtos de industrialização, a urbanização, a emergência de um proletariado incipiente, os movimentos sociais de base agrária, tais como o cangaço e o messianismo, tudo isso repunha, desenvolvia e criava desafios urgentes para cada setor e o conjunto da sociedade nacional (Ianni, 2004, p. 27-28).

Sobre isso, Ianni (2004) aponta que o oxigênio gerado por esse movimento impulsionou o surgimento de uma plataforma anteriormente espasmódica, pois só se manifestava em propostas isoladas que não alcançavam êxito perante as camadas sociais médias, a exemplo da Semana de Arte Moderna de 1922. Agora a conjuntura se altera de maneira estruturada e estruturante e nesse contexto as proposições dos intelectuais surgidos tem penetração política nas classes existentes.

Suas interpretações do Brasil tornam-se paradigmáticas. Passam a ser referência constante no ensino e pesquisa universitários, nas atividades de partidos e movimentos, nas diretrizes de governantes, nas controvérsias da opinião pública. A despeito das críticas possíveis, ou das lacunas reais, consolidam-se, institucionalizam-se. Codificam muito do que uns e outros, grupos e classes, movimentos sociais e partidos políticos, adotam como válido, consideram fundamental (Ianni, 2004, p. 40).

Daí surgem diversas interpretações das cadeias fundamentais de constituição do Brasil. A chamada “Geração de 30” deixa uma marca indelével na formação do pensamento intelectual brasileiro. Uma diversidade de leituras constantes que fluíam por correntes muitas vezes identificadas apenas posteriormente. De Oliveira Viana passando por Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, o Brasil era tomado de maneira criativa e diversificada em interpretações que transitavam pelo culturalismo, pela sociologia europeia, pelo economicismo inglês, todos elementos congregados e preocupados em descobrir o que era o Brasil, qual era a particularidade dessa construção sócio-histórica. Essa preocupação não é inédita, mas nos anos 1930 a chamada “questão nacional” é enfrentada de maneira articulada e sistêmica:

A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação. E essa preocupação se revela particularmente acentuada nas conjunturas assinaladas e simbolizadas pela Declaração de Independência em 1822, Abolição da Escravatura e Proclamação da República em 1888-89 e Revolução de 1930. Esse tema aparece nas produções de publicistas, cientistas sociais, filósofos, artistas. Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente (Ianni, 2004, p. 26-27).

Nesse contexto, cabe citar dois autores fundamentais para a fundamentação do pensamento idortiano. O primeiro deles é Roberto C. Simonsen:

A interpretação de Roberto C. Simonsen tem raízes na economia política. Lê a história como um processo de desenvolvimento econômico, no qual **estão em causa o empresário, a tecnologia, o planejamento governamental, a industrialização apoiada pelo poder público**, a racionalização da empresa, o aumento da produtividade, o adestramento profissional do trabalhador, a legislação trabalhista destinada a formalizar o mercado de mão-de-obra (Ianni, 2004, p. 42, grifo nosso).

O segundo autor é Oliveira Viana:

A interpretação de Oliveira Viana vem diretamente do pensamento conservador europeu e brasileiro. Privilegia a organização e a atividade do Estado, conferindo-lhe um papel preeminente, "civilizador". Baseia-se no suposto de que a sociedade civil é débil, incapaz; que o povo não está cultural e politicamente preparado para exercer um papel ativo nos negócios públicos. Precisa ser tutelado, administrado por um poder estatal cada vez mais corporativo, dinâmico, modernizador. Essa interpretação ressoa bastante no pensamento brasileiro, em setores empresariais, políticos, militares, jornalísticos, universitários (Ianni, 2004, p. 41).

Está aí a confluência de duas diretrizes fundamentais a proposta industrialista (da qual o Idort era importante assecla). A primeira é a "sofisticação" dos elementos constituintes dos processos de trabalho objetivando o aumento da exploração dos trabalhadores. A segunda é a composição de um Estado vinculado a práticas elitistas e corporativistas no qual as proposições governamentais são postas à coletividade de maneira verticalizada, não se dispondo ao diálogo com a sociedade civil. Sendo assim, a união de ambas emanaria um rígido controle ao comportamento da classe trabalhadora sendo capaz de aumentar o grau de seu disciplinamento aos pressupostos empresariais no espaço laboral e civil. Essas características remetem ao passado colonial quando analisadas criticamente, pois buscam implementar regimes de trabalho conduzidos pela superexploração, como no período escravocrata, e um Estado autoritário, como no Brasil colonial.

No fim, a principal contribuição dessa geração foi tornar latente um dilema constantemente presente no Brasil:

Continua em causa o dilema das ideias exóticas, da busca da congruência entre o pensamento e o pensado. O que já havia sido claramente posto por José Veríssimo e Sílvio Romero continuou a pôr-se para os outros, ao longo das décadas. Em 1973 Paulo Emilio julgou necessário escrever: 'Não somos europeus nem americanos do norte, mas destituídos de cultura original, nada nos é estrangeiro, pois tudo o é. A penosa construção de nós mesmos se desenvolve na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro' (Ianni, 2004, p. 46).

Assim, apontamos que o Idort nasce em um contexto de efervescência cultural, política e econômica no qual diversos grupos pertencentes a diferentes classes estavam disputando plataformas ideológicas que os ajudassem a sobrepor seus interesses aos seus adversários. Estava posta em disputa a construção de uma ideia de Brasil moderno, constituído de um pensamento de vanguarda que contraditoriamente se relacionava ao que o Brasil tinha de mais arcaico: a “superexploração” de sua classe trabalhadora, conceito que esmiuçaremos no capítulo seguinte.

Dessa maneira, reafirmamos que o passado e seus elementos não deixam de existir com a maturação de processos políticos e econômicos no Brasil, mas são reatualizados e re combinados com a necessidade de desenvolvimento do capitalismo em todas as nações. O Idort tinha papel central nesse conjunto de elementos devendo materializar uma proposta que efetivamente criasse um novo tipo de trabalhador ligado à produção em massa de mercadorias em uma dinâmica urbano industrial. Para tanto, ele acabou sendo um agente impulsionador da modalidade de educação profissional. As próximas páginas buscam pavimentar, sempre orientado pela categoria trabalho, os elementos necessários a comprovação dessa argumentação.

Posto isto, o ponto a ressaltar é que o desenvolvimento produtivo sofisticou funções cada vez mais suscetíveis de serem artifício de aprimoramento técnico dentro de campos de estudo, possibilitando sua crescente racionalização (Ianni, 2004). É nesse momento que a organização do trabalho se solidifica como uma área específica do conhecimento passível de ser acastelada. Entendemos que o taylorismo, em sua proposta ideológica, esconde os objetivos de fato da racionalização: a concentração do saber nas mãos da administração (Batista, 2015, p. 89). A questão da divisão do trabalho no sistema produtivo capitalista e, por

consequente, a fragmentação do conhecimento nesse mesmo espectro de relações sociais serão assuntos tratados mais à frente, importando sinalizarmos, aqui, apenas um elemento, que ela opera primordialmente a partir da separação abstrata de dois complexos: o da política e o do trabalho. Isso se dá através do recurso a alguns mecanismos, o primeiro é a rejeição ao conceito de classe:

Segundo a elite industrial, o desenvolvimento da sociedade deveria ser a luta de todos, pois faziam parte de um mesmo organismo social, com os mesmos interesses, portanto não fazia sentido falar em classes sociais (Batista, 2015, p. 90).

O segundo é o recurso ao complexo da política como instrumento totalitário (recurso muito fluído na sociedade brasileira). Geralmente dando vazão a períodos ditatoriais, o que ficava bem evidente na análise dos discursos positivistas implementados:

[...] o Idort é o único órgão saudável da sociedade; já o proletariado e suas manifestações grevistas seriam obstáculos para o bom funcionamento dessa sociedade, e a resistência dos trabalhadores só enfraqueceria a nação diante de outros países. Percebe-se seu pensamento autoritário, uma vez que, na visão deles, deveriam ser desconsiderados outros projetos para fazer prevalecer a sociedade harmônica, tal como idealizavam. Entendemos, desse modo, o porquê de os industriais aceitarem a apoiarem o Estado Novo instalado por Vargas no período 1937 – 1945 (Batista, 2015, p. 90).

Indo diretamente ao princípio organizativo que impulsiona o surgimento e manutenção do Idort, temos que nos reportar ao taylorismo que consistia em um paradigma organizativo do trabalho fecundo e aplicado insistentemente ao longo do século XX, percorrendo grande parte das cadeias produtivas. Sua principal “virtude” era o apelo à naturalidade teórica e universalidade de aplicação – fundado na produção e consumo em massa (Batista, 2015). Ocorre que essa:

[...] proposta de organização racional extrapolava, como já explicitamos, o espaço fabril; tratava-se de um projeto para todos os setores da sociedade. Se a proposta era disciplinar o operário para o chão de fábrica, paralelamente seria disciplinar a sociedade na lógica da racionalização (Batista, 2015, p. 96).

Um exemplo crasso dado por Batista (2015) de penetração dessas propostas no cotidiano é assinalado fazendo perceber a conotação invasiva e tutelar do ideário idortiano:

Para a Revista Idort, as visitas também atrapalhavam a vida racional, pois as pessoas perdiam tempo com visitas e conversas, ou seja, até conversar,

ter vida social era visto como perda de tempo. O tempo economizado deveria ser utilizado para o trabalho. Ouvir música, ter algum momento de lazer também era visto como atividade “infrutífera”, perda de tempo (Batista, 2015, p. 97).

Nesse contexto, a ideia a ser inculcada nos trabalhadores era a de progresso positivo do país. Assim elas eram postas em estímulos individuais aos trabalhadores através de conceitos como colaboração, disciplina, conciliação de classe (Batista; Lima, 2010). Salientamos que o percurso assinalado até aqui não pode ser entendido sem as suas contradições e resistências, na verdade esse é dialeticamente um elemento constitutivo do mesmo caminho, pois um dos fatores de sua estrutura compositiva exata é que existia também a sua antítese, ou seja, as formulações ideológicas da classe trabalhadora, naqueles anos hegemonizados pelos movimentos anarquistas e socialista. Nesse contexto, o Idort tinha como principal função:

[...] difundir o ideário da racionalização no setor industrial e também no Estado, além de fortalecer os industriais paulistas. No período histórico, circunscrito aos anos de 1930 e 1940, o IDORT foi fundamental na disputa hegemônica entre os industriais e o setor agrário, não só pelo aparelho de Estado, mas também de convencimento e cooptação dos trabalhadores (Batista, Lima; 2010; p. 119 – 120).

Um dos mecanismos de inserção de divulgação dessas proposições foi a Revista Idort. Nos anos 1930, em um contexto de mudanças substantivas no cenário político diversas propostas se encontravam em disputa e assim

O primeiro número a *Revista Idort* foi lançado em janeiro de 1932 na cidade de São Paulo. Tratava-se de uma revista com edição mensal, distribuída aos sócios do instituto e enviada aos diretores das empresas a ele vinculadas. O endereço da revista era o mesmo do instituto: Rua Senador Feijó, 27, 3º andar, São Paulo/SP (Batista, 2015, p. 105).

Ela se tornou imediatamente um dos principais veículos de divulgação da ORT possuindo uma longevidade significativa:

A estrutura da *Revista Idort*, nas décadas de 1930 e 1940, não sofreu muitas modificações. Foram editadas, de janeiro de 1932 a dezembro de 1942, 132 revistas em edições mensais, o que constitui seu universo. A partir de 1942, passou a ser publicada com o título *Revista de Organização Científica*, e não mais *Revista Idort*. **Lembramos que ela foi editada até o ano de 1981, totalizando 595 edições** (Batista, 2015, p. 106, grifo nosso).

Em um primeiro momento aglutinando pessoas dos mais diferenciados campos, “[...] tanto empresas como pessoas físicas podiam ser sócias” (Batista, 2015, p. 111). Uma questão interessante é que, em 1933, a maior parte dos sócios

do Idort se concentravam em cidades do estado de São Paulo (dos 250 sócios, 205 residiam ou concentravam seus negócios na cidade). O Distrito Federal vinha em segundo plano com 38 associados. Minas Gerais com 5 associados e Pernambuco (único estado do nordeste a incorporar de pronto tal iniciativa com apenas 1 associado). Com relação às profissões, em sua imensa maioria, os sócios eram engenheiros – dos 250 sócios, 95 pertenciam à categoria. Outro elemento significativo eram os sócios pertencentes à categoria docente (20 sócios) (Batista, 2015).

Em uma de suas primeiras publicações, a Revista Idort apresentava nove pontos bem característicos que versavam claramente sobre seus objetivos: o aumento da produtividade do trabalho por homem-hora com a eliminação do desperdício, diminuição dos custos de produção e distribuição. Incentivo ao uso de força mecânica. Reverberando em um novo ponto: a melhoria das condições físicas para o trabalho. A partir disso, temos um outro elemento novo: a melhoria dos resultados dos esforços humanos. Sem deixar de tomar esses novos elementos como um conjunto de processos intimamente dependentes, temos a redução das horas de trabalho e a disposição aos operários de mais tempo livre. Um sexto aspecto seria a necessidade imperiosa de maior colaboração entre operários e patrões para fins que os interesses de ambos convergissem para um lugar comum. A sétima iniciativa seria a distinção funcional aos trabalhadores que se destacassem em suas tarefas fazendo com que surgissem diferenciações salariais que reduzissem a distância entre as classes. O oitavo ponto seria a simplificação da produção facilitando a produção em massa. O nono ponto é um amadurecimento do anterior, pois se dirige à simplificação de situações complexas e ao controle da produção contribuindo para o bem-estar não só de uma classe, mas da humanidade (Batista, 2015).

Essa camuflagem obscurecia alguns pontos, primeiro é que o fato de que a produção de mercadorias aumentar não é um sinônimo que os trabalhadores terão mais acesso ao consumo, pois a riqueza no capital tende a concentração sempre (nos deteremos a esse fato nos parágrafos finais da seção). E como a mais-valia é gerada no campo da produção, significa que, na verdade, os trabalhadores passaram a ser mais explorados que anteriormente.

Outra questão ressaltada por Batista (2015) é que os idortianos

argumentavam que as contribuições da automatização da linha produtiva:

“[...] melhoram as condições físicas do trabalho, pois os esforços mais árduos passam a ser feitos por máquinas, embora não se esclareça que tal procedimento libera o operário para produzir mais ainda, pois este se foca apenas na produção de certa mercadoria.” (Batista, 2015, p. 100).

Quando analisamos criticamente tal proposição, observamos que a mais-valia absoluta se une quase sempre à mais-valia relativa, especialmente no caso brasileiro. Quando houve a construção de um parque industrial elaborado (industrialização pesada) nos anos 1960, tivemos na verdade o aumento das taxas de desemprego e inflação como instrumento de depreciação do valor real do salário, o que ocorria pensando de forma “totalitária” era que a mais-valia transferia valor das economias periféricas com a exploração violenta de seu trabalho para as economias centrais.

Nesse sentido, temos como aguda hipótese que, se uma instituição se converteu em uma importante divulgadora de princípios organizacionais do trabalho, significa que ela necessitava atuar na reprodução de consciências para alcançar êxito em seu propósito. Aqui temos como conjectura sua presente intervenção no complexo da educação por meio de incentivos a uma modalidade de ensino específica: a educação profissional. Basta dizer que importantes intelectuais como Lourenço Filho direcionaram suas forças a um projeto que equacionassem esse desejo, e ele tem o Idort como importante ferramenta:

O IDORT foi fundamental para a discussão e reorganização do ensino profissional no Brasil nos anos de 1930, mas foi na década de 1940 que os industriais viram muitas de suas propostas serem implementadas. Foi durante o Estado Novo (1937-1945) que ocorreu a regulamentação do ensino profissional no Brasil, a partir da reforma Capanema (1942), conhecida também como Leis Orgânicas do Ensino. Esta reforma estruturou o ensino profissional, reformulou o ensino comercial e criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (Batista; Lima, 2010, p. 119-120).

Está posta a conexão íntima entre os pressupostos escolanovistas e o industrialismo brasileiro. Em nossa leitura, essa proposição se articula a uma ideia funcional no sentido raso do papel social da educação, na verdade a subsumi aos ditames de um sistema produtivo voltado a apropriação privada de uma riqueza produzida coletivamente o direcionamento da formação intelectual formal dos trabalhadores. Nesse contexto nascem diversas instituições voltadas a educação do trabalhador como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). No campo

formal, temos a constituição outorgada de 1937. Aliado a isso, também a instituição do ensino profissional destinado aos pobres como missão fundamental do Estado, reproduzindo no complexo da educação a clivagem de classe encontrada na divisão social do trabalho.

Um último aspecto a ser ressaltado por hora é que a base argumentativa dos intelectuais vinculados ao Idort e a sua vinculação ao paradigma positivista comteano, especialmente para justificar a “conciliação de classes”:

Segundo a elite industrial, o desenvolvimento da sociedade deveria ser a luta de todos, pois faziam parte de um mesmo organismo social, com os mesmos interesses, portanto não fazia sentido falar em classes sociais (Batista, 2015, p. 90).

Esse seria um fator decisivo de apoio político à ditadura varguista transfigurada no Estado Novo (1937-1945), não por coincidência, período que compreende importantes marcos legais, como Consolidação das Leis Trabalhistas, justificando em parte o argumento dos teóricos que os sindicatos a partir desse período passam a operar sobre uma legalidade paternalista e “adestratória”. Em síntese:

O discurso ideológico dessa fração da classe dominante toma como ponto de partida a identificação de seus interesses com o chamado interesse coletivo. Ideologicamente, o discurso da técnica e da ciência, portanto da neutralidade do projeto de racionalização proposto pela burguesia, mascara a questão política.” (Batista, 2015, p. 90).

Sendo assim, Batista (2015) sintetiza a natureza epistemológica e social do Idort:

Entendemos que o Idort foi pensado e gestado no interior das mudanças ocorridas na sociedade brasileira, sobre as bases das ideias tayloristas; nos princípios técnicos, métodos de organização científica do trabalho, com o objetivo de acelerar a industrialização, tendo de disciplinar e controlar a classe operária. Em outras palavras, O Idort era um projeto audacioso para o nosso país, pois pressupunha investir na produção e na instalação de novos equipamentos na indústria, aumentar a produção e, ao mesmo tempo, convencer os trabalhadores de que esse era um projeto para toda a sociedade. Em casos de resistência, o Estado atuaria reprimindo e regulamentando leis que, indiretamente, levariam à cooptação, como ocorreu com as leis trabalhistas outorgadas por Vargas (Batista, 2015, p. 104-105).

Todas essas contradições remetem também a uma tendência identificada por Marx (2013). O taylorismo se baseia em uma sociedade de consumo de massas, diminuição dos preços, aumento dos salários e eficiência da produção. Ocorre que

isso é alcançado pela inserção de maquinário ao processo produtivo. Esse movimento aumenta a parcela de trabalho morto na produção de mercadorias excluindo assim a participação de trabalho vivo com a eliminação de postos de trabalho e aumento da exploração dos postos de trabalho ocupados.

Assim podemos concluir que a plataforma social referida ao taylorismo é inexequível, pois desempregados não podem participar “formalmente” do consumo das mercadorias produzidas por não possuírem renda para tal. Disso a produção em massa acaba por ocasionar uma crise de produção aumentando estoques que terão que ser vendidos abaixo do valor de sua produção exigindo a readequação dos paradigmas produtivos.

Em síntese, podemos dizer que o taylorismo foi um paradigma de organização viável em condições muito particulares de expansão do capital. Especialmente quando consideramos que no período da “monopolização do capital” ainda existiam mercados a serem conquistados, o que deu origem ao Imperialismo. Outra questão é que as guerras imperialistas foram fonte de grande queima de trabalho morto e de força de trabalho, recobrando o capital em uma nova fase expansionista, especialmente em territórios que não foram palcos de grandes conflitos bélicos (como o caso do Brasil). Quando essas condições se eximem se torna inviável sustentar esse pensamento nos moldes dos anos 1930, ao menos materialmente, obviamente desconsiderando o idealismo da burguesia industrial brasileira.

Aqui deixamos um adendo importante, o desenvolvimento do trabalho no capitalismo e das forças produtivas na indústria é acompanhado da inviabilização do desenvolvimento individual do trabalhador. Isso acontece porque a produção cada vez mais integrada irá se chocar com processos de trabalho fragmentados pela constituição dos elementos do mercado de trabalho como competição, desenvolvimento individual como veículo de desenvolvimento humano.

3 TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA: CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS A CRÍTICA DO CAPITALISMO PERIFÉRICO

“Lá no sertão cabra macho não ajoelha, nem faz
parelha com quem é de traição. Puxa o facão,
rasga o chão que sai centelha, porque tem vez
que só mesmo a lei do cão”

(Lenine).

O presente capítulo aborda os elementos históricos e conceituais constituintes do debate concernente à TMD. Atentamo-nos, aqui, a construí-lo, pois esse constitui o prisma ontológico sobre o qual analisamos as ações idortianas. Partimos do pressuposto de que a instrução formal está intimamente ligada ao desenvolvimento do capitalismo industrial. Portanto, se não compreendemos o desenvolvimento da indústria no Brasil em sua totalidade, não poderemos inferir quais as mediações entre o campo econômico e social se estabeleceram durante o movimento de sedimentação do capitalismo na América Latina e no Brasil, em especial, as destinadas ao campo educacional.

Particularmente, vinculamos nosso debate nesse ponto à Santos (2015); Sodré (2019); Bambirra (2013); Marini (2000; 2011; 2012); Arruda (2012); Reis, Sá (2006). Sobre o primeiro, buscaremos angariar um panorama geral sobre a maturação desse programa de estudos passando pelas contradições que o compõem, isso tem por motivação esclarecer os elementos conceituais usados durante o debate realizado na tese. Assim, conceitos como desenvolvimento, subdesenvolvimento, dependência, superexploração do trabalho são associadas ao recorte histórico onde esses foram gerados.

Optamos por essa escolha pois dentro do grande espectro que sustenta a TMD existem vários recortes ontológicos que abarcam autores das mais variadas tendências programáticas: reformistas, desenvolvimentistas, circulacionistas, revolucionários, entre outros. Theotônio dos Santos, no entanto, se vinculava a uma tradição revolucionária que tinha grandes embates com o campo progressista do período, paramentado na aliança entre o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Esse campo marginalizado pelo governismo das organizações dos partidos citados ajudou a ocultar as proposições de seu grupo: Política Operária (Polop) no debate brasileiro. Sua contribuição foi duramente atacada por grupos pretensamente progressistas, o que contribuiu para o seu

isolamento até a expulsão de seus componentes do Brasil em 1964. No exílio, este ao lado de Bamberger e Marini estabeleceram uma produção respeitada em países como México e Chile, no entanto, ainda parcamente estudada em seu país de origem: o Brasil.

Nesse sentido, a presença do autor contribui em duas vias em nossa argumentação: primeiro em reparar o que consideramos um erro histórico decorrente do avanço do campo reformista na esquerda brasileira; e segundo em estabelecer uma originalidade em nossa base ontológica de argumentação e proposição, já que seus conceitos ainda são incipientemente aplicados em estudos acadêmicos. No que corresponde a Sodré (2019), este é tomado pela economia e sociologia brasileira como intelectual fundamental ao desenvolvimento do pensamento direcionado a uma Revolução Brasileira.

Um dos fundadores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (aglomeração pulsante de intelectuais vinculados a perspectiva crítica da economia política durante a segunda metade dos anos 1950) e militante do PCB, além de militar respeitado dentro das Forças Armadas, Nelson Werneck Sodré escreveu vários textos ligados a possibilidades emancipatórias da América Latina e do Brasil. Seu legado hoje é sustentado em grande medida pelo esforço de sua filha Olga Sodré em reorganizar seus textos em edições acessíveis ao leitor contemporâneo. O debate trazido por ele contribui para termos uma noção bastante lúcida da realidade brasileira desde a primeira república até o período varguista.

Também recorremos a Arruda (2012) para pavimentar os elementos factuais dispostos no recorte temporal entre os primeiros anos da república e o período varguista. Temos por intenção precípua a comprovação da análise que associa intimamente o desenvolvimento do capitalismo brasileiro à ampliação de um Estado centralista e elitista fundado em uma economia industrial e dependente.

Quanto à Vânia Bamberger, em meio aos intelectuais da Polop, essa se constitui como a mais marginalizada, no entanto sua contribuição é central na apreensão exata da confecção de um programa revolucionário brasileiro fundamentado na composição e recomposição do desenho e dinâmica entre classes e frações de classes no Brasil. No que corresponde à investigação dos elementos que proporcionaram o domínio das classes subalternizadas pelo debate acadêmico dos anos 1960, seus estudos são fundamentais.

Por fim, exporemos algumas proposições de Ruy Mauro Marini, um dos intelectuais mais criativos e propositivos no estudo da sociedade latino-americana e brasileira na primeira metade do século XX, fundamental no desenvolvimento de proposições conceituais derivadas de sua experiência em organizações políticas.

Sobre o período histórico, deter-nos-emos à dinâmica socioeconômica que aos poucos vinculou a formação social da América-Latina e do Brasil ao estabelecimento do capitalismo concorrencial e posteriormente monopolista. Isso se deu pelos conflitos de projetos políticos e partidários pertencentes à República da Espada, República do Café com Leite. À posteriori, o período varguista impulsionou uma nova dinâmica classista fundada na disputa por hegemonia entre três classes principais: burguesia agroexportadora, burguesia industrial e trabalhadores.

3.1 Fundamentação histórica e teórica da Teoria Marxista da Dependência

Para termos uma noção exata do papel da TMD na análise do desenvolvimento capitalista na modernidade, é importante assinalar quais os principais aspectos ontológicos norteiam sua crítica. Nesse sentido colocamos que certas categorias tão caras ao sistema capitalista e sua existência são, na verdade, recorrentes e antigas justificativas para maturação da propriedade privada e do trabalho assalariado. Nesse contexto, a noção de progresso e controle social, tão importantes à contemporaneidade, são antigas companheiras do lucro privado.

Posto isto, a ideia de desenvolvimento moderno surge na transição do século XVIII para o século XIX com os processos de industrialização da Inglaterra de 1760, nos EUA pós-guerra civil, na Alemanha de Bismarck, no Japão da era Meiji (Santos, 2015). Todos esses elementos se ampliam à medida que a produção de mercadorias se expande.

No século XIX esse movimento já ganha destaque suficiente para preocupar diversos estudiosos:

Para Marx, a modernidade se identificava com a revolução democrático-burguesa. Tratava-se de uma versão classista e histórica de um modelo cujas pretensões universais derivavam de sua origem de classe, isto é, a ideologia burguesa (Santos, 2015, p. 21).

Como regime produtivo, o capitalismo só se reproduz na medida em que amplia a produção de seus antagonistas. Vemos a aplicação disso na prática, a

riqueza privada corresponde à miséria coletiva. O seu desenvolvimento corresponde ao seu subdesenvolvimento e, na esfera da reprodução, também ao desenvolvimento do subdesenvolvimento. Sendo assim, Santos (2015) salienta que:

A característica principal de toda a literatura que discutimos até agora era, contudo, sua visão do subdesenvolvimento como uma ausência de desenvolvimento. O “atraso” dos países subdesenvolvidos era explicado pelos obstáculos que neles existiam ao seu pleno desenvolvimento ou modernização. No entanto, no início da década de 1960 estas teorias perdem sua relevância devido à incapacidade do capitalismo de reproduzir experiências bem-sucedidas de desenvolvimento em suas ex-colônias, que entravam em sua maioria, em processo de independência desde a Segunda Guerra Mundial (p. 21).

Essa reflexão é essencial para o desenvolvimento das classes sociais na América Latina, especialmente os setores médios que assimilaram mais rapidamente a noção de progresso como uma condição impreterível ao bem estar comum. Portanto, a uma etapa que os países necessitariam vivenciar para alcançar o desenvolvimento pleno de suas forças produtivas:

Este progresso que a América Latina não conseguia protagonizar será visto, na segunda metade do século XIX, como resultado da importação do conhecimento científico e das tecnologias e não como o desenvolvimento próprio e autônomo das mesmas. Essa ideologia de progresso refletia o ponto de vista das classes médias que buscavam estar ao passo com os setores médios e as classes dominantes dos países centrais para os quais a América Latina exportava e dos quais ela importava (Santos, 2015, p. 66).

No campo revolucionário, também para a apreensão da penetração de tais diretivas dentro do campo da esquerda, o Partido Comunista Soviético acreditava, na primeira metade do século XX, que as condições revolucionárias se dariam por etapas, uma clara leitura positivista da realidade. Nesse contexto era fundamental a existência de uma burguesia nacional madura para que os elementos materiais primários postos em um efetivo colapso das relações sociais capitalistas estivessem em condição de dar início ao movimento emancipatório da classe trabalhadora. Como os comunistas do partido tinham um forte viés centralista, essa diretiva era emanada aos mais diversos lugares do globo sem a necessária contrarreferência dos seus militantes revolucionários em cada território. Nesse caso, várias teses eram transpostas sem a necessária mediação das particularidades locais.

Assim, traçando um balanço da TMD, temos que atentar também ao contexto socioeconômico do capitalismo no século XX, especialmente no que diz

respeito ao recorte latino-americano. Essa é a base na qual se apoia a crítica à economia política particularizada por intelectuais como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotônio dos Santos, especialmente no que tange a mudanças trazidas pela penetração das diretivas implicadas pela estreita vinculação da produção de mercadorias na região em articulação ao desenvolvimento do abastecimento das economias centrais.

Especialmente no período entre as duas Grandes Guerras Mundiais há uma alteração substantiva nessa relação, e a participação das economias periféricas na reprodução global do capital se amplia consideravelmente: quantitativa e, em especial, qualitativamente. Se antes tínhamos um país eminentemente rural tangido à produção de bens primários, a necessária busca por produtos industrializados trazidas pelas economias centrais fez com que a estrutura produtiva do Brasil se alterasse. Nesse ponto as relações de produção sofreriam impacto direto.

O processo de instalação das indústrias de transformação no Brasil, ocorreu com relativo atraso e desenvolveu-se de forma bastante limitada. O período que se abre com a proclamação da República e termina com a Revolução de 1930 representa, na história econômica do país, um período de transição entre dois “modelos” cujas características são bastante distintas: de um lado, o assim chamado agroexportador, cujo núcleo era a economia cafeeira, e, de outro, o urbano-industrial, apoiado em uma série de estímulos que favoreceram a substituição de importações (processo que apenas em parte deveu-se à ação do Estado, uma vez que a ação espontânea das forças do mercado não pode ser minimizada). (Arruda, 2012, p. 119).

Essa é a força motriz que modificará o território e as relações sociais inseridas nele. Monetizará o intercâmbio entre os indivíduos e estreitará seu grau de coisificação sobre égide do imperialismo norte americano fortalecido pelo acúmulo de capital derivado que esse teve durante as duas Grandes Guerras Mundiais. Na imperiosa missão de investir os recursos acumulados durante esse período como veículo de transformação em capital teremos o início dessa expansão. Ocorre que ela não se dirigiu apenas ao campo econômico, muito embora seu objetivo precípua fosse esse, mas também ao âmbito cultural.

Desde os anos 1930, as economias latino-americanas, sob o impacto da crise econômica mundial iniciada em 1929, haviam se orientado na direção da industrialização, caracterizada pela substituição de produtos industriais importados das potências econômicas centrais por uma produção nacional. Em seguida, terminado o longo ciclo depressivo (caracterizado por duas guerras mundiais, uma crise global em 1929 e a exacerbação do protecionismo e do nacionalismo), restabelecia-se depois da Segunda Guerra Mundial, através da hegemonia norte-americana, a integração da

economia mundial. O capital, concentrado então nos EUA, expandiu-se para o resto do mundo, na busca de oportunidades de investimento que se orientavam para o setor industrial (Santos, 2015, p. 25).

Aliava-se a isso a antiga tentativa de aproximação dos EUA à participação nas decisões políticas internas do Brasil concretizada, no âmbito econômico, a partir dos anos de 1922 (primeiro empréstimo negociado entre os EUA e o Brasil). Mas, no âmbito político, esse histórico era mais antigo:

Até a Primeira Guerra Mundial, havia um evidente descompasso entre relações políticas externas e grau de dependência econômica: se a política externa dos Estados Unidos ganhava cada vez mais adeptos no Brasil, por outro lado a presença dos Estados Unidos na economia brasileira ainda era muito pequena [...] Mas os estadunidenses, através do Departamento de Estado, estavam atentos a tudo que acontecia na política brasileira. O Golpe de 3 de novembro de 1891 (quando Deodoro dissolveu o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais, destituiu governadores e decretou estado de sítio) foi criticado pela imprensa estadunidense e afastou o presidente daquele país (Arruda, 2012, p. 124).

Todo esse movimento efusivamente foi aos poucos concretizando a dependência que o Brasil passou a ter do capital estrangeiro. Os investimentos dispostos ao país não aconteciam sem antes haver uma “sugestão” de seus gastos, isso alimentava o posicionamento do país enquanto território de subserviente ao imperialismo.

As atividades mais lucrativas – financiamento, comércio, transportes e construção da infraestrutura urbana – permaneciam sob o controle dos investidores estrangeiros, restando secundária a burguesia local, é óbvio que sua participação no esquema de acumulação só poderia se dar na condição de um ator coadjuvante, sem poderes decisórios de grande importância, especialmente no âmbito das relações econômicas (Arruda, 2012, p. 110).

Esse conjunto de fatores, em intensidade, em mediações complexificadoras, era inédito para a realidade latino-americana e necessitava de uma explicação atenta atualizada nos anos 1930. As produções de intelectuais como Caio Prado e Gilberto Freyre serão fundamentais a crítica estabelecida posteriormente no que viria a ser conhecido como intelectuais da Teoria da Dependência, que surgiram na América Latina nos anos 1960, tentando explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico da região imediatamente antecedentes, iniciado de fato em 1930-1945 (Santos, 2015, p. 25).

É assim que o paradigma de organização do trabalho que orientou não só os processos de trabalho, mas o modo como a economia capitalista se organizou

politicamente se institui baseado no fordismo, por sua vez já concretizado como modelo de organização produtiva na principal economia capitalista do globo:

Nestes anos de crise, a economia americana incorporou o fordismo como regime de produção e circulação ao mesmo tempo em que a revolução científico-tecnológica se iniciava nos anos de 1940. A oportunidade de um novo ciclo expansivo da economia mundial exigia a extensão destas características econômicas ao nível planetário (Santos, 2015, p. 25).

Apoiados no poderoso Estado Nacional norte-americano, os principais capitalistas organizaram uma cadeia de acordos para concentrar a expansão de seus investimentos em um sistema de instituições e organizações internacionais e multilaterais paramentada pelo acordo de Bretton Woods. É assim que o desenvolvimento dessas economias centrais, que tiveram um processo de industrialização extremamente precoce, retroalimentaram o subdesenvolvimento das economias periféricas que, em sua maioria, estavam iniciando seu processo de modernização do parque industrial. Isso será vantajoso para as economias centrais por diversos motivos, gerando em diversos campos o acúmulo de mais riqueza. Dentre esses pontos podemos destacar mais um mercado criado: a comercialização de maquinário obsoleto aos parques industriais modernos para as economias em desenvolvimento.

É assim que Santos (2015) aplica a dialética marxista na análise da maturação do capitalismo na América Latina postulando que em uma economia globalmente integrada, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento são aspectos diferentes do mesmo processo socioeconômico, são fundamentalmente complementares e interdependentes. Em outras palavras, o moderno condiciona o arcaico, o arcaico condiciona o moderno! A primitividade e ignorância das relações políticas e culturais são absolutamente necessárias ao aumento dos rendimentos privados mesmo no marco capitalismo industrial.

No entanto, a administração e o controle do tempo na modernidade requerem uma apreensão racional e precisa dos processos históricos para que o acúmulo de determinações do real seja instrumentalizado de maneira a manipular o controle do real de maneira particularista. As intencionalidades envoltas nesse sentido tangenciam os governos a emanarem recomendações que fortaleçam essa premissa nos mais diversos âmbitos, dentre eles o educacional. Sodré (2019) sinaliza pertinentemente esse processo analisando a forma como esse fenômeno se

associa ao ensino formal:

[...] o Estado, quanto ao ensino inicial, primário, de primeiro grau, exerce esforço de apreciáveis dimensões, embora limitado no espaço, resumido às zonas desenvolvidas e de adiantado teor de urbanização, entregou o ensino médio ou secundário quase totalmente, à iniciativa privada, que o comercializou e, assim, estabeleceu critérios de classe para a filtragem dos elementos capazes de passar além dos primeiros conhecimentos (Sodré, 2019, p. 199)

Aqui está explícita uma escolha clara do Estado em seu direcionamento e compreensão não só de uma divisão classista, estamos falando do intervalo temporal pertinente às décadas de 1930-1950, de uma separação territorial onde o proletário urbano necessita de uma compreensão mínima de códigos elaborados para existir em um território com grande aglomeração de trabalhadores e intenso fluxo de mercadorias. Já no território rural, que compreende populações distribuídas de maneira espaça, temos fortes inclinações à agricultura de baixa produtividade e ao cultivo predatório da terra; atrelado a isso, temos um trabalhador do campo com um baixo nível de instrução formal.

É nesse contexto (anos 1930) que o espaço universitário – com a produção de conhecimento em nível elevado de sofisticação – se apresenta como um lugar repulsivo para as elites econômicas. A outra questão é que essa nasce sobre a forte égide de comando do mercado capitalista que irá impondo mudanças organizacionais a essa:

As necessidades sociais, até que as relações capitalistas atingissem certo nível – o que ocorreu, não por coincidência, por volta de 1930 -, foram perfeitamente atendidas, dada a estrutura da sociedade, pelo funcionamento isolado das faculdades, particularmente aquelas que proviam as necessidades quantitativas de profissionais liberais. A ideia de agrupar, em certos casos, tais faculdades em universidades, correspondeu, de início, mais à tendência imitativa do que a uma necessidade claramente manifestada. Sentiu-se, aqui, a inferioridade que a ausência de universidade traduzia; a criação dependia de uma decisão administrativa e, portanto, não apresentava dificuldade. Mas, também, não tinha condições para esconder seu sentido inócuo. **Persistiu o provimento das atividades profissionais antigas – advogados, médicos, dentistas, farmacêuticos -, ao mesmo tempo em que a complexidade crescente da sociedade multiplicara a divisão do trabalho, criando novas exigências universitárias** (Sodré, 2019, p. 200, grifo nosso)

O projeto industrialista tentou muitas vezes romper com esse modo de pensar como deveria ser a organização das instituições de ensino. A intelectualidade industrialista buscava contribuir para que essa organização reducionista ganhasse perspectiva mais ampla e progressista, no entanto nunca obtiveram coesão social

para tal:

Nos anos 1930, figuras como Roberto Simonsen, [...] importante intelectual idortiano [...] Euvaldo Lodi e vários outros mostravam uma ampla consciência política e econômica do empresariado nacional. Suas entidades de classe como a Federação Nacional da Indústria, formulavam um projeto de desenvolvimento com alto conteúdo nacionalista e apoiavam o projeto de Estado Nacional Democrático dirigido por Getúlio Vargas (Santos, 2015, p. 33).

O ponto é que esses intelectuais se chocavam com limites estruturais evidentes. A expansão de multinacionais aperadas por regimes já monopolizados era um fato central, mesmo que houvesse projetos intelectualmente exitosos na compreensão de uma necessária produtividade autônoma à economia interna, como exemplificado no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP) e posteriormente no ISEB nos anos 1950, com uma base material na Federação Nacional das Indústrias e em diversas instituições públicas que apoiaram o segundo governo de Vargas, especialmente quando esse projetou um programa bem modulado de desenvolvimento nacional.

Os “desenvolvimentistas” nacionalistas tinham adversários que já haviam sedimentado seus vínculos com as elites conservadoras, o que, partindo do fato desse grupo nunca ter perdido espaço efetivo na participação das decisões estatais até então, acabava por se constituir em uma barreira impenetrável ao pretenso progresso da modernização. Portanto, essas iniciativas e, com efeito, seus componentes, foram derrotados ao tentar defender o governo dos ataques do capital monopolista. A campanha pelo “impeachment” de Vargas não foi detida por esses agentes, mas pelo seu suicídio. Foi esse fato que ocasionou uma intensa movimentação popular que fez a direita recuar (Santos, 2015).

No percurso até aqui, observamos que o estudo do desenvolvimento das relações político-sociais brasileiras necessita de um levantamento factual do desencadeamento do fenômeno analisado. Nesse sentido o programa de estudos da TMD contribuiu substantivamente para um redirecionamento para além do colonialismo acadêmico formulaico e conceitualista tão comumente apresentado nos estudos acadêmicos de sua época. Interessava, portanto, apreender a movimentação dos indivíduos partícipes das organizações governamentais aliado a suas determinações essenciais para daí derivar um arcabouço conceitual que tivesse correspondência com a realidade.

Quando transmutamos esse pressuposto as diversas inclinações analíticas que a TMD alcançou até hoje observaremos que a complexidade imbuída no tema também transbordava uma variedade de intelectuais associados diretamente ou indiretamente ao estudo da dependência. Intelectuais como Mariátegui (anos 1920) produziram formulações extremamente originais amparados no arcabouço teórico marxista. Além dele, Caio Prado Júnior, que estuda, com fontes extremamente precárias, o desenvolvimento da economia colonial brasileira e obteve resultados influentes até hoje. A filosofia de Alberto Guerreiro Ramos que, atento às questões raciais, inseriu no debate sobre os Movimentos do Terceiro Mundo antes desse tema ser deturpado pela intelectualidade reformista. Raul Prebisch, cuja a criatividade o fez transpor o economicismo tradicional e ampliar sua análise para implicações sociais e políticas apoiadas em intelectuais latino-americanos como Medina Echevarría. Sergio Bagú, um dos primeiros a assinalar o carácter capitalista do projeto colonial ibérico tendo uma leitura crítica do marxismo imperante até então. Por fim, Florestan Fernandes:

[...] cujo esforço metodológico de integrar o funcionalismo de origem durkheimniano, o tipo-ideal weberiano e a dialética materialista marxista talvez não tenha tido os resultados esperados, mas impulsionou um projeto filosófico-metodológico que vai se desdobrar na evolução do pensamento latino-americano [...] (Santos, 2015, p. 50).

É nesse ponto que as críticas à transposição negligente de conceitos e categorias europeias à realidade latino-americana foi um marco de inferência ao surgimento da TMD como proposta teórica concisa no estudo da particularidade da periferia do capital. O debate iniciado por teóricos como Caio Prado Jr. (ainda nos anos 1930) postulando uma análise nova da maturação dessas sociedades em rompimento com a assimilação de formulações – como a simples evolução da propriedade no regime feudal – oxigenou debates frutíferos ao desenvolvimento de estudos que objetivassem apreender a realidade latino-americana e brasileira. Além de outros intelectuais que, como André Gunder Frank, contribuíram com essa base argumentativa, em especial, a integração da América Latina ao capitalismo:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com o modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte, pois, de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação – que Marx considera primária ou primitiva

essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista (Santos, 2015, p. 32).

O regime escravocrata foi fundamento central para a evolução da propriedade no continente, não foram relações consanguíneas ou servis que fundamentaram o sistema produtivo em “nossa américa”. Disso podemos extrair uma implicação objetiva para a construção de um horizonte para além do capital. Uma revolução democrático-burguesa jamais poderia ser um norte para transformações sociais em países como o Brasil simplesmente porque a sua base – leia-se “burguesia nacional” – com interesses nacionalistas nunca existiu. Não houve condições para a sua maturação e se esforços protecionistas surgiram em momentos pontuais de nossa história, logo foram suprimidos pelas facilidades angariadas no mercado externo por burgueses latino-americanos.

Como dito, ela não nasce de um estímulo de negócios locais, mas da provocação feita pelas nascentes economias de base industrial. É tendo esse debate como norte que alguns intelectuais, à exemplo de André Gunder Frank, defenderão que a América Latina se integra à reprodução global do capital já no período colonial:

[...] Inspirado no exemplo da Revolução Cubana que se declarou socialista em 1962, Frank abriu fogo contra as tentativas de limitar a revolução latino-americana ao contexto da revolução burguesa. Radical em seus enfoques ele vai declarar o caráter capitalista da América Latina desde seu berço. Produto da expansão do capitalismo comercial europeu no século XVI, a América Latina surgiu para atender as demandas da Europa e se insere no mundo do mercado mundial capitalista (Santos, 2015, p. 31).

Se remontarmos a momentos de transição política anteriores aos anos 1930 extremamente importantes para a realidade nacional, como a derrocada da monarquia e o surgimento da república, perceberemos a condução de agentes imperialistas na movimentação que a burguesia nacional teria:

Ao contrário das potências europeias, o governo dos EUA estava disposto a intervir militarmente, se fosse necessário, para defender não apenas o novo regime como também a permanência, diante das pressões internas e externas que se avolumavam. Ao contrário das potências europeias, o governo dos EUA mostrou-se disposto a intervir militarmente, se fosse necessário, para defender não apenas o novo regime como também a permanência de Floriano. O episódio da Revolta da Esquadra (setembro de 1893), que provocou rumores de uma tentativa de restauração monárquica, revela a diferença do *modus operandi* das potências imperialistas [...] O episódio assinala a manifesta disposição dos Estados Unidos da América de levar a cabo suas pretensões geopolíticas e econômicas, visando

substituir a Grã-Bretanha no papel que ela havia desempenhado durante o império (Arruda, 2012, p. 124 - 125).

Desse fato podemos extrair que o apoio do EUA ao desenvolvimento do liberalismo, em especial no Brasil, é anterior à anomia causada pelos grandes conflitos mundiais. São, na verdade, a expressão do desejo dos capitalistas norte-americanos em ampliar seus negócios. Esse afã por vezes veio de encontro ao conservadorismo pertencente aos setores belicosos do país que se estimulavam pelo domínio que a aplicação da violência poderia trazer.

A transição entre monarquia e república no Brasil teve influência direta dos EUA. Dados estatísticos da época apontam como o imperialismo amplia seus tentáculos e invade economias frágeis tangenciando todos os negócios desenvolvidos:

A penetração dos capitais oriundos dos países imperialistas era tamanha, já nos primeiros anos da República brasileira, que das 201 sociedades anônimas constituídas entre 1899 e 1910, nada menos que 160 – praticamente 80% - eram de propriedade estrangeira, fato que despertou grande preocupação até mesmo entre destacados homens públicos e de negócios [...]” (Arruda, 2012, p. 124 - 125).

Aqui se põe uma problemática centralmente influente no delineamento dos gastos estatais até os dias de hoje. Para termos uma apreensão correta das características que norteiam a dependência brasileira, é importante historicizarmos os elementos que o compõem, e dentre eles está o serviço da dívida externa:

A presença do capital financeiro britânico na economia brasileira remonta aos tempos do Império (1822 – 1889). Nesse período, o Brasil contraiu 17 empréstimos junto aos banqueiros da praça londrina, sendo que a maior parte foi feita para quitar dívidas anteriores [...] como os compromissos externos (pagamento das importações de mercadorias e serviços da dívida) dependiam da recita das exportações, as dificuldades enfrentadas pela economia cafeeira forçavam o governo a bater mais uma vez na porta dos bancos estrangeiros. Em 1914, a dívida pública externa do Brasil já alcançava 717 milhões de dólares, sendo que os britânicos eram credores da maior parte daquela soma: 598 milhões de dólares. A França, ocupando a segunda posição, estava bem atrás, contando com 110 milhões de dólares, seguida pelos EUA, para quem o governo brasileiro devia 5 milhões de dólares [...] Mas a situação modificou-se inteiramente em favor da oligarquia financeira dos Estados Unidos, a partir da década de 1920. O governo federal contraiu, entre 1921 e 1927, quatro grandes empréstimos junto ao mercado de Nova York, que atingiam o montante de US\$ 176,5 milhões (Arruda, 2012, p. 137).

Essa participação dos EUA se ampliará nas décadas subsequentes traçando um caminho de lucratividade a este que o obrigará a ampliar seu raio de influência no âmbito político. Ferrovias e instalações portuárias, energia elétrica,

mineração, calçados, fósforos alimentaram a concorrência imperialistas por investimentos no mercado interno, assim como o desenvolvimento do setor financeiro até a década de 1920, que estimulará explicações para falsear a realidade objetiva dos nefastos efeitos da dependência brasileira. Dentre essas narrativas estava a das “vantagens comparativas”, originalmente desenvolvida por Adam Smith. Ela colocava que um país de dimensões continentais teria uma vantagem na produção de gêneros primários por dispor de grandes faixas de terras cultiváveis. Outra questão seria a manipulação das taxas de juros para aumentar a lucratividade do mercado financeiro e atrair o capital financeiro à especulação no mercado interno. Logicamente, essas altas taxas de juros prejudicariam o consumo dos trabalhadores através do aumento dos preços das mercadorias, em outra via aumentaria o número de desemprego visto que os investimentos no setor produtivo se tornariam inviáveis já que não haveria consumo.

Ocorre que uma característica das economias dependentes é a de que o aumento do custo de vida dos trabalhadores não interessa diretamente à realização do capital, pois a maior parte da produção interna de mercadorias se realiza no mercado externo, o que retroalimenta a dependência. Demonstrando o argumento em dados:

Os Estados Unidos, que no primeiro período eram responsáveis por 29 %, no segundo já haviam ultrapassado a Inglaterra, comprando 43% (em termos de valor) das mercadorias que eram exportadas pelo Brasil. Idêntica tendência pode ser observada com respeito as importações brasileiras: no primeiro período (1870 – 1971), a Inglaterra era responsável por 53,4% das importações locais, mas no começo do século 20 sua participação havia baixado para 28,1% (Arruda, 2012, p. 139).

A dependência do consumo externo tensionava qualquer espaço de coesão nacional que pudesse surgir, ampliava o pauperismo direcionando aos trabalhadores os conduzindo para a disputa individual pela venda da força de trabalho no animalizado mercado. Arruda (2012) nos dá uma síntese conjuntural do momento:

A “socialização das perdas” limitava a integração social e econômica, assim como a participação na tomada de decisões políticas, justamente dos setores sociais potencialmente mais dinâmicos: os operários das fábricas e as frações burguesas não vinculadas ao complexo agroexportador, que sentiam mais fortemente o aumento do custo de vida provocado pelas manipulações na taxa de câmbio [...] Os trabalhadores sentiam o impacto na condição de consumidores; e os industriais, como produtores que se preocupavam com o custo de reprodução da força de trabalho. Os

industriais além disso se sentiam prejudicados com o fato de que o câmbio não fazia distinção entre bens de consumo e bens de produção: a valorização da moeda, se por um lado facilitava a importação de máquinas e equipamentos, por outro tornava a produção estrangeira de bens de consumo mais competitiva (p. 196).

Ao mesmo tempo a burguesia desnacionalizada brasileira estimulava um comportamento subserviente ao ideário imperialista dos EUA na medida em que favorecia a penetração de ideias estrangeiras de pretenso fôlego ao desenvolvimento do mercado interno como fator positivo de estímulo ao bem-estar coletivo. Essa iniciativa em facilitar a penetração de diretivas imperialistas na América Latina pelo Brasil será chamada de subimperialismo pelos intelectuais da Polop e será extremamente prejudicial (Santos, 2015).

A “americanização” do país ganhou força na primeira década do século 20. Rio Branco fez diversas declarações em favor do pan-americanismo e, em 1906, o Brasil sede da conferência pan-americana, realizada no Rio de Janeiro [...] é consensual entre os pesquisadores da política exterior do período que Rio Branco foi o responsável pela afirmação da posição de liderança do Brasil na América do Sul, conquistada depois de desincumbir-se dos conflitos com os países vizinhos (devido ao sucesso obtido nas negociações de demarcação das fronteiras). Segundo ele, garantiu, junto com Nabuco, que o foco da diplomacia brasileira se deslocasse para Washington, posição antes ocupada por Londres. Algumas medidas contribuíram bastante para que isso acontecesse: em 1905 as relações de Brasil e EUA ganharam o status de embaixada (Arruda, 2012, p. 127).

O Brasil aos poucos irá se tornando um território de apoio ao espraio de diretivas imperialistas norte-americanas. Como já dito, Marini (2012) explorará esse tema mais detidamente durante o desenvolvimento do conceito de “subimperialismo”. Sobre isso Marini (*Id.*) afirmou ser fundamental uma retomada das características da política norte-americana após a Segunda Grande Guerra Mundial para apreendermos em que condições se movimentará o expansionismo dos EUA. Outra questão é atentarmos para a posição que o Brasil terá frente a esse expansionismo no recorte temporal de 1950-1960.

Pontuemos alguns elementos para sedimentarmos nossa base argumentativa. Vemos que o capital estadunidense se reproduz de maneira impressionantemente acelerada e em menos de dois séculos tem suas possibilidades de investimento interno estagnadas com uma crise de superprodução de proporções devastadoras. A alternativa a esse impedimento expansionista seria proporcionada pela aplicação de excedente no setor improdutivo, setor bélico e em gastos com publicidade (Marini, 2012). Uma outra questão remonta aos termos de

uma cooperação antagônica através da qual o imperialismo norte-americano mantém uma linha integracionista sinalizada pela “[...] exportação de capitais [...] dos países centrais aos periféricos [...] e pela subordinação tecnológica dos países mais fracos [...]” (Marini, 2012, p. 111). Esse movimento de “cooperação” carrega contradições internas e pode ser sintetizada no conceito de “cooperação antagônica” (Talheimer *apud* Marini, 2012).

Salientamos nesse contexto que frequentemente os capitais investidos em atividades de exportação não possuem os mesmos interesses que os aplicados na atividade industrial ou agrícola do mercado interno (Marini, 2012). Além de causalidades dadas como:

Pode ocorrer – como aconteceu, por exemplo, no Brasil entre os anos 1930 e 1950 – que o setor industrial nacional aumente de maneira muito mais rápida que a desnacionalização econômica resultante dos investimentos externos (Marini, 2012, p. 113).

No fim, o “subimperialismo” se dirige à participação de economias periféricas na expansão do imperialismo através das mais diversas ações. Nesse contexto, a implementação de recomendações ao campo educacional é uma delas, pois o capitalismo industrial necessita de mentes e corpos docilizados para a produção de mercadorias. A alta oferta de mão de obra disponível no mercado interno não correspondia a sua qualificação.

Observando dados factuais, vemos que esse comportamento se expandia à relação que outras nações do globo possuíam.

Com o desenvolvimento do pós-guerra, **o sistema imperialista entrou na fase da cooperação antagônica**. Trata-se de uma cooperação visando à conservação do sistema e que tem a sua base no próprio processo de centralização do capital, e que não elimina os antagonismos inerentes ao mundo imperialista. A cooperação prevalece e prevalecerá sobre os antagonismos. **Mesmo a rebeldia francesa em seu ponto mais extremo não põe em xeque a cooperação antagônica; visa, em última análise, melhores condições dentro da associação imperialista mundial** (Reis; Sá, 2006, p. 118, grifo nosso).

Outra derivação importante de ser assinalada é que a maior parte da mais-valia produzida em economias dependentes terá suas divisas dirigidas a mercados estrangeiros demarcando uma imensa sangria de capitais além do alargamento da miséria. Em oposição a isso tínhamos um aumento da produtividade do trabalho com a implementação cada vez maior de capital morto ao processo produtivo. Esse movimento era intensificado com a alta taxa de juros que

desvalorizava a moeda local, mas tornava as mercadorias produzidas no Brasil mais competitivas no mercado externo pelo preço convidativo que possuíam no mercado internacional. Assim, pontuamos que nenhum desses movimentos reverberou em melhorias de condições de vida para a classe trabalhadora. Identificamos isso quando estabelecemos uma série histórica dos ganhos salariais onde, mesmo sem analisar as taxas inflacionárias, constatamos a discrepância entre as melhorias monetárias objetivadas pelos capitalistas e por outro lado, pelos trabalhadores:

Em 1952, um operário comum recebia um salário correspondente a apenas 84% do que recebia um seu camarada em 1914. E, mesmo no período de euforia desenvolvimentista – entre 1955 e 1959 – enquanto a produtividade do trabalho aumentou em 37%, o lucro bruto dos empresários cresceu de 76%, a elevação do salário real ficou por volta de 15% (Reis; Sá, 2006, p. 125).

Anterior a esse movimento, podemos admitir sem ressalvas que o imperialismo, agente fundante da reprodução capitalista, adentrou no Brasil aproveitando-se da estrutura fundada no Brasil colônia. Aqui temos uma distinção qualitativa de ordem angular. O processo de acumulação de capitais nos países centrais entrou em sua fase monopólica ainda em meados do século XIX, o que obviamente ocasionou uma queda brutal das taxas de lucratividade, pois os mercados dispostos naquele momento não eram suficientes para a absorção da produção desses. Com isso, constatamos que o processo de acumulação de capitais se fez em proporção bem maior que o ritmo de sua absorção interna, restando a aplicação externa de capitais. Ou seja, o capitalismo dos países centrais tinha como condição fundante ultrapassar as fronteiras nacionais, em especial durante o século XIX, e, portanto, a busca e conquista de inéditos mercados e exportação de capitais para esses novos lugares.

Já o caso brasileiro se constituía em um movimento antagônico, a burguesia surge tarde no cenário internacional, numa conjuntura histórica em que as burguesias mais “desenvolvidas” já haviam promovido sua acumulação primitiva de capital e já iniciavam um processo de expansão de seus capitais. Portanto os capitalistas dos países centrais já haviam se lançado para a dominação de mercados mundiais no século XIX. A disputa nesse contexto seria completamente desproporcional mesmo que o burguês brasileiro preservasse alguma intenção em criar autonomia econômica ou política.

O percurso teórico demonstrado acima demorou muitos anos para ser

consolidado. Em retrospectiva crítica podemos assinalar que esse movimento foi detectado às custas de debates muito intensos no campo revolucionário. Nos anos 1920, a penetração das diretivas de Moscou dentro dos setores mais intelectualizados da esquerda atrapalhou, com efeito, a compreensão da realidade latino-americana fazendo com que discussões, hoje “simples”, fossem recorrentemente encaradas como intensos tabus. E parafraseando um antigo revolucionário, erramos na ação porque erramos na análise! Sobre isso trazemos o próprio Sodré (2019), partícipe desses embates no seu auge, para expor como os setores revolucionários não compreendiam, por exemplo, o desenvolvimento da propriedade fundiária no Brasil. Também não apreendiam como isso afetava a composição identitária do trabalhador do campo ocasionando impasses que demoraram décadas para serem, parcialmente, consensuados:

A controvérsia a propósito do feudalismo brasileiro, da época colonial e de época posterior, tem consumido, de alguns anos a esta parte, muito papel. Porque, na verdade, o problema – ou o falso problema – do feudalismo, no Brasil, importou sempre uma singular mistura entre ciência e ideologia. Para ser mais claro: na controvérsia a propósito da existência ou não do feudalismo brasileiro, houve motivação mista, a motivação científica e a motivação política [...] até pouco tempo atrás, as relações feudais e semifeudais, cuja superação se fazia necessária. Porque divergiam da formulação, alguns elementos negavam a existência daquelas relações feudais ou semifeudais aqui. **Era tolice, frisavam. Tratava-se, na verdade, afirmavam categoricamente, de capitalismo, em uma forma ostensiva, clara, insofismável [...]** Era posição política que se travestia de divergência científica (Sodré, 2019, p. 51, grifo nosso).

Sodré (*Id.*) está declarando nesse extrato que a esquerda brasileira ainda iria demorar anos para amadurecer intelectualmente, principalmente ao não encarar o debate científico como ideologia em questões centrais ao delineamento de linhas táticas na implementação de uma leitura totalizante de Brasil. Aqui os dependentistas da Polop formularam uma compreensão muito clara do desenvolvimento da propriedade fundiária no país:

A América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com o modo de produção feudal. As relações servis e escravistas desenvolvidas na região foram parte, pois, de um projeto colonial e da ação das forças sociais e econômicas comandadas pelo capital mercantil financeiro em pleno processo de acumulação – que Marx considera primária ou primitiva essencial para explicar a origem do moderno modo de produção capitalista (Santos, 2015, p. 32).

Disso inferimos que a leitura do processo revolucionário soviético foi

transposta de maneira mecânica à realidade nacional. Essa compreensão “etapista” do movimento histórico aprisionou os setores organizados da classe trabalhadora hegemonizados pelo PCB ao imobilismo, pois seria necessário que outros processos ocorressem para que suas pretensões obtivessem sucesso:

Parecia errôneo porque importava em admitir a necessidade histórica de realizar ou completar a revolução burguesa aqui, antes de colocar a reivindicação socialista. A tese, que foi a bandeira de partido, importava, também, na aceitação da existência e da função de parcela da burguesia, dita nacional, que poderia desempenhar papel entre as forças interessadas no acabamento da revolução burguesa e, por isso mesmo, na superação dos restos feudais ou relações feudais ou relações semifeudais (Sodré, 2019, p. 52).

Ocorre que a burguesia nacional nunca teve um papel revolucionário no Brasil, nunca objetivou modificar estruturas basilares a produção de mercadorias no país. Sinal disso é que trinta anos após a “Revolução de 30”, nos anos 1960, a configuração da propriedade fundiária permanecia violentamente concentrada, o que impedia a existência digna do trabalhador do campo no campo!

[...] 89,39% dos estabelecimentos ocupam 20,2% da área total, sendo que mais da metade daqueles 89,39% é constituída de propriedades de menos de 20 ha, ou seja, de estabelecimentos em geral insuficientes para a manutenção de uma família camponesa [...]” (Reis; Sá, 2006, p. 126).

Isso se relaciona diretamente aos processos de mudanças pelo alto. Mesmo que a década de 1930 tenha trazido uma alteração substantiva na estrutura produtiva, esse fato não alterou as premissas basilares de formatação da dinâmica socioespacial do país (especialmente no que tange a concentração de propriedade, de riqueza), e em uma conjuntura onde grande parte das mercadorias produzidas eram produtos da terra, isso era crucial para as características basilares da nação.

Mas a década de 1930 assinala novo período na acumulação de capitais. Isto se deve a uma série de circunstâncias e repete o que, em menor escala, ocorrera antes: as pausas na exploração imperialista são momentos de avanço da acumulação capitalista interna [...] O nosso desenvolvimento capitalista, assim, estava comprimido pelo imperialismo, de um lado, seu sócio, e pelo latifúndio, de outro lado: a acumulação de recursos formadores do capital continuava a ser, apesar de tudo, operada no setor pré-capitalista (Sodré, 2019, p. 101).

Essa dinâmica era sustentada pelo uso do poder coercitivo do Estado, que nunca se esquivou em agir com intensa truculência. O projeto burguês no Brasil sempre optou pela aplicação “discriminada” da violência. Isso projetou em períodos

decisivos do desenvolvimento capitalista no país sempre a penetração de diretivas mais opulentas a classe trabalhadora:

A hegemonia conquistada no movimento de 1930 permitia à burguesia optar pela ditadura instalada em 1937 como Estado Novo, inserida na larga tendência ascensional das formas agudas – fascismo, nazismo, militarismo – com a burguesia, em escala mundial, definia o pânico a que fora levada pela crise e pela ameaça do socialismo triunfante na Rússia anos antes (*Idem, ibid.*, p. 102).

Em síntese, quando apontamos os meandros constituintes da trajetória de consolidação da burguesia no Brasil, observamos que esta aponta para vários conflitos internos de interesse, em especial com a monarquia no século XIX e os setores latifundiários no século XX. Ocorre que todos esses embates confluíram em um resultado: a penetração de diretivas imperialistas que ampliaram o desejo dos setores burgueses brasileiro por um acúmulo violento de capital. Embora Sodré (2019) tenha uma compreensão limitada da inserção do Brasil ao ciclo de acumulação do capital, particularmente por sua vinculação, mesmo que incipiente, ao marxismo manualesco tão característico dos comunistas brasileiros organicamente ligado ao PCB, também é preciso ao apontar que:

A burguesia, aqui, pois, tendo surgido na época do capital comercial e do capital usurário, na fase mercantil, só ampliou a sua presença a partir da segunda metade do século XIX. Este processo de ampliação, decorrente daquele que presidiu o crescimento das relações capitalistas no Brasil, conheceu diversas etapas [...] tendo especialmente a década de 1930 como referência, algumas variáveis foram fundamentais para o alcance de uma nova conformação entre a dinâmica classista posteriormente composta [...] O movimento de 1930, condicionado pela crise de 1929, assinala, depois, a ação violenta para acelerar e aprofundar a revolução burguesa, mantendo o latifúndio e o conciliando com o imperialismo. Entre 1930 e 1943, passando pelo Estado Novo e pela Segunda Guerra Mundial, e compactuando com a “guerra fria”, opera-se uma fase de acentuado reforço e de novo impulso acelerador do capitalismo e da burguesia, para, depois de 1954, conciliar a alavanca do núcleo de capitalismo estatal com uma forma de capitalismo estatal monopolista, sob controle das forças conservadoras internas e das forças neoclassistas externas (Sodré, 2019, p.106-107).

Muito embora o intelectual “isebiano” associe a penetração de capital externo no país predominantemente a “Crise de 29”, o que posteriormente mostrou-se uma compreensão reducionista, visto que a demanda por mercados no âmbito internacional se deu primeiramente pela saturação do mercado interno presente nos países centrais (especialmente no âmbito financeiro) e posteriormente pela destruição provocada no intervalo entre as duas Grandes Guerras Mundiais (especialmente no âmbito produtivo), Sodré (2019) é bastante lúcido ao reconhecer

que o avanço da burguesia é compassado por uma intensa pressão de grupos latifundiários, que por sua vez movimentarão posições bastante retrógradas a necessária “modernização” da propriedade fundiária onde a produtividade da terra deveria ser “a régua”. Estava colocado o caráter dual da modernização do Estado brasileiro. De um lado o industrialismo impulsionando o surgimento de novas configurações territoriais, núcleos intelectuais, propostas educacionais, administrativas, entre outros. De outro, o grande proprietário de terras, o grileiro, o pecuarista que buscava obter vantagens participando de decisões pontuais dentro dessa conjuntura, mas na maioria dos casos preservando forte resistência ao avanço do capitalismo industrial. No fim, o que temos é um mosaico constituído por partes de diversas matizes que se integram de maneira orgânica, mas também desarmônica.

Disso podemos assinalar que a burguesia desenvolve seus negócios e estabelece demarcações para o realinhamento estatal. Essas transformações, em seus momentos diversos, preservam características basilares: dentre elas a monopolização do capital e o aumento da exploração dos trabalhadores. “Atrás da conciliação estava sempre a pesada herança da compatibilidade e coexistência do nosso capitalismo com as formas pré-capitalistas internas e com o imperialismo” (Sodré, 2019, p. 108). Mas a superioridade e relevância econômica, no Brasil, não teve força para superar velhas tradições pertencentes ao período colonial, desse modo as reatualizou expandido os índices de exploração da força de trabalho.

Nesse ponto recorreremos a Marini (2010; 2012) para elucidar o que em nossa leitura constitui-se em sua principal contribuição à economia política dependentista, o conceito de superexploração do trabalho.

Para pontuarmos essa questão de maneira precisa é necessário estabelecer um percurso que objetiva esclarecer elementos básicos. O primeiro é que o valor é gerado na esfera da produção através da apropriação de trabalho excedente pelo capitalista (mais-valia). Segundo ponto é que em uma economia dependente que tem suas principais produções direcionadas, a exportação, esta riqueza produzida pelo trabalhador, é transferida aos mercados centrais (o que a economia burguesa chama de evasão de divisas). Assim, o país periférico transfere valor às economias centrais. Isso é um mecanismo muito útil ao capital, pois pode reverter as perdas causadas pelo aumento da composição orgânica do capital

(causado pela incorporação indiscriminada de maquinário ao processo produtivo) nos países centrais.

Como o único elemento que pode agregar valor ao processo produtivo é a força de trabalho, o componente que torna esse fenômeno possível é a exploração da força de trabalho. Chegamos aqui ao cerne de nossa argumentação. A exploração da força de trabalho pode ocorrer de três formas principais: primeiro pelo aumento da intensidade do trabalho, segundo pelo prolongamento da jornada de trabalho e terceiro pela expropriação de parte do salário necessário ao operário para repor sua força de trabalho Marini (2012). Dentre as três formas de exploração do trabalho, apenas a primeira induz o aumento da produtividade do trabalho. Isso porque se produz uma quantidade superior de riqueza em um mesmo período de tempo reduzindo o tempo necessário para a produção da mesma.

Postas as questões teóricas na qual nos referenciamos, vamos às reverberações políticas dessas. O primeiro ponto é que as nações periféricas não buscam equacionar a dissonância abissal entre o preço e o valor de seus produtos no mercado expandindo a produtividade de seu setor produtivo, o que em geral é feito pela incorporação de maquinário moderno aos seus respectivos parques industriais. Em direção inversa o faz pela exploração do trabalho, pois o

[...] processo mediante o qual a América Latina contribuiu para incrementar a taxa da mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos. E o que aparecia como um mecanismo de compensação no nível de mercado é de fato um mecanismo que opera em nível da produção interna [...] (Marini, 2011, p. 147).

Em outros termos, ao penetrar no mercado externo, nações como o Brasil se orientaram à produção de gêneros primários que valorizaram o capital industrial estabelecido nos países centrais por meio da mais-valia relativa, tomada em perspectiva mundial. Sobre isso é importante citarmos que a proposição de vantagens comparativas está em oposição a formulação de troca entre desiguais. Ou seja, mesmo que o Brasil possua extenso território cultivável e que isso favoreça o desenvolvimento de atividades agrícolas (vantagens comparativas), ao trocar essa produção no mercado internacional (gêneros primários) por produtos industrializados, os primeiros países saem em desvantagem porque os produtos industrializados possuem mais trabalho inserido em cada unidade mercadológica. Ocorre que isso implicou na desvalorização da produção de mercadorias dos países

periféricos. Isso se dá, como dito, pelo fato de a produção de bens primários agregar menos valor que a industrial. Sobre isso, Marini (2011) faz referência aos estudos do cevalino Celso Furtado sobre a “deterioração dos termos de intercâmbio”, uma elaboração angular, muito embora não se tire dela todas as conclusões necessárias à crítica do projeto desenvolvimentista dos industrialistas intelectualizados. Para Marini (2011), essa contradição se objetiva de maneira efetiva no mercado interno das economias periféricas, especialmente na debilidade de seu mercado consumidor interno.

Em vias de conclusão a partir dos termos expostos até esse ponto, podemos dizer que Marini (2011) sintetiza a base desse movimento de incorporação da América Latina ao mercado mundial em um conceito: a dependência. Mas quando nos questionamos qual a base material desse fenômeno, poderemos dizer que é a compra de força de trabalho pelo capitalista abaixo do valor mínimo a sua reprodução. Esse fenômeno é denominado pelo estudioso de “superexploração do trabalho”. No fim, é essa condição que torna as economias dependentes tão atrativas a investimentos imperialistas, a especulação financeira.

Esses elementos tem por partida a relação candente entre os dois tempos componentes da “jornada de trabalho”. No primeiro (tempo de trabalho necessário), o trabalhador reproduz seu próprio valor, ou seja, o valor é igual aos meios de subsistência necessários ao trabalhador. O segundo tempo é chamado de excedente. Nesse período o trabalhador produz riqueza para o proprietário dos meios de produção (capitalista). Ocorre que a intensificação da valorização do capital depende da relação entre os dois tempos de forma favorável à ampliação do tempo excedente de trabalho.

Disso, conclui-se que é elementar ao capitalista rebaixar o valor real da força de trabalho. A forma tradicional de implementar tal feito nas economias clássicas foi através do barateamento dos bens necessários à subsistência do trabalhador, “[...] a história do desenvolvimento capitalista é, nesse sentido, a história da depreciação do valor real da força de trabalho [...]” (Marini, 2012, p. 173). Ocorre que nas economias dependentes latino-americanas, esse fenômeno se deu através do aumento do tempo de trabalho excedente sem a alteração do tempo de trabalho necessário, ou seja, sem restituir ao trabalhador o equivalente ao valor fomentado no decorrer do tempo de trabalho necessário: “[...] Assim, o que parece ser mais-

valia relativa é frequentemente um caso anômalo de mais-valia absoluta” (Marini, 2012, p. 173). Sintetizamos aqui o conceito de superexploração do trabalho como a maneira de a mais-valia absoluta – do tipo clássico demonstrado por Marx (2013) que se objetiva em uma realidade histórica muito particular. O avanço desse conceito está em absorver uma orientação totalizadora (mais-valia absoluta) e a partir dela desenvolver um conceito específico (“superexploração do trabalho”) aplicável a uma realidade (fundamento último da verdade) objetivamente posicionada historicamente, economicamente e socialmente.

Quando estabelecemos essa conclusão parcial e partimos para a análise dos elementos empíricos de coesão das plataformas políticas e a relacionamos com a dialética da dinâmica de classes no país, observamos claramente como se dá a divisão de intencionalidades entre a burguesia industrial e a agroexportadora. Um exemplo factual disso está em uma proforma que se apresentou e se apresenta sobre diversas “vestimentas” durante a trajetória latino-americana, mas que mantém algumas características permanentes:

O chamado **populismo** foi, na realidade, **a forma como a burguesia brasileira buscou apoio no proletariado**, mais do que no campesinato, pela desimportância política deste, para poder realizar as suas tarefas. Tal aliança, que caracterizou a revolução burguesa clássica, esteve sempre ausente aqui. E o Brasil arcaico resistiu sempre, até com manifestações de força, a essa busca do apoio, no seu reacionarismo secular. E a falta desse apoio, por outro lado, definiu sempre a debilidade da burguesia brasileira (Sodré, 2019, p. 108, grifo nosso).

Novamente, embora Sodré (*Id.*) utilize inapropriadamente o conceito de campesinato aplicado à realidade latino-americana, considerando o modo particular de maturação das determinações constituintes do trabalhador do campo no Brasil, ele considera apontamentos importantes. Um deles é que a revolução burguesa é um projeto incompleto no continente, especialmente se considerarmos suas bandeiras mais basilares (como a reforma agrária, que tornaria a terra muito mais produtiva) o intelectual contribuiu para o debate sobre a sedimentação de uma dinâmica persistente entre o antigo e o moderno. E já nos anos 1930, o antigo (campo) e o moderno (cidade) se apresentavam como realidade independentes e resistentes a influência mútua. Essa dicotomia será decisiva no direcionamento das políticas estatais, pois a própria ação do Estado desconsiderava a maior parte da população brasileira, que se encontrava no campo naquela quadra histórica.

O ponto é que isso não acontecia por mera negligência desse, mas pela

força política que as elites do campo tinham no governo enquanto agentes opressoras e mantenedoras de um forte padrão de controle sobre as mentes e corpos do trabalhador do campo. É nesse sentido que:

O conceito de desenvolvimento sempre privilegiou uma visão desse ligado pragmaticamente aos índices econômicos de lucratividade de setores determinados. Ocorre que esses planos eram intencionalmente abstrações: “desconheciam, deliberadamente, o povo brasileiro [...] nesse contexto seu aparente oposto [...] sempre foi [...] usado como forma para mostrar as nossas mazelas, desconhecendo suas causas (Sodré, 2019, p. 109).

É assim que a ideia de subdesenvolvimento aponta para deficiências e vicissitudes do capitalismo dependente sem afirmar que esses elementos são características orgânicas e indispensáveis para a própria reprodução dessa dependência. Seria esse o movimento contraditório constituinte da realidade latino-americana. Salientamos dentro dessa conjuntura que, mesmo dentro de limitações como a que tenta associar a dependência (e as impositões derivadas dessa ideia) a uma etapa específica de desenvolvimento do capital no país, Sodré (*Id.*) contribuiu criativamente nos estudos sobre a constituição histórica da identidade do povo brasileiro.

Retornando as mediações que deram condições para a burguesia industrial avançar no país, é fundamental relatarmos os movimentos econômicos presentes nos fins dos anos 1920 e como isso impactou a dinâmica partidária no país. Nesse ponto, a Crise de 1929 é fundamental para a derrocada do cultivo e venda de café como agente econômico. Além disso, no campo político partidário, a cisão da política presidencialista entre Minas Gerais e São Paulo paramentada pelo gigantesco Partido Republicano Paulista (PRP) causa uma alteração na

[...] estrutura da economia brasileira. Tratava-se, realmente, de uma crise da economia agrário-exportadora e, em consequência, do café. O que importa destacar, nesse quadro de mudança [...] é que a economia brasileira respondeu com presteza e rigor à necessidade nova. Toda a estrutura que servia ao café – rede financeira, transporte terrestre, etc. - passou – a servir ao algodão, que passou a responder à crise, pesando na balança exportadora no mesmo nível do café, que estava em crise. **A grande lição do episódio é que o Brasil encontrou a saída para a crise utilizando os seus próprios recursos, os recursos internos [...].** Em 1933, o Brasil poderia considerar que a crise estava superada e a economia em pleno desenvolvimento (Sodré, 2019, p. 183 – 184, grifo nosso).

É importante salientarmos que tal fato só foi possível no período entre guerras e em uma situação muito específica, quando o capital reestabelece suas bases reprodutivas veremos que o capital financeiro irá contribuir para uma

acumulação e concentração violenta de riqueza fundamentada em condicionantes que rompem com o setor produtivo e se dirige a especulação baseada na alta taxa de juros. Mas a burguesia pertencente aos países centrais irá estimular politicamente as economias periféricas a estabelecer relações cambiais favoráveis a primeira:

É [...] necessário lembrar que, cessadas as condições excepcionais que presidiram a economia do mundo [...] o imperialismo voltou com fúria redobrada. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, as divisas que acumulamos não foram usadas em benefício do nosso desenvolvimento. Foram, ao contrário, e por pressão do imperialismo, consumidas em bugigangas e quinquilharias. E voltamos a usar os empréstimos externos e a receber, em regime de privilégio, os investimentos espoliadores. **Os modelos gerados pelo nosso desenvolvimento, ao longo do tempo, na fase de economia colonial e na fase de economia dependente, que é aquela que vamos vivendo, esgotaram as suas possibilidades** (Sodré, 2019, p. 185, grifo nosso).

Retornando aos anos 1930, outro fator fundamental para o surgimento da dependência nos moldes como o debate foi conduzido a partir daquela década está dialeticamente na política de substituição de importações, que como o café, ajudou a ampliar nossas divisas, mas para posteriormente serem consumidas em empréstimos e na compra de capital obsoleto aos países centrais. Esse movimento começará a gerar uma alteração inédita nos padrões de consumo das classes sociais.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, os assalariados do campo e os assalariados médios, o consumo desses se dirige ao mercado nacional. No que tange às mediações do trabalhador do campo, esse vê o espaço destinado ao cultivo de gêneros para a sua subsistência degradingolar, assim esse grupo é proletarizado na medida em que passam a ter somente sua força de trabalho para comercializar, visto que não possuem mais contato com os meios de produção. Como novos consumidores, eles acabam por alimentar o processo de industrialização, especialmente a indústria nacional: “Neste sentido, as indústrias que se desenvolvem para atendê-lo o fazem em melhores condições de concorrência frente as manufaturas estrangeiras, que teriam o custo adicional do frete” (Bambirra, 2015, p. 72). Em síntese, as indústrias estrangeiras não enxergam o mercado interno das economias dependentes como atrativo no que diz respeito à bens de salário.

Obviamente, quando sinalizamos essa divisão no mercado interno,

estamos tratando de bens de consumo como alimentos, calçados, bebidas e utensílios domésticos. No fim “[...] a estrutura interna adquire um relativo dinamismo próprio, resultante do desenvolvimento da indústria e que funciona segundo leis específicas do novo modelo de capitalismo [...] (Bambirra, 2015, p. 74). Quando estabelecemos uma síntese do realinhamento do perfil econômico dos setores médios no continente temos que

Na América Latina verificou-se o seguinte: as classes médias se desenvolveram incitadas pela expansão tanto do setor primário-exportador, quanto do setor industrial. Inicialmente, elas oscilavam entre as perspectivas propostas, por um lado, pelas oligarquias tradicionais e, por outro, pela jovem burguesia industrial. Na medida em que alternativa proposta pela burguesia industrial tendeu a se afirmar como superior no sentido da orientação e promoção do desenvolvimento e, portanto, como alternativa mais capaz para conduzir o processo de modernização, expansão, criação de novos empregos e promoção de melhorias consideráveis no nível de vida de vastos setores das classes médias, estas se definiram a seu favor (Bambirra, 2015, p. 83).

Um adendo importante do ponto de vista do consumo é que à medida que a dependência se aprofunda, diversos padrões de consumo irão se apresentar entre as classes, isso irá gerar uma caracterização nova e importante para a dinâmica presente na exportação e importação de mercadorias.

É fato que existe uma demanda por produtos manufaturados no setor exportador. Neste caso a demanda poderia ser decomposta em duas partes fundamentais: a parte que se apropria de mais-valia e aquela que recebe salários. Na parte que se apropria de mais – valia – isto é, a classe burguesa – a demanda por produtos manufaturados é crescente em função do próprio êxito do setor exportador. Mas essa demanda se satisfaz basicamente através da importação de bens manufaturados dos centros hegemônicos, especialmente da Inglaterra. É uma demanda que funciona, portanto, fundamentalmente como prolongamento do mercado dos países centrais do sistema capitalista mundial (Bambirra, 2015, p. 71).

Nesse sentido, o mercado interno das economias periféricas (especificamente os dos burgueses brasileiros) se reencontra com as mesmas elites afeitas a exploração violenta da terra e da força de trabalho no âmbito internacional. Nesse ponto, podemos inferir que a esfera da circulação sofre também uma clivagem entre a exportação/importação de bens de salário e exportação/importação de produtos com alto valor agregado.

A fragmentação das esferas de constituição econômica nos países dependentes se amplia a uma maturação seletiva fundada também no recorte de classes e se amplia ao plano cultural. O capitalismo ampliou sua capilaridade no país preservando estruturas de dominação antigas, mas também acesso a bens

culturais destinados a camadas específicas.

[...] as exigências de uma sociedade em evolução para o capitalismo [...] não se colocam apenas no terreno da instrução, isto é, da aquisição de instrumentos de cultura, no plano da redução ou liquidação de analfabetismo; vão mais longe, colocando a necessidade de fornecer conhecimentos a camadas mais numerosas, pois o mercado de trabalho dito qualificado e de trabalho intelectual amplia-se a cada passo. Trata-se, assim, de formar número crescente de pessoas dotadas de dimensão intelectual compatível com as exigências e a complexidade da nova sociedade. **Trata-se de, na massa de alfabetizados, recrutar a percentagem daqueles que estão destinados ao trabalho intelectual** (Bambirra, 2013, p. 199, grifo nosso).

Quanto aos trabalhadores do campo no Brasil, estes nunca tiveram força política ou econômica para conduzir um projeto de desenvolvimento para o país, ou contrário, sempre defenderam propostas ligadas a maneira monárquica de administrar a nação.

Assim é fácil deduzir que à medida que se desenvolve o capitalismo industrial dependente, setores como a pequena-burguesia (que ainda não havia se chocado com os interesses da grande-burguesia pelo desenvolvimento incipiente do segundo) deram massa a plataformas governamentais que impulsionaram a indústria, e mais, ao modo como esse agente entendia e conduziria a processos formativos das classes sociais.

Neste sentido, na América Latina se repete o mecanismo de ascensão da burguesia industrial à hegemonia do poder. Por se constituir na classe socialmente minoritária, a burguesia industrial utiliza outras classes e os mais variados setores sociais como “grupo de choque” para abrir seu caminho pelas veredas da ordem institucional [...] Um exemplo contundente disso é a Revolução Mexicana, que, mesmo tendo sido levada a cabo pela pequena-burguesia com a participação dos setores operários – e, principalmente, pela mobilização e luta do campesinato empobrecido, em todas suas conquistas fundamentais sem dúvida conduziu apenas à consolidação do capitalismo dependente no México [...] Neste sentido, outro exemplo, entre os mais expressivos, seria todo o movimento tenentista, que culminaria com o varguismo (Bambirra, 2013, p. 90).

A troca de influência objetivada pela burguesia industrial brasileira em busca de hegemonia governamental desse modo nunca excluiu a participação dos setores populares no Brasil, buscou sempre institucionalizá-los aprisionando-os na defesa de pautas que dariam continuidade aos padrões de exploração existentes e impulsionando novos paradigmas mais agressivos. Quando esses processos se consolidaram e se uniram ao capitalismo em sua fase monopólica, tivemos quatro características fundamentais que delinearam um perfil pontual de como os

investimentos de capitais são interdependentes e confluem para uma manifestação elucidativa do estágio de desnacionalização, portanto de dependência que o capital passará a ter:

Primeiro o [...] controle e domínio, por parte do capital estrangeiro, dos novos setores e ramos produtivos industriais, que desde então começaram a se desenvolver. [...] Segundo [...] A intensificação da monopolização, concentração e centralização da economia, que se expressa através da instalação das grandes empresas e da absorção, por parte destas, de empresas nacionais, mediante compras, fusões, associações, etc. [...] Terceiro [...] O processo de desnacionalização progressiva da propriedade privada dos meios de produção nos setores industriais até então controlados pelos produtores nacionais [...] Quarto [...] **A interligação, cada vez mais articulada, dos interesses das classes dominantes locais, o que reflete nas políticas econômicas nacionais, além da integração das políticas externas dos países dependentes à política dos Estados Unidos para a América Latina, acompanhada também da integração no âmbito militar** (Bambirra, 2015, p. 126).

Todas essas características podem não se manifestar em sua integralidade em todas as ocasiões. Mas certamente intercalam-se em um movimento com intencionalidade bem delineada, ou seja, a acumulação urgente de capital baseada na “superexploração do trabalho”. No fim, o capital nacional é desnacionalizado, e a dependência da economia nacional de incentivos externos é exponencialmente ampliada. Um outro ponto característico do desenvolvimento industrial em países dependentes é o fato de a indústria ganhar espaço primeiramente no setor exportador, movimento contrário ao ocorrido nos países centrais.

No fim, concluímos que as diversas categorias, conceitos e reflexões trazidas nesse conjunto argumentativo apontam para o fato de que o ideário industrialista no Brasil não se ergueu rompendo o conservadorismo engendrado nas relações capitalistas coloniais. Ele as aprofundou à medida em que favoreceu a penetração de diretivas gestadas dentro do paradigma concernente ao capital monopolista, em outras palavras, em um nível de acumulação de capital mais centralizador.

Nesse âmbito, no chão dos locais de trabalho, a exploração da força de trabalho também se deu em um estágio animalizador inédito onde nem mesmo o valor mínimo à reprodução do trabalhador em suas necessidades nutricionais era feito, ou seja, uma superexploração do trabalho. Nessa conjuntura, o capitalismo brasileiro se une a diretivas imperialistas facilitando a penetração e fluxo de capital nas economias latino-americanas (subimperialismo) e as vantagens que se

apresentaram em um primeiro momento com uma incipiente política de substituição de importações são aniquiladas.

No campo educacional, constatamos no decorrer do trabalho que a fragmentação da consciência coletiva da classe trabalhadora por meio do esfacelamento de espaços formativos (formulados pelos aglomerados monopólicos que concentram riquezas com os acordos imperialistas firmados) é o gatilho que, quando disparado, aciona a penetração violenta da acumulação privada advinda dos países centrais, dos seus capitalistas.

4 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: ELEMENTOS HISTÓRICOS DE RELEVÂNCIA

“O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas. Que cresceram com a força de pedreiros suicidas”
(Chico Science e Nação Zumbi).

O presente capítulo apresenta o intento de apreender os elementos ontológicos que fomentaram a educação profissional no Brasil. Implica dizer que esse fenômeno está ligado a manifestações particulares como formação social, dinâmica de classes e sedimentação do Estado no Brasil. O fenômeno também está vinculado à formação de força de trabalho para diversas áreas como agricultura, comércio e serviços. Posto isto, um dos objetivos da tese neste momento se dirige a investigar o contexto histórico, o desenvolvimento e o desdobramento de parte desse fenômeno no Brasil. A fim de mapear as determinações do objeto, nesse capítulo nos reportamos a autores como Camargos (2011), Moraes (2012), Sobral (2021), Amaral (2020), Santos; Amorin (2021) para explicitar o movimento ontológico que deu origem a educação profissional, em especial, no Brasil. Para que essa proposta ganhe concretude, buscamos sempre relacionar as dimensões universais e singulares do fenômeno em pauta através da particularidade envolta no debate.

4.1 A Educação profissional como manifestação particular da universalidade capitalista

No trato da questão acima elencada, contata-se que essa possui diversas “ramificações”, por isso ressaltamos o nosso foco direcionado à atividade industrial pela importância que essa teve no delineamento de políticas educacionais estatais.

Assim, ao historicizar a educação profissional, remontamos ao século XIX. Nesse período, a elite atrasada brasileira, em especial após a vinda da família real para o Brasil em 1808, conduziu algumas tentativas de industrialização do país. Tal atitude influenciou as formas em que o *trabalho alienado* iria se desenvolver nesse período. A questão que colocamos diante desse fato é que tal elemento implica em um novo paradigma de *formação do trabalhador*, sinalizando que o capital necessita formar corpos e mentes para continuar se reproduzindo de maneira ampliada (Marx, 2013).

Antes, cabe colocarmos o posicionamento ontológico sobre o qual baseamos nossa argumentação. Partindo da unidade básica do capitalismo, temos que considerar o desenvolvimento histórico da **mercadoria** desde sua forma episódica até a universal e o papel da especialização dos ofícios na maturação de uma divisão elaborada do trabalho (Marx, 2013). Assim temos a profissionalização das atividades humanas e concomitantemente o desenvolvimento do fetiche que essas assumem na sociabilidade contemporânea. Ao analisarmos a função da classe trabalhadora nessa dinâmica, observamos a necessidade da burguesia em criar um paradigma educacional compatível com o desenvolvimento do mundo das mercadorias.

Dessa maneira, a institucionalização do complexo educativo não é um projeto baseado na neutralidade e indisposto de historicidade. Ao contrário, possui razões baseadas nas contradições entre os interesses de classe, que por sua vez sempre incidem sobre a disputa pela riqueza socialmente produzida entre grupos com postos distintos no sistema de produção de bens. Assim:

Depois de inaugurada a luta de classes, os trabalhadores e seus filhos continuam a se educar de forma espontâneo-cotidiana. Uma forma que, embora possa em alguns casos sistematizar conhecimentos, não os institucionaliza. Esta especificidade educativa dá-se no convívio cotidiano e é diretamente ligada ao processo de produção da existência material que garante a manutenção das duas classes. Já a classe que se autoproclama proprietária dos meios de produção – terra –, por ter a seu favor a possibilidade de desfrutar do ócio, realiza sua educação de modo que possa determinar suas finalidades. Para que possa atender a isso, institucionaliza a sistematização de conhecimentos que se destinam a resolver problemas de interesse de sua classe específica (Santos; Amorim, 2021, p. 25).

Extraímos do apontamento acima que o papel social da educação é anterior a qualquer necessidade, pois o ato do trabalho implica no enfrentamento de situações inéditas que necessitam ser respondidas da maneira mais adequada possível, assim nasce a função social do complexo educativo (Santos; Amorim, 2021).

Como a essência constituinte do trabalho é a produção fluida do novo objetivando enfrentar situações e limitações inéditas, a complexidade de situações a serem confrontadas é cada vez maior, e nesse sentido o complexo da educação ganha também especificidades que objetivam ganhar sofisticação no enfrentamento a esses impasses, tanto as contradições entre classes como o fluxo que as consciências possuem no terreno material, são elas: a educação em sentido lato

(mais ampla e ligada à maioria dos processos cognoscíveis que acontecem no cotidiano), e a educação em sentido restrito (em espaços que requerem sistematicidade, objetividade formal guiadas por lógicas de diversas matrizes: racionalista, irracionalista, entre outros). “A marca principal dessa especificidade educacional é institucionalizar conhecimentos sistematicamente.” (Santos; Amorim, 2021).

Ocorre que a maneira particular com a qual o sistema produtivo capitalista se modulou no Brasil deu partida a diversas contradições decorrentes de elementos estruturantes, como trabalho assalariado, propriedade privada: “A educação brasileira é portadora de uma **dualidade** estrutural, característica da divisão social do trabalho, da propriedade privada e do caráter classista que se atribuiu ao ensino público.” (Amaral, 2020, p. 22, grifo nosso). Posto isto, especialmente no transcorrer do século XX observamos no campo educacional que: “O ensino pode se apresentar como **dicotomia** entre uma formação geral, resguardando um caráter propedêutico, e outro que se manifesta profissionalizante.” (Amaral, 2020, p. 22, grifo nosso).

Avançando, não podemos deixar de salientar que a relação da educação com os sistemas produtivos alterou-se ao longo do tempo. Especialmente com a maturação do capitalismo, o que observamos é que ela se estreita de maneira substantiva, pois aqui é fundante que os trabalhadores possuam contato com o pensamento sistêmico para se inserirem de maneira utilitarista nos mecanismos de produção de mercadorias. Essa é uma necessidade peculiar a essa quadra histórica.

Observa-se que os modos de produção escravista e feudal não necessitavam de uma articulação direta entre educação específica e produção econômica. Mesmo com muitas diferenças entre os modos de produção que antecederam o capitalismo, tanto no escravismo como no feudalismo – e inclusive no modo de produção asiático –, a educação existente, dividida entre sentido amplo e restrito, atendia à estrutura econômica, visto que os escravos e os servos não tinham acesso ao estudo institucionalizado-sistematicamente, pois a própria estrutura econômica dispensava a necessidade de educar os trabalhadores sistemática e restritamente para as especificidades da produção. (Santos; Amorim, 2021, p. 36).

Aqui temos uma distinção central “[...] entre dois modelos paralelos e distintos de educação institucionalizada sistematicamente: a propedêutica e a profissionalizante. [...]” (Santos; Amorim, 2021, p. 36). Esse fenômeno dá outra proporção à dualidade existente entre a educação em seu sentido lato e restrito. No capitalismo maduro (monopolista) esta dualidade pressupõe uma dicotomia baseada

no ensino propedêutico versus ensino profissionalizante. Nesse sentido, a dicotomia termina por ser uma expressão da dualidade.

Aqui chegamos a um momento decisivo de nossa argumentação. Sem o ensino formal e seus componentes estruturantes, como a escola, as classes dominantes não conseguem operar o sistema capitalista de maneira a ganhar produtividade gradual na elaboração de novas mercadorias e de novas “aparentes” necessidades sociais. Ocorre que existe um elemento derivado quando nos dirigimos ao critério classista de tal fenômeno. A burguesia necessita preservar (mesmo que dependa de uma classe antagônica para existir) sua posição dominante no que corresponde às contradições políticas, culturais, econômicas, entre inúmeras outras. Para que esse conjunto de elementos alcancem conformação positiva, é necessário que existam duas modalidades de ensino: uma de origem propedêutica e outra de origem profissionalizante. Aqui temos uma contradição decisiva, pois as duas coexistem com objetivos endógenos distintos (mesmo que na totalidade das relações sociais capitalistas alcancem correspondência).

A primeira se fundamenta na transposição sistêmica de elementos históricos das construções societárias anteriores à geração contemporânea (propedêutica). A segunda se dirige a apreensão utilitarista das construções humanas anteriores objetivando docilizar corpos e mentes da classe trabalhadora com vistas à produção de riqueza (profissional). Essa distinção de perspectivas fundamenta a tese da dualidade (lato e restrito), sempre existente nos processos de formação humana, mas que nesse caso gera uma fratura (dentro da educação formal) desaguardando em diferentes seleções conteudísticas, de metodologia e das contradições relacionais derivadas desse marco epistêmico. Para ilustrar as implicações práticas de tal fato, Santos e Amorim (2021) apontam:

A subdivisão burguesa do processo de planejamento educacional em frações sistematizadas que, por sua subserviência, procura atender ao padrão que compõe o mercado e, por isso, apresenta os mesmos elementos empresariais, esquarteja a educação em partes. Além da adequação do planejamento industrial e administrativo burguês para a educação, que lança mão dos mesmos termos: objetivos, estratégias, metas, conteúdos, metodologia, avaliação, entre algumas outras características que compõem o que a pedagogia contemporânea chama de organização do processo de ensino (planos de disciplinas, projetos pedagógicos etc.), é também uma exigência escolar, e até extraescolar, a fragmentação do conhecimento em disciplinas que disputam um lugar no currículo, tendo em vista que este é hierárquico e coloca as ciências de maior interesse para o capital em lugar de destaque em detrimento das ciências históricas. Para ilustrar isso, basta observar o status da Matemática

e da História, esta última, a exemplo de muitas outras, quase inexistente na denominada BNCC instituída pelo Estado burguês decadente em sua versão atrasada brasileira. (p. 37).

Temos aqui que todas as atividades laborais são, independente do sistema produtivo onde se objetivem, a conjunção da educação em sentido lato e também a educação em sentido restrito. Ocorre que todos os valores de uso dispostos no mundo humano são transmutados em valores abstratos não interessando sua finalidade objetiva, mas sua função como agente fetichizado.

Nesse percurso observamos que o surgimento de espaços de fetiche dentro do capitalismo se amplia, e a educação não é um campo imune a esse movimento. Sendo assim, é necessário elaborarmos uma proposta para o enfrentamento de tal problema. O primeiro fato é que não existe formação humana sem trabalho. Ocorre que o trabalho é uma atividade praticamente infinita em suas potencialidades e tal característica não poderia ser perpetuada em uma sociedade fundada na produção de “valor” (Marx, 2013). A conclusão primeira, então, é que precisamos de outro sistema produtivo de relações sociais que tenha como norte

[...] um modo de produção que possibilite o desenvolvimento de um sujeito humano pleno, integral e que, por ter caráter omnilateral, se oponha à fragmentariedade ofertada pela dicotomia educativa da educação organizada pela burguesia em seu estágio decadente em crise profunda. Uma formação omnilateral que possa atender às demandas da formação humana em sua inteireza e integralidade, que não aceite a separação do indivíduo em partes irreconciliáveis. (Santos; Amorim, 2021, p. 43).

Desse percurso tiramos mais uma conclusão essencial à fundamentação teórica que nos auxiliará na abordagem que daremos ao problema de nossa pesquisa. O trabalho e a educação não podem ser, em nenhuma hipótese, tomados como princípio educativo, isso porque nenhum complexo se encerra em si mesmo. Na realidade, todos eles se objetivam à medida em que se relacionam e interpõem reciprocamente necessidades históricas. Nesse sentido nos reportamos à Sobral (2021) para enfatizarmos esse argumento:

[...] o trabalho se constitui como um e não como o princípio educativo imanente. Quer dizer, o trabalho é um princípio imanente, mas ele não o é sozinho; faz parte de um princípio maior, que é a formação humana. É correto, do ponto de vista do real, afirmar a imanência do trabalho como princípio educativo, como faz Gramsci diretamente. Já Lukács o faz de forma indireta, conforme é possível inferir iminentemente, a partir da discussão feita no capítulo “O trabalho” da obra “Para a ontologia do ser social”. (p. 42).

Aliás, esse elemento é um importante adendo aos leitores que ainda consideram as categorias marxistas estáticas e derivadas do espírito comteano positivo. Na verdade, todas elas estão em contínuo movimento e são absolutamente relacionais (Santos; Amorim, 2021).

Por fim, dirigimo-nos ao conceito que dá substância à formação humana: a omnilateralidade. Esse é o ponto que agrega o indivíduo ao seu gênero, portanto capaz de apreender as diversas dimensões humanas. Para melhor definirmos o que seria a omnilateralidade, podemos pensá-la enquanto uma potência. Enquanto tal, ela depende que todos os complexos do “mundo humano” atuem livremente para que possa objetivar suas potencialidades complementando criatividade a satisfação das necessidades geradas (Santos; Amorim, 2021). Salientamos assim que é materialmente impossível alcançar tal intenção dentro do parâmetro capitalista pelas características acima citadas.

Remontamos agora a análise do surgimento e do amadurecimento dos determinantes ontológicos que soerguem a educação profissional no Brasil. O primeiro elemento que gostaríamos de salientar diz respeito à estrutura do sistema de produção de relações sociais interno ao Brasil. Sendo assim, apoiados em Cunha (2000), entendemos que um ponto marcante na produção de relações sociais (especialmente no que tange aos processos de trabalho) no país foi o escravismo.

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc., afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua. Por isso, dentre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades) não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países (s/n).

A partir disso, podemos aferir um dos movimentos históricos que dão origem ao desprezo pela atividade manual e a ligação cultural com uma ideia de classe privilegiada (e no caso da economia dependente brasileira-atrasada):

Com efeito, numa sociedade onde o trabalho manual era destinado aos escravos (índios e africanos), essa característica “contaminava” todas as atividades que lhes eram destinadas, as que exigiam esforço físico ou a utilização das mãos. Homens livres se afastavam do trabalho manual para não deixar dúvidas quanto a sua própria condição, esforçando-se para eliminar as ambigüidades de classificação social (Cunha, 2000, s/n).

Observamos que esse fato impulsionou um comportamento coletivo de

rejeição ao trabalho manual. Esse último passou a ser tomado de maneira repulsiva pelos setores dominantes no Brasil. Não desconsideramos aqui a natureza “ancestral” dessa prerrogativa nas sociedades de classes, mas, em terras “tupiniquins”, isso gerou uma cisão desenvolvida de maneira específica pela própria função que nosso território ocupava na reprodução integrada do capital no âmbito mundial. Em outros termos, em um *país periférico*, o desprezo pelo trabalho manual se reflete em remunerações mais baixas ao desenvolvimento dessas atividades. Em países centrais onde o índice de produtividade do trabalho obtivera ganhos significativos precocemente, como Inglaterra e França, a remuneração paga tendeu a sofrer acréscimos, especialmente pela luta coletiva da classe trabalhadora e pelo padrão de organização que o labor industrial requeria.

Podemos observar que a discrepância da renda do trabalho entre essas e a remuneração de atividades com maior emprego de trabalho, como o desenvolvimento de atividades intelectuais, não é tão abissal em países centrais. Essa “cisão” entre trabalho intelectual e o trabalho manual aprofundará a dicotomia entre o ensino propedêutico e o ensino profissional onde ambos coexistem contraditoriamente apartados para sustentar na esfera superestrutural a expropriação de uma classe sobre a outra.

A opção [...] da classe detentora dos meios de produção para atender às necessidades do capitalismo é possibilitar para os trabalhadores apenas instrução minimamente necessária, mas que seja carregada com a exclusividade dos imperativos imediatos da produção capitalista [...] O que faz a burguesia ao necessitar do processo educativo como elemento de realimentação para a estrutura econômica capitalista que se monta após a Revolução Francesa? Universaliza o que lhe é particular! O padrão propedêutico educativo é guardado para si. Já para resolver os imperativos os problemas demandados pelos imperativos da produção, a burguesia apresenta a generalização dos seus interesses, mas apresenta-os como se fossem necessidades universais a todos. Ou seja, particulariza seus interesses educacionais; mas afirma que os universaliza. (Santos, 2017, p. 64)

Importa-nos agora pontuar os elementos históricos que impulsionaram esse movimento no Brasil. Colocada a questão do desprestígio do trabalho manual no Brasil colônia, temos que compreender sobre qual forma ele passou a ser objetivado (dado que de uma ou outra maneira ele necessitaria ser efetivado) socialmente. Nesse ponto afirmamos com Cunha (2000) que sua origem remete ao trabalho compulsório. Em uma sociedade onde o desempenho de atividades manuais é associado inclusive a aspectos “personalísticos” de degeneração da

condição humana, as pessoas incumbidas de desenvolver ofícios manuais seriam sucumbidas ao desprezo social.

Ocorre que existe, além de um aspecto classista nessa proposição, uma derivação geracional ligada ao complexo da educação. A classe direcionada ao desempenho de tais atividades é a trabalhadora (desprovida do tempo necessário que a formação crítica do intelecto). Afirmamos que existe nesse marco histórico uma clivagem dentro da classe. A comprovação disso está no fato de o ensino de ofícios ser ofertado de maneira imperativa às crianças e adolescentes órfãos. Embora esse mesmo movimento possa ser detectado em países como a Inglaterra do séc. XVIII como no estudo dos “Blue Books” Engels (2010), podemos constatar que esse deslocamento assume uma dimensão específica no Brasil, inclusive com instituições de referência.

[...] o Colégio das Fábricas não foi o primeiro estabelecimento de ensino profissional no Brasil, nem mesmo o que primeiro abrigou órfãos com esse propósito, ele foi a referência para os outros que vieram a ser instalados. O padrão foi começar com o ensino de ofícios, em geral fora do estabelecimento (no cais, no hospital, nos arsenais militares ou de marinha). Mais tarde, foi acrescido o ensino das “primeiras letras”, depois todo o ensino primário (CUNHA, 2000, s/n).

Se a intenção era unir/direcionar o complexo da educação para a formação e emprego arduo de força de trabalho a produção de mercadorias, notamos que o desprezo por tarefas manuais continuou presente de maneira relevante no processo de ensino e aprendizagem, especialmente quando nos detemos criticamente à aspectos econômicos, políticos e sociais dos jovens discentes envolvidos nessas iniciativas, o que se manifestava de maneira latente na existência de um trabalho quase escravo, pois a expectativa de remuneração não era garantida:

Algumas décadas mais tarde (1875), o mais importante estabelecimento desse tipo, o Asilo dos Meninos Desvalidos, foi criado no Rio de Janeiro. Os “meninos desvalidos” eram os que, de idade entre 6 e 12 anos, fossem encontrados em tal estado de pobreza que, além da falta de roupa adequada para freqüentar escolas comuns, vivessem na mendicância. Eles eram encaminhados pela autoridade policial a esse asilo, onde recebiam instrução primária, seguida de disciplinas especiais (álgebra elementar, geometria plana e mecânica aplicada às artes; escultura e desenho; música vocal e instrumental) e aprendiam um dos seguintes ofícios: tipografia, encadernação, alfaiataria, carpintaria, marcenaria, tornearia, entalhe, funilaria, ferraria, serralheria, courearia ou sapataria. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia mais três anos no asilo, trabalhando nas oficinas, com o duplo fim de pagar sua aprendizagem e formar um pecúlio, que lhe era entregue ao fim do triênio (Cunha, 2000, s/n).

Muitas vezes, evidentemente, a promessa de remuneração não era cumprida. Sendo assim, diversas particularidades tangenciaram a formulação da educação profissional no Brasil. Entre mudanças e permanências, um ponto em comum foi a contradição entre uma compreensão mistificadora e materialista (no sentido estrito) da realidade brasileira. Por exemplo, o estímulo à relação entre religião e o ensino profissional como um elemento de salvação das almas pecaminosas convivia com a divulgação de ideias progressistas em sentido estrito, com a passagem do tempo as observamos pulsando, em maior ou menor latência, no entanto, em última instância o apego à moralidade cristã sempre conseguiu penetrar e ser agente influente nas proposições estatais relativas ao campo educacional, convivendo com o moderno e o atrasado. Essa é uma característica do amadurecimento histórico da “Ideia de Brasil Moderno” (Ianni, 2004). Aqui podemos sinalizar assertivas que apontam nitidamente para o convívio dialético entre o atrasado e o novo. Entre o velho e o moderno, note:

O velho:

No período do Império, tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto a das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação. Ao fim do Império, com a chegada ao Brasil dos padres salesianos, um novo elemento ideológico foi incorporado a esse conjunto – o do ensino profissional como antídoto ao pecado (Cunha, 2000, s/n).

O “novo”:

Convergente com essa ideologia conservadora havia outra, progressista – a do industrialismo. Ela consistia na atribuição à indústria de valores como progresso, emancipação econômica, independência política, democracia e civilização. Seus adeptos atribuíam à indústria a função de elevar o Brasil ao nível das nações civilizadas, pois ela permitiria ao país possuir os atributos próprios dos países da Europa e dos Estados Unidos (Cunha, 2000, s/n).

Existe aqui uma questão que o pensamento conservador não alcança, ela diz respeito à universalidade na qual a realidade brasileira está inserida. O conservadorismo não é um elemento nocivo ao capitalismo brasileiro. Ao contrário, ele é um elemento agregador que articula rudimentos ideológicos capazes de

sedimentar paradigmas econômicos e sociais que elevam as taxas de lucratividade do capitalismo no nível interno por meio da superexploração do trabalho evadindo divisas ao mercado internacional, assim como os países capitalistas que servem de modelo de desenvolvimento nacional são fruto de seu desenvolvimento endógeno. Gorender (2014) é cirúrgico ao atentar para um movimento que sintetiza até nossos dias um elemento sociopolítico fundamental para o desenvolvimento de uma coesão social capaz de contribuir decisivamente para uma suposta e frágil colaboração entre classes na ampliação da exploração da força de trabalho:

[...] No sentido aqui empregado, (no Brasil) o conceito de populismo não se reduz a demagogia e manipulação, aspectos secundários no contexto. O populismo inaugurado por Getúlio Vargas se definiu pela associação íntima entre trabalhismo e projeto de industrialização. O trabalhismo como promessa de proteção dos trabalhadores por um Estado paternalista no terreno litigioso entre patrões e empregados. O projeto de industrialização como interesse comum entre burgueses e operários. O populismo foi a forma de hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou - e obteve em elevado grau - o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa. A liderança carismática e sem mediações formalizadas, adequada as massas de baixo nível de consciência de classe, constituiu a expressão peculiar do populismo. Não sua essência, concentrada nas ideias de colaboração de classes e paz social (p. 18)

Nesse marco, sinalizamos o papel complexo da política como agente de coesão social. Podemos assinalar também que antes existe uma relação “desigual e combinada” onde esses países se encontram em momentos distintos de desenvolvimento capitalista, mas que se complementam na sua universalidade. Para notarmos a importância dessa segmentação, teremos que remontar a esfera da produção, circulação, distribuição e consumo das mercadorias produzidas. Por hora, importa-nos sinalizar que não é necessário no capitalismo monopolista que exista uma coincidência entre produtores e consumidores das mercadorias produzidas em todos os países capitalistas.

Retornando ao campo da política, uma síntese dessa caminhada é a ideia de uma república democrática, aliada a uma plataforma econômica desenvolvimentista que agregasse os trabalhadores ao círculo virtuoso do consumo no capitalismo. A estruturação desse pensamento em bases materiais idealistas, a exemplo do acesso à educação vista como meio de produção para efetivação desse projeto, é antiga no Brasil e paradigmática no que diz respeito a função social da educação profissional no país.

Quando nos voltamos para a análise da quadra histórica eminentemente

ligada ao nosso objeto de estudo (surgido efetivamente nos anos 1930), observamos um afã dos governantes em efetivar esse paradigma educacional desde início do século XX com o Decreto Nº 7.566/09 (que instituía efetivamente unidades de ensino profissionalizantes com gerência e sistematicidade estatal) – ação processada mais tarde pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) que daria continuidade a essa política; isso se deu porque, efetivamente (e defenderemos isso ao longo de toda nossa argumentação), os setores dominantes nacionais não possuem interesses econômicos e culturais nacionais. Isso é gerado por proposições tencionadas pelo mercado externo que exige movimentações pontuais dada a margem de expansão do capitalismo no âmbito internacional. Vejamos:

Essa é a dialética que permite a presente exposição não estranhar que apenas em meados dos anos 1920 o mercado interno brasileiro tenha começado a se desenvolver ou desenvolver-se precariamente para atender as vicissitudes do atraso de sua elite. Tal impulso tem na escassez de importações geradas pela Primeira Guerra Mundial um entrave. Para vencer esse obstáculo, lenta e contraditoriamente, o Brasil começa a substituir a grande quantidade de produtos importados pela produção nacional. A formação da mão de obra tem aqui uma atenção especial. A história vai se encarregar de provar como os acontecimentos subsequentes relacionam-se ao entrave causado pela falta de opção para a formação e qualificação da força de trabalho (Santos, 2017, p. 169).

Podemos extrair dois apontamentos importantes derivados da assertiva acima. A primeira é que o mercado externo é um elemento de delineamento do desenvolvimento das iniciativas estatais no campo educacional, pois, se as forças produtivas necessitam se desenvolverem de maneira acelerada, o Estado irá atender esse quesito da maneira que julgar mais “eficiente”. Ocorre que como as mediações entre o ser social e a natureza já se complexificaram bastante desde o século XIX, é necessária uma maior intervenção de complexos como a educação. Durante os anos 1920, esse movimento irá tomar corpo com diversas transformações no cenário nacional e internacional:

No panorama do desenvolvimento socioeconômico que se desenrola no decorrer da década de 1920, muitos acontecimentos complexificaram ainda mais o quadro social. Apenas para citarmos alguns dos mais importantes no cenário internacional, recortamos a Revolução Russa, a Primeira Guerra Mundial o colapso da bolsa de Wall Street em 1929. Internamente podemos lembrar da Semana de Arte Moderna e das polêmicas em torno das eleições de 1929, que acabaram com Getúlio Vargas como chefe do executivo brasileiro (Santos, 2017, p. 173).

O “símbolo governamental” dessa quadra histórica foi a chamada Era

Vargas, suas reverberações atingiram praticamente todos os âmbitos da vida nacional. Nesse período, não tivemos somente uma intensa produção econômica, mas uma prolífera obra intelectual no campo sociológico, historiográfico, entre outros. O campo educacional não resistiu imune a essas mudanças:

A aceleração econômico-industrial na Era Vargas, não influenciou somente no âmbito sócio-econômico, mas implicou, também, em transformações político-educacionais que se expressaram na regulamentação da educação formal e não formal. Na educação não formal com as políticas de recreação, já a educação escolar contou com as Reformas Francisco de Campos (1931-1936) e Gustavo Capanema (1942-1946), conhecida também como “Leis Orgânicas de Ensino”. Por meio de decretos-lei, o governo brasileiro expandiu o ensino industrial, instituiu o SENAI, e organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial com três anos, além de reformar o ensino comercial (Camargos, 2011, p. 2024).

Esse último conjunto de fenômenos históricos no âmbito nacional e internacional conclui os elementos da Revolução Burguesa no Brasil e abre campo para uma proposta inédita de nação que irá acarretar em um novo delineamento político, social, cultural e econômico do país:

Na acepção em que tomamos o conceito, Revolução Burguesa denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológicas, culturais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial [...] Essa concepção marca o início da modernidade no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 1920) a era senhorial (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes) (Fernandes, 2006, p. 239).

Nas palavras do sociólogo brasileiro, o país se entrega de maneira frouxa, inexata, sem nenhuma transformação profunda e extensiva a dominação específica do dinheiro. Se põe em curso efetivo a marcha da dominação capitalista moderna e a monetarização das relações sociais. As contradições derivadas desse marco, trataremos adiante.

4.2 O “ensino” da técnica no capitalismo atrasado brasileiro: o Estado, a indústria e a força de trabalho como elementos imprescindíveis à reprodução capitalista

Avançando sobre os elementos historiográficos que embasam nossa argumentação até aqui nos reportamos ao século XVIII e a Revolução Industrial,

observaremos como a conexão entre o complexo da educação e o trabalho irá se desenvolver nos primeiros estados-nações, em especial na Inglaterra e França. A primeira questão que necessitamos elucidar é que em sua primeira etapa de desenvolvimento a indústria não necessitava de um elaborado aporte tecnológico para aumentar substantivamente seus índices de produtividade. Se assim o fosse, ela teria acontecido na França.

Qualquer que tenha sido a razão do avanço britânico, ele não se deveu à superioridade tecnológica e científica. Nas ciências naturais os franceses estavam seguramente à frente dos ingleses, vantagem que a Revolução Francesa veio acentuar de forma marcante, pelo menos na matemática e na física, pois ela incentivou as ciências na França enquanto que a reação suspeitava delas na Inglaterra. Até mesmo nas ciências sociais os britânicos ainda estavam muito longe daquela superioridade que fez — e em grande parte ainda faz — da economia um assunto eminentemente anglo-saxão; mas a revolução industrial colocou-os em um inquestionável primeiro lugar (Hobsbawm, 2008, p.38).

Quando nos voltamos à sofisticação que a relação entre o homem e a máquina demandava na produção de mercadorias no capitalismo, essa discrepância se torna abissal:

Os franceses produziram inventos mais originais, como o tear de Jacquard (1804) — um aparelho mais complexo do que qualquer outro projetado na Grã-Bretanha — e melhores navios. Os alemães possuíam instituições de treinamento técnico, como a Bergakademie prussiana, que não tinham paralelo na Grã-Bretanha, e a Revolução Francesa criou um corpo único e impressionante, a École Polytechnique. A educação inglesa era uma piada de mau gosto, embora suas deficiências fossem um tanto compensadas pelas duras escolas do interior e pelas universidades democráticas, turbulentas e austeras da Escócia calvinista, que lançavam uma corrente de jovens racionalistas, brilhantes e trabalhadores, em busca de uma carreira no sul do país: James Watt, Thomas Telford, Loudon McAdam, James Mill. Oxford e Cambridge, as duas únicas universidades inglesas, eram intelectualmente nulas, como o eram também as sonolentas escolas públicas, com a exceção das Academias fundadas pelos “Dissidentes” (Dissenters) que foram excluídas do sistema educacional (anglicano). (Hobsbawm, 2008, p. 39).

Nesse contexto, muito antes, ainda no século XVII a França já havia estruturado uma rede voltada à formação de artesãos que buscava continuamente aperfeiçoar os “meios de trabalho”:

Certos países não só concediam o monopólio aos inventores, como também ofereciam prêmios aos que se dedicassem ao estudo do problema de fomentar a indústria pela descoberta de métodos novos e melhores. Na França, Colbert organizou institutos de educação técnica, mantidos pelo Estado, bem como fábricas administradas também pelo Estado. Na Baviera, em fins do século XVI, as fábricas estatais de tecidos empregavam dois mil operários. Tais fábricas deviam servir de modelos, inspiração, laboratório.

Era nessas empresas em grande escala, não sujeitas a restrições das corporações, que se podiam realizar livremente experiências e progresso, difíceis para o artesão isolado [...] o Estado estava sempre pronto a estimular a indústria, subsidiando-a diretamente ou de qualquer um dos modos já mencionados. As indústrias têxteis francesas, quando Colbert estava no governo, receberam cerca de oito milhões de libras de subsídios, de um tipo ou de outro (Huberman, 1986, p. 136).

Então porque a Inglaterra capitaneou um movimento sem precedentes na história humana senão havia condições intelectivas para tal? Hobsbawm (2008) é preciso ao detectar as razões de tal movimento:

Mas as condições adequadas estavam visivelmente presentes na Grã Bretanha, onde mais de um século se passara desde que o primeiro rei tinha sido formalmente julgado e executado pelo povo e desde que o lucro privado e o desenvolvimento econômico tinham sido aceitos como os supremos objetivos da política governamental. A solução britânica do problema agrário, singularmente revolucionária, já tinha sido encontrada na prática. [...] o que no Brasil ainda persiste como um desafio [...] a Reforma Agrária [...] Uma relativa quantidade de proprietários com espírito comercial já quase monopolizava a terra, que era cultivada por arrendatários empregando camponeses sem terra ou pequenos agricultores. Um bocado de resquícios, verdadeiras relíquias da antiga economia coletiva do interior, ainda estava para ser removido pelos Decretos das Cercas (Enclosure Acts) e as transações particulares, mas quase praticamente não se podia falar de um “campesinato britânico” da mesma maneira que um campesinato russo, alemão ou francês (Hobsbawm, 2008, p. 40).

Assim podemos observar concretamente no encadeamento de acontecimentos históricos que a dinâmica classista delineia decisivamente o desenvolvimento das forças produtivas naquela quadra histórica revolucionária, especialmente na maneira como o campo e a cidade organizavam o fluxo existente entre homens e máquinas. Outra questão seria o fomento de um princípio básico característico do capital concorrencial: a superprodução. Elemento destinado a abastecer uma população em ascendente crescimento e tangida pela superexploração de suas capacidades físicas e intelectivas.

As atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado; as manufaturas de há muito tinham-se disseminado por um interior não feudal. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia. (Duas outras funções eram provavelmente menos importantes na Grã- Bretanha: a criação de um mercado suficientemente grande entre a população agrícola - normalmente a grande massa do povo - e o fornecimento de um excedente de exportação que contribuísse para garantir as importações de capital.) Um considerável volume de capital social elevado - o caro equipamento geral necessário para toda a economia

progredir suavemente - já estava sendo criado, principalmente na construção de uma frota mercante e de facilidades portuárias e na melhoria das estradas e vias navegáveis. A política já estava engatada ao lucro (Hobsbawm, 2008p. 40).

De nossa incursão podemos notar que a relação entre o Estado e o desenvolvimento dos meios de produção no capitalismo é fundamental. A fluidez da conexão entre esses dois elementos estabeleceu o curso do desenvolvimento das forças produtivas modernas. Sobre isso, retornando ao Estado brasileiro, ainda no século XIX, podemos elencar algumas ações que se orientavam para esse objetivo, a exemplo do Colégio de Fábricas criado em 1809, financiado pela Real Fazenda, vários artífices, manufactureiros e aprendizes vindos de Portugal desempenhavam funções com o objetivo de repassar técnicas elaboradas a alguns setores da classe trabalhadora. Essa iniciativa teve fluência fugaz na estrutura socioeconômica nacional:

[...] ao final do império e já após a abolição legal do trabalho escravo, o número de fábricas no país era de 636 estabelecimentos, com um total de 54 mil trabalhadores, para uma população de 14 milhões de habitantes [...] (Batista, 2015, s/n).

Isso revela o fracasso da tentativa de transformar o trabalhador brasileiro, em meio à tradição escravocrata, em um típico trabalhador industrial europeu, também o atraso de nossa elite (Ianni, 1992 *apud* Santos, 2017).

Dando continuidade, já no século XX, passa a existir um conjunto de iniciativas articuladas pelo Estado dirigidas a formação do trabalhador⁷. Nesse sentido, existe objetivamente uma tentativa de romper com os espasmos anteriores com uma proposta mais ampla, de modernização da nação.

Em 1909, já presidente da República, Nilo Peçanha baixou o decreto 7.566, de 23 de setembro, criando 19 escolas de aprendizes e artífices, situadas uma em cada estado. [...] Em suma, as escolas de aprendizes artífices tinham prédios, currículos e metodologia didática próprios; alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos que as distinguiam das demais instituições de ensino elementar.[...] A constituição desse sistema assumiu contornos mais nítidos a partir de 1919, com a incorporação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, destinada a formar professores para as escolas de aprendizes artífices [...]

⁷Lembremos que nesse estágio de desenvolvimento das forças produtivas nacionais a força de trabalho se encontrava concentrada no campo e ainda com taxas de produtividade extremamente baixas Prado Jr. (2014). Posta essa questão observamos uma rede de supostas “vantagens” que atraíam trabalhadores.

Esses contornos foram avivados a partir de 1931, quando a administração educacional diferenciou-se, já no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, com a criação da Inspetoria do Ensino Profissional Técnico que, por sua vez, deu origem a outros organismos de âmbito e competência progressivamente ampliados (Cunha, 2000, s/n).

Inicia-se, então, o ensino técnico no Brasil com a criação, em 1906, de quatro escolas profissionais, nas cidades de Campos, Petrópolis, Niterói e Paraíba do Sul. Dessas, as três primeiras se dirigiam ao ensino de ofícios e a última para a aprendizagem agrícola. Somou-se a isso outros importantes acontecimentos que fazem desse recorte um momento crucial para a consolidação do *ensino técnico-industrial* no Brasil, são eles: a Realização do “Congresso da Instrução”, que colocou ao Congresso Nacional um projeto de promoção do ensino prático industrial, agrícola e comercial; a Comissão de Finanças do Senado, que aumentou a dotação orçamentária para os estados instruírem escolas técnicas e profissionais elementares. Por fim, o presidente da República, Afonso Pena, em seu discurso de posse, ocorrido no dia 15 de novembro de 1906, reafirmava a criação de institutos de ensino técnico e profissional (Batista, 2015).

Mesmo diante de um quadro político favorável ao amadurecimento do ensino profissional, mas chamado de técnico no Brasil, o oferecimento deste só se torna obrigatório pelo Estado em 1927, quando começa a existir uma conjuntura extremamente propícia ao processo de industrialização da base produtiva brasileira ocasionada pela demanda internacional por mercadorias industrializadas. Já nos anos 1930, temos a criação da “Superintendência do Ensino Profissional”.

A comprovação no campo educacional se dá com a Constituição Brasileira de 1937 que se torna a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial enquanto a maioria dos países centrais já possuíam legislações destinadas a modalidade de ensino (Batista, 2015). O decorrer dos anos 1930 e 1940 viria a aprofundar esse movimento com a Constituição de 1937 aliada à Reforma Capanema (ou Leis Orgânicas do Ensino) que instituiu um regime sistêmico de educação para os pobres:

[...] criando as seguintes Leis Orgânicas: Ensino Industrial (Decreto-lei 4.073/42), Ensino Comercial (Decreto-lei 6.141/43) e Ensino Agrícola (Decreto-lei 9.613/46). Esses cursos continham dois ciclos: um fundamental, geralmente de quatro anos, e outro técnico, de três a quatro anos. Apesar da significância de se investir no nível técnico, essa Reforma não conseguiu resolver os problemas sérios que surgiram nesse nível de ensino, pois havia falta de flexibilidade com o ensino secundário e restringia o acesso ao nível

superior, uma vez que as Leis Orgânicas só permitiam tal acesso no ramo profissional correspondente [...] (Batista, 2015, p. 37).

Esse contexto gestou uma dinâmica bastante específica: a penetração de conglomerados industriais no campo educacional estatal. Nesse aspecto, dois elementos se chocam: a formulação da própria política e o seu financiamento. Dessa maneira, a iniciativa privada tencionava o Estado a aderir iniciativas intelectivas específicas e pressionava o setor público ao financiamento dessas proposições dispondo do mínimo de recursos que pudessem. No fim, Vargas consegue que os industriais assumam os custos de manutenção de escolas profissionalizantes financiadas, por exemplo, por sindicatos patronais.

Em 1942, contando desta vez com a participação dos industriais, é criado, em convênio com a Confederação Nacional das Indústrias, através do Decreto-Lei 4.048 de 1942, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e, quatro anos depois, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Decreto-Lei 8.621 de 1946, dirigido e organizado pela Confederação Nacional do Comércio. As duas instituições foram criadas para atender à demanda de qualificação para o trabalho, em todos os níveis de profissionalização. Atualmente, são responsáveis pela maior rede de escolas de educação profissional no Brasil (Batista, 2015, p. 39).

Uma última questão para se problematizar é a relação do Estado brasileiro com o mercado moderno no século XX. Recapitulando o movimento acima descrito, vemos que, ao fim, ao sofrer pressões mercadológicas, o Estado optou por fragmentar a perspectiva de um sistema único de escola fortalecendo uma perspectiva dicotômica entre uma escola fomentada por um ensino propedêutico que se dirigia à formação para o acesso ao ensino superior e uma educação profissionalizante voltada para a formação de força de trabalho imediata com o fito de abastecer as indústrias nos grandes centros urbanos com força de trabalho apta a ser explorada.

5 LIGAÇÕES ONTOLÓGICAS ESTRUTURAIS E SUPERESTRUTURAIS DO CAPITAL: O IDORT, A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E O TRABALHO COMO PRINCÍPIOS ORGANIZADORES DA EXPLORAÇÃO “MODERNA” NO BRASIL

“Quero poesia que preencha o meu peito
Pra me provocar, pra entender o meu defeito
Uma poesia pra fortalecer a meta
Aquilo que te faça acelerar a bicicleta”.

(Braza).

Até aqui nos dirigimos ao estudo conceitual e categorial do Instituto de Organização Racional do Trabalho (Idort) e da educação profissional como elementos interligados na dinâmica societária capitalista brasileira. Importa-nos agora esclarecer quais os elementos pertencentes a essa dinâmica que encerram necessidades impreteríveis à acumulação de capital, ao aumento da exploração do homem pelo homem no estágio monopolista do capital através de sua individualização, fragmentação. Tendo isso como norte, existe a necessidade em recorremos a Iamamoto (2010), Netto (1996), Pinto (2013), Santos (2017) para esclarecermos que o capital tenciona todos os complexos e componentes da vida social e se relacionarem de maneira estranhada entre si. Isso ocorre de maneira renovada a cada quadra histórica.

Nesse capítulo abordamos algumas contradições em específico, primeiramente salientando que existem características diletantes que permanecem em todas as transições dos padrões de acumulação capitalista. Essas modificações dizem respeito ao modo como os meios de trabalho, os objetos de trabalho e o próprio trabalho são revolucionados sedimentando novos paradigmas de organização dos “processos de trabalho”. Ter, portanto, a compreensão da base conceitual que permite a apreensão desse movimento em âmbito universal é um dos objetivos desse capítulo. Assim podemos esclarecer teoricamente que o taylorismo foi um padrão de organização do trabalho basilar a estruturação da educação profissional no Brasil.

Outra questão é o emprego estranhado de categorias essenciais ao desenvolvimento positivo do trabalho com a criação de instrumentos, de meios de trabalho, objetos de trabalho outrora impensáveis e que surgem do poder criativo da atividade laboral com o surgimento e emprego de técnica outrora inexistente. Interessa-nos, portanto, analisar os elementos conceituais que foram diretamente

influentes no delineamento de nosso objeto de estudo. Nesse sentido, abordaremos as mudanças conjunturais do capitalismo no final do século XIX e início do século XX.

5.1 O Idort e sua relação com os paradigmas produtivos existentes

Colocados esses elementos, afirmamos que qualquer classe, para exercer seu domínio, necessita também ampliar sua direção intelectual e moral. Além disso, existe uma função específica das classes dominantes no capitalismo industrial, Gramsci *apud* Iamamoto (2010) desenvolve essa argumentação quando faz referência ao " Americanismo e Fordismo":

[...] nas primeiras décadas do século XX, vê o capital (EUA) dotado de profunda liberdade e autonomia, definindo sua estrutura essencial. Essa etapa do progresso histórico do capitalismo traz novas características desse modo de produzir e de trabalhar, bem como de todo o sistema sociopolítico a ele vinculado. A estrutura (fábrica) tende a atuar como fator organizativo de toda a vida social, centro gerador não só da produção material, mas da produção de uma nova ideologia - o americanismo - e, logo, da formação da consciência social e do senso comum. (p. 51)

Quanto ao padrão de organização do trabalho no século XX, o fordismo nasce como paradigma hegemônico:

O fordismo, ao racionalizar e simplificar o processo de trabalho através da eliminação de tempos e movimentos supérfluos, exige uma nova antropologia - uma humanidade nova nos planos da ação prático-laborativa, ideológico-cultural e da auto representação política, conseguindo centrar toda a vida do país na produção: 'a hegemonia nasce na fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários, profissionais da política e da ideologia' (Gramsci, 2001, p. 247-248, v. 4 *apud* Iamamoto, 2010, p. 51-52).

O último aspecto é que o fordismo como paradigma produtivo, ao atuar na forma como a vida é efetivamente produzida, rebate centralmente na maneira como a consciência se reproduz:

O fordismo vai além do uso da força de trabalho na fábrica, exigindo transformações na forma de vida, na moral, no comportamento da força de trabalho, no tempo do não-trabalho (questão sexual, puritanismo, lei seca etc.). Destarte, ao proceder à racionalização do processo de trabalho mediante urna transformação tecnológica e organizativa, define um uso específico da força de trabalho e da consciência social; e o americanismo se encarrega de difundir essa mesma racionalização no interior da totalidade social (Iamamoto, 2010, p. 52).

Baseado nesse movimento universal, a burguesia industrial brasileira dos

anos 1930 irá se agitar dentro da particularidade latino-americana ampliando seus tentáculos à classe trabalhadora através de diversas iniciativas, dentre elas, a criação do Idort que, através, por exemplo, de sua revista, se tornou um importante veículo de desenvolvimento do ideário *industrialista* e acabou por ajudar a desenvolver a educação profissional no Brasil. Uma rápida enumeração das realizações da década pode ilustrar as significativas mudanças:

Desde o início do governo Vargas (1930) ocorreu a expansão da indústria nacional, todavia faltava à sociedade brasileira trabalhadores técnicos qualificados, pois limitadas medidas foram adotadas em prol da formação profissional, durante a Primeira República. Na transição da Primeira para a Segunda República, destacou-se no cenário industrial e profissional brasileiro, o engenheiro Roberto Mange (1886-1955), criador do Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo (1924), do IDORT- Instituto de Organização Racional do Trabalho – (1931), além de participante na elaboração e direção do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional (CFESP) de São Paulo (1934), e também do próprio SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – (1942), este último considerado por diversos industriais, como sua obra – prima. (Bologna, 1980, p. 310 *apud* Camargos, 2011, p. 2025).

Posto isto, afirmamos que no contexto da reprodução da *forma mercadoria*, tal movimento tornou a relação do homem com a natureza mais nociva ameaçando em nível estrutural sua continuidade (Mészáros, 2011), também na medida em que a exploração do homem pelo homem se ampliou (Pinto, 2013). Para descortinarmos esse movimento é fundamental sermos precisos no estudo dos elementos passíveis de crítica, assim conforme Marx (2013, p. 189):

O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

Assim a “organização do trabalho” tem como objeto o desenvolvimento de atividades laborais no capitalismo maduro. Isso posto, a organização dos processos de trabalho se tornou um importante veículo de análise das complexas redes de interação social no mundo capitalista (Pinto, 2013).

Para ilustrarmos nossa argumentação colocamos que:

Anterior ao desenvolvimento do capitalismo industrial os trabalhadores controlavam grande parte do processo de fabricação de bens de consumo: [...] os trabalhadores eram inteiramente responsáveis pela organização e

condução dos processos a serem realizados, individualmente ou como equipes [...] (Pinto, 2013, p. 17).

Ocorre que junto ao desenvolvimento da sociabilidade capitalista e da indústria moderna, o caminho que engloba a *teleologia* até a sua *objetivação* passa a ter elaboradas *causalidades postas* (Lessa, 2012):

Com a evolução dos sistemas de comércio e de todo o aparato institucional necessário a tal, vieram as exigências de precisão nos prazos e na qualidade dos produtos (com a competição por novos mercados se alastrando para além das necessidades locais), de modo que o conhecimento envolvido no âmbito da produção passou a ser assumido como prioridade estratégica pelos capitalistas empregadores (Pinto, 2013, p. 17).

Conclui-se que, no fim do século XIX, o controle sobre o trabalho se torna mais agressivo, pois a concorrência intercapitalista impõe níveis de produtividade exacerbados. O desenvolvimento produtivo do capital complexificou funções cada vez mais passíveis de serem objeto de *aprimoramento técnico* dentro de campos de estudo definidos, possibilitando sua crescente *racionalização*, e o Brasil viverá tal influência, em especial, a partir dos anos 1930 com o projeto de industrialização varguista. Isso gerou uma forte penetração do ideário taylorista, nada mais do que uma estratégia produtiva de mercadorias aplicada insistentemente ao longo do século XX, por sua vez caracterizada pela simplicidade teórica e universalidade de aplicação (Pinto, 2013).

Sinteticamente Cattani (2002) afirma, o taylorismo é um:

Sistema de Organização do Trabalho, especialmente industrial, baseado na separação das funções de concepção e planejamento das funções de execução, na fragmentação e na especialização das tarefas, no controle de tempos e movimentos e na remuneração [...] (p. 309).

Tratando agora da modalidade de ensino da educação profissional, precisamos situá-la no chão histórico ao qual pertence, portanto é fundamental notarmos que tal modalidade se conecta a um contexto de diversas reformas estatais impulsionadas pela movimentação do capital ocasionado entre as duas Grandes Guerras Mundiais.

No que tange ao processo de aceleração econômica brasileira, uma das primeiras medidas adotadas pelo Governo Provisório de Vargas, foram novas estruturas governativas criadas, dentre elas a do Ministério do Trabalho, da Indústria e do Comércio entre 1930/31, o Ministério da Educação e Saúde, e uma legislação trabalhista. Naquela conjuntura, houve um crescimento demográfico nas cidades, formando-se assim um proletariado urbano. (Camargo, 2011, p. 2024).

Nesse contexto recorremos a Santos (2017) para elucidarmos algumas mediações necessárias a clarificar nossa pesquisa. A primeira premissa é que a dinâmica classista foi até então um elemento crucial de delineamento ideológico das elites proprietárias sobre as massas despossuídas no campo educacional, o que no Brasil aglutina contornos específicos:

[...] um dos grandes prejuízos causados pelo histórico desigual desenvolvimento econômico entre os países de centro e periferia é a propaganda de defesa de uma educação voltada especificamente para fazeres práticos (nesse caso, exclusivamente para os filhos dos trabalhadores). Tal publicidade defende a chamada educação profissional e tecnológica como opção para ajudar tais países a saírem do dito subdesenvolvimento (Santos, 2017, p. 125).

A escola não fica alheia a esse processo:

[...] de maneira geral e a pública em particular, com destaque aqui para a profissionalizante, assume, de forma acrítica, a defesa de que vivemos uma 'era tecnológica'. Esse é o quadro em que as políticas públicas educacionais chamam o complexo educativo para intervir propositivamente na formação de uma mão de obra capaz de tocar o aparato tecnológico contemporâneo (Santos, 2017, p. 126).

Ocorre que a partir do século XX esse movimento ganha propulsão e se expande ao complexo da educação no Brasil.

A qualificação por ofício, que comportava formas de pensar, tomar posições e estabelecer relações com os grupos sociais e o meio ambiente, solidariamente constituía com bases em tradições de luta e dimensões culturais, perdia terreno nos conflitos da década de 1920 para as condições de dominação, onde se abria espaço para institucionalização de conhecimento tecnicista, departamentalizante e disciplinarizador das relações com o saber e o poder (Antonacci, 1987, p. 72).

Temos que esclarecer que não objetivamos degenerar o papel da educação destinada a possibilitar a apreensão do acúmulo histórico universalizado pelo gênero humano. Ao contrário, afirmamos que o desenvolvimento de elementos como esse são fundantes a formação humana. Aqui assinalamos que o avanço da técnica é fundamental à produção de riquezas, especialmente no estágio industrial. Entretanto temos que esclarecer que ela não pode ser tomada como fundamento para o desenvolvimento de processos de formação dos sujeitos, isso porque

A técnica não pode ser pensada sem o homem, 'pelo simples motivo de estar sempre subordinada aos interesses dele', o que acarreta a impossibilidade de subordinação do homem à técnica/tecnologia." (Vieira; Pinto, 2008 *apud* Santos, 2017, p. 153-154).

Contudo, a ordem capitalista inverte esse princípio e põe que a problemática

[...] reside no emprego que se faz da tecnologia, sobretudo, na aplicação das possibilidades que o maquinário coloca a serviço do capital: garantir o acúmulo do lucro para uma privilegiada parcela da população mundial. (Santos, 2017, p. 139).

Percebemos aqui que o adjetivo “técnica” é usado como elemento ideológico que naturaliza a existência de uma classe produtora/trabalhadora, amparada, outrossim, na concepção burguesa de que: “o trabalho dignifica o homem” em contraposição a uma elite proprietária que usufrui do fruto dessa atividade. Descortinando tal elemento, no capitalismo a execução de uma determinada técnica pelo trabalhador é sempre tencionada pela forma mercadoria, ou seja, pela venda de sua força de trabalho, o que sempre significa seu empobrecimento material e espiritual. Aqui, o **aprisionamento da razão** remete a uma forma pontual:

[...] a técnica começa a se distanciar de sua gênese [...] deixa de ser um adjetivo enquanto meio para se atingir um fim e inicia sua caminhada em direção à substantivação [...] uma concepção fantasiosa [...] que perde a relação dialética do ato com o agente operador da ação técnica. (Santos, 2017, p. 133).

Ocorre que a técnica diz respeito a um posicionamento completamente distinto onde

Por definição, todo ato humano é, em si, uma ação técnica, pois quando o homem torna-se um ser social produtor de si mesmo, constitui-se simultaneamente em ser técnico [...] Não resta dúvida que existe um caráter necessariamente técnico em toda e qualquer ação humana, pois agir significa um modo de ser em-si ligado a alguma finalidade que o indivíduo se propõe a alcançar (Santos, 2017, p. 136).

No Brasil, de braços dados ao ideário industrialista (como já citado na introdução do trabalho) surge uma perspectiva pragmática de educação. E nesse caso é latente a participação de três agentes: a burguesia industrial, o Estado e a intelectualidade elitista e atrasada.

Concomitante à apropriação metódica das experiências e do saber-fazer operário, promovidas pela decomposição e recomposição do processo de trabalho subjacentes na administração científica, implantavam-se os alicerces de novas bases, posturas e diretrizes no ensino em geral e no ensino profissional em particular. É o que aponta a influência de Lourenço Filho – que escreveu Introdução ao Estudo da Escola Nova e organizou a coletânea Biblioteca de Educação – no manifesto dos pioneiros da Escola Nova de 1932, considerado um divisor de águas na ação pedagógica no

Brasil e sua posterior nomeação para a direção do Departamento Nacional de Educação (1937) aliada a organização e direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938), assim como a presença de Roberto Mange na comissão mista que elegeu o Código de Educação de 1933 em São Paulo, dando impulso a instrução racional ao regulamentar a organização do ensino pré-primário, primário e profissional, secundário e normal com elementos de ligação entre a escola primária e o trabalho, ao par de sua atuação decisiva na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). (Antonacci, 1987, p. 71-72).

Aqui se põe a necessidade histórica de universalizar a classe trabalhadora ao acesso a esse debate. Essa tarefa contribuiria para o desenvolvimento de uma educação distante de sua atual fragmentação e voltada aos interesses dessa.

Frequentemente, a centralidade do trabalho como categoria geradora das relações sociais vem sendo questionada e relativizada em grandes campos do conhecimento. Existem diversas reverberações dessa ação, uma delas é a perda da perspectiva de totalidade, o que liga os fenômenos de natureza inorgânica, orgânica e social em uma articulação indissociável. Isso não ocorre espontaneamente, ao contrário, é ligado intimamente ao modo de produção capitalista, por alguns motivos específicos. Primeiro porque nesse paradigma de organização social os indivíduos são tencionados a desenvolverem suas atividades se associando à propriedade privada de um estranho que possui os meios de produção. Isso faz com que exista imediatamente uma qualidade de subserviência de uma classe, no caso a proletária, à outra (a burguesa). Segundo porque essa condição estruturante faz com que os trabalhadores se vejam enquanto competidores entre si, visto que o aumento da composição orgânica do capital diminui a participação do número de trabalhadores no processo produtivo diminuindo os postos de trabalho.

Isto posto, é necessário que haja o espriamento de uma consciência fragmentada a classe trabalhadora e também a burguesa. Tal elemento é necessário para um alargamento de práticas individualistas. Sobre isso, Netto (1992) aponta que: “O encolhimento do espaço de atividades coletiva social dirigida segundo a volição dos indivíduos ocorre simultaneamente a inflação da sua privacidade, recolhida à fronteira de um eu atomizado” (p. 37). Ocorre que esse fenômeno possui os mesmos “impulsos” quando os indivíduos absorvem os impactos das desigualdades sociais ocasionados pela apropriação privada das riquezas geradas coletivamente. Sendo assim, a sobreposição de leituras fragmentadas das desigualdades geradas e geridas pelo capital monopólico leva:

A individualização dos problemas sociais, sua remissão a problemática singular (“psicológica”) [...] permite - com todas as consequências que daí decorrem – psicologizar os problemas sociais, transferindo a sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição das características pessoais do indivíduo (é então que emergem com rebatimentos práticos-sociais de monta, as estratégias, retóricas e terapias de ajustamento etc.) (Netto, 1992, p. 37).

Posta a questão inicial, como poderíamos enfrentar tal problemática sem desconsiderar o papel dos sujeitos como membros ativos das construções sociais? Como a leitura crítica e sistêmica das determinações da realidade poderia detectar os fundamentos das problemáticas existentes na era do capital financeiro? Junto com Netto (1992) afirmamos que:

[...] seria um grande equívoco supor que o giro em questão derruiu o conjunto de representações sociais (e de práticas a elas conectadas) pertinentes ao ideário liberal. Antes, ocorreu algo distinto: nas condições da idade do monopólio, o caráter público do enfrentamento das refrações da “questão social” incorpora o substrato individualista da tradição liberal, ressitua-o como elemento subsidiário no trato das sequelas da vida social burguesa (Netto, 1992, p. 31).

Dessa incursão sinalizamos que as desigualdades sociais não estão sendo minoradas pelas modificações no sistema produtivo, ao contrário, elas são agravadas e incorporadas a uma plataforma ultraliberal. Ocorre que essas desigualdades são camufladas, recorrendo a elementos da estrutura psíquica dos sujeitos para a incorporarem de maneira complacente. No contexto sociopolítico do “ultraliberalismo”, os encargos pela sobrevivência são creditados ao indivíduo colocado como “mônada”. No outro lado, as intervenções estatais que proporcionem melhores condições de vida não eximem a possibilidade de responsabilização dos indivíduos (Netto, 1992).

5.2 Economia política brasileira: notas sobre a dependência contemporânea

A América Latina e o Brasil se caracterizam por sua aguda instabilidade política, econômica e social. Nesse âmbito, diversos fatores conjunturais se entrelaçam na totalidade das relações sociais forjando determinações em âmbito particular que objetivam contradições específicas, embora não isoladas. Especialmente no contexto da “crise estrutural do capital” (Mészáros, 2011), observamos fenômenos que ampliam a miserabilidade e barbárie no capitalismo

contemporâneo com ênfase na “periferia” das nações mercantis.

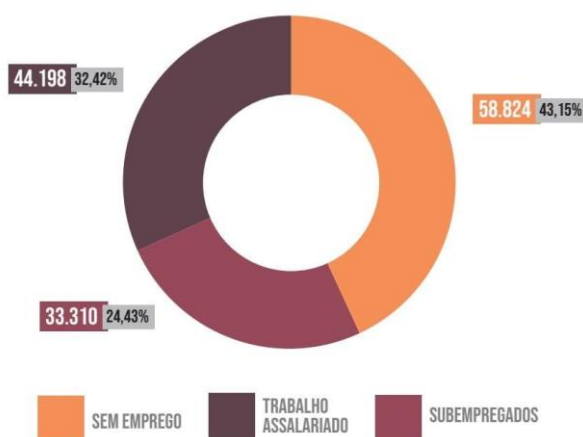
A política inflacionária que beneficia o capital estrangeiro, a retirada de direitos sociais que abrem caminho para a “superexploração” da força de trabalho, o embate entre propostas políticas ultraliberais e reformistas tornam a emergência de uma reflexão crítica sobre a economia política brasileira. Dessa forma, em nossa apreensão a função essencial do conhecimento sistemático financiado pela classe trabalhadora pelas políticas de fomento é, por justeza, a criação e promoção de proposições que apontem para a sua emancipação.

Para esmiuçarmos tais aspectos, mesmo que de modo sintético, é imperativo soerguermos a economia política clássica e problematizarmos dados fundamentais a uma leitura radicalmente crítica da realidade nacional nos últimos anos. Faremos isso nesse primeiro momento expondo e problematizando os argumentos da economia burguesa pontuando suas argumentações e posteriormente problematizando suas limitações. Para tanto, utilizamos o anuário estatístico do Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos (Ilaese), publicado no ano de 2021. Posteriormente, tentamos embasar nossa argumentação a partir da crítica à economia política clássica.

Dando início, o primeiro ponto diz respeito à relação da classe trabalhadora com a venda da força de trabalho na quadra histórica recente do Brasil:

Gráfico 1 – Percentual de Trabalhadores Empregados e Desempregados

EMPREGADOS, SUBEMPREGADOS E SEM EMPREGOS - 2020
(EM MIL PESSOAS)



Fonte: Ilaese

Observamos o quadro dramático no país em 2020. Existiam 58 milhões de desempregados e 33 milhões de pessoas subempregadas considerando todos os trabalhadores aptos à venda da força de trabalho e que não estavam trabalhando e também não eram aposentados. É importante sinalizar também que as 91 milhões de pessoas sem emprego ou subempregadas funcionam como um importante agente que pressiona os trabalhadores empregados a piores condições de trabalho.

Como demonstrado na tabela abaixo, observamos que a renda salarial sofreu compressão em todos os setores laborais, tal elemento se uniu ao índice inflacionário que comprimiu ainda mais o acesso dos trabalhadores a mercadorias de todas as ordens formatando um cenário com maior concentração de renda.

Tabela 1 – Compressão da renda salarial nos últimos anos por ramos produtivos

	SETORES DE OCUPAÇÃO - RENDA MÉDIA MENSAL (EM REAIS)								INPC	PERDAS
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2020/2017		
AGRICULTURA, PECUÁRIA E AFINS	R\$ 1.172	R\$ 1.155	R\$ 1.117	R\$ 1.274	R\$ 1.284	R\$ 1.418	R\$ 1.450	13,81%	16,31%	-2,50%
INDÚSTRIA GERAL	R\$ 2.078	R\$ 2.106	R\$ 2.030	R\$ 2.237	R\$ 2.227	R\$ 2.439	R\$ 2.540	13,54%		-2,77%
CONSTRUÇÃO	R\$ 1.728	R\$ 1.673	R\$ 1.675	R\$ 1.762	R\$ 1.708	R\$ 1.828	R\$ 1.798	2,04%		-14,27%
COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ 1.750	R\$ 1.721	R\$ 1.680	R\$ 1.811	R\$ 1.788	R\$ 1.949	R\$ 1.958	8,12%		-8,19%
TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO	R\$ 2.185	R\$ 2.124	R\$ 2.053	R\$ 2.564	R\$ 2.178	R\$ 2.333	R\$ 2.158	-15,83%		-32,14%
ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO	R\$ 1.532	R\$ 1.469	R\$ 1.403	R\$ 1.409	R\$ 1.462	R\$ 1.571	R\$ 1.484	5,32%		-10,99%
COMUN., ATIVIDADES FINANCEIRAS, ADMINISTRATIVAS ETC.	R\$ 2.971	R\$ 2.948	R\$ 2.958	R\$ 3.247	R\$ 3.277	R\$ 3.496	R\$ 3.512	8,16%		-8,15%
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	R\$ 2.905	R\$ 2.960	R\$ 2.944	R\$ 3.211	R\$ 3.353	R\$ 3.621	R\$ 3.728	16,10%		-0,21%
OUTROS SERVIÇOS	R\$ 1.646	R\$ 1.620	R\$ 1.526	R\$ 1.667	R\$ 1.668	R\$ 1.815	R\$ 1.809	8,52%		-7,79%
SERVIÇOS DOMÉSTICOS	R\$ 822	R\$ 821	R\$ 822	R\$ 887	R\$ 879	R\$ 942	R\$ 896	1,01%		-15,30%

Fonte: Ilaese

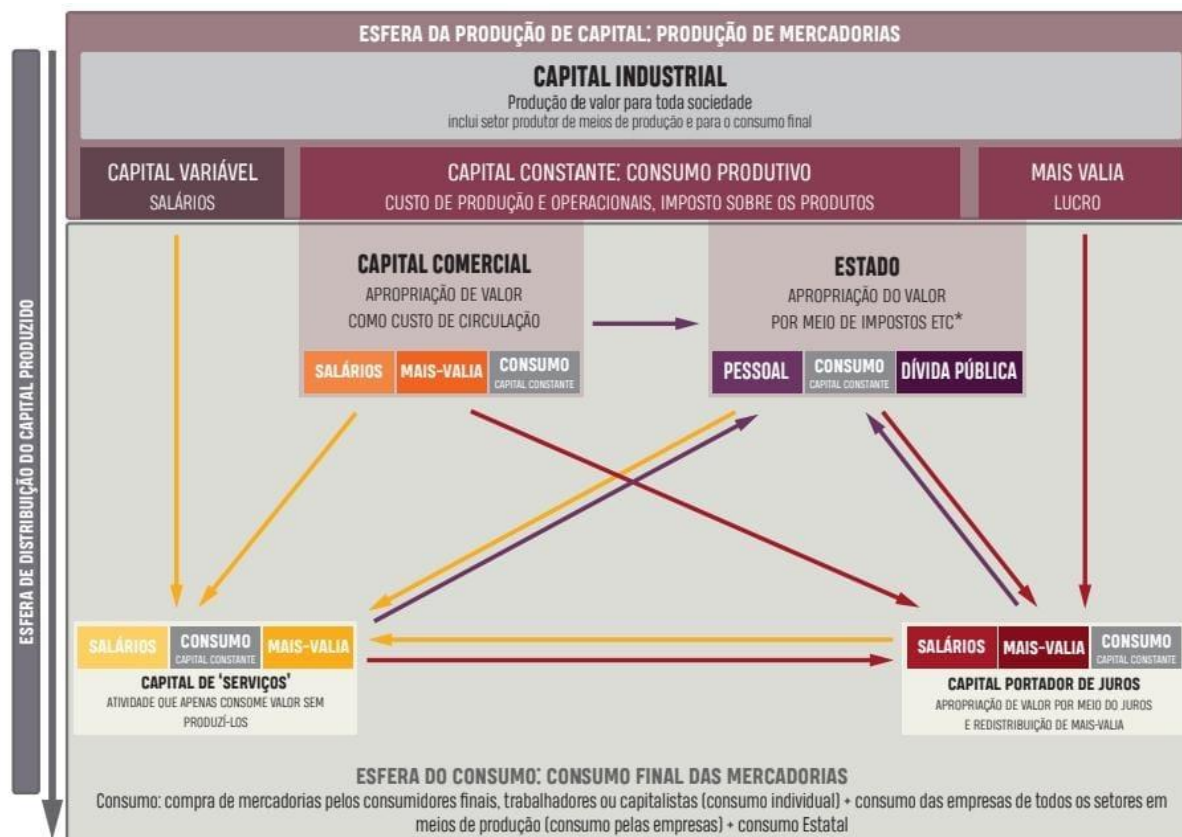
Avançando, a economia política, no plano ontológico, considera o entrelaçamento dos dados econômicos e suas derivações sociais. Diante desse quadro, é importante sinalizarmos também que o próprio Estado burguês lança medidas político-econômicas mais agressivas como as recentes contrarreformas trabalhista e previdenciária, objetivando recompor taxas de lucratividade outrora alcançadas. Sedimentado esse intento, a classe dominante endógena, além do controle das forças coercitivas, tenta ampliar sua zona de influência através do controle dos “aparelhos ideológicos do Estado”. Nesse ponto estamos nos referindo

aos complexos que atuam na esfera da reprodução social. Em nosso trabalho daremos ênfase ao complexo da educação.

O segundo elemento necessário a uma análise segura da conjuntura nacional diz respeito aos processos de trabalho. Analisar como eles se edificam e influenciam novas relações entre o capital fixo e variável, em outras palavras, os nexos causais entre o capital industrial e a sociedade, é essencial para a apreensão das determinações idiossincráticas do capitalismo brasileiro. O motivo é bem simples: a indústria é a grande fonte de valor no sistema produtivo capitalista. O valor criado por ela alimenta os outros ramos produtivos como o setor de serviços. Nesse contexto, podemos observar o seguinte: o capital comercial se conecta de maneira íntima ao Estado. Apesar de ambos lidarem com elementos distintos como no caso do capital comercial: trabalho assalariado, mais-valia, custos de circulação, consumo de serviços, entre outros e o Estado possuir outros elementos particulares: juros, lucro líquido, custos com pessoal e dívida pública. Eles se encontram na totalidade sistêmica do capital. São as contradições derivadas dessas ligações que uma análise científica, que pleiteia o solo ontológico, busca criticar.

A figura 1, como partida, ajuda a entender a articulação apontada no parágrafo acima.

Figura 3 – Síntese da produção de valor no capitalismo industrial



Fonte: Ilaese

Conseguimos aqui detectar os nexos presentes entre as estruturas estatais e como elas se ligam à reprodução da acumulação privada produzindo e reproduzindo espaços de estranhamento. Essa situação pode se complexificar quando analisamos a relação entre capital improdutivo (o capital comercial, de serviços, portador de juros) e o capital produtivo (os setores produtores de mercadorias: o capital industrial). Nesse ponto, vemos que mesmo dentro do paradigma capitalista, o Estado brasileiro já apresenta uma dinâmica nociva à própria expansão de despesas, pois a participação do capital produtivo diminuiu nos últimos decênios, portanto a produção de “valor” enquanto a soma de investimentos financeiros que objetivam especular sobre o serviço da dívida pública aumentou (Marx, 2013).

Tabela 2 – Percentual de participação do capital produtivo e improdutivo na economia nacional

	2002	2007	2014	2015	2016	2017	2018	2019
CAPITAL PRODUTIVO	19,25%	21,48%	24,88%	25,19%	24,47%	24,36%	23,04%	22,89%
CAPITAL IMPRODUTIVO	18,77%	19,17%	22,56%	23,15%	22,95%	23,28%	23,14%	22,64%
RENDA ESTATAL	43,06%	44,61%	44,52%	44,17%	42,74%	43,56%	43,24%	41,30%

Fonte: Ilaese

Isso indica quão é insustentável a dinâmica econômica brasileira mesmo nos padrões capitalistas. Nos últimos anos, o único setor a dar sobrevida a ela (a gerar valor) foi o “setor extrativo mineral”, que sofreu impacto direto após a queda dos preços do petróleo, especialmente a partir de 2015.

Tabela 3 – Percentual de participação dos setores produtivos e improdutivos na economia nacional

		COMPOSIÇÃO DO PIB (EM MILHÕES DE REAIS)									
		2004	2010	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
CAPITAL PRODUTIVO	Extrativa Mineral	40.827	109.965	189.434	184.797	110.773	55.576	90.695	161.069	179.351	185.580
	Indústria de transformação	295.610	494.351	558.734	597.376	630.812	676.238	706.062	737.428	751.146	727.648
	Serviços industriais de utilidade pública	57.368	92.913	92.818	93.975	123.184	143.720	156.242	171.433	190.432	188.865
	Construção Civil	82.057	206.926	290.641	306.947	296.018	275.188	244.800	243.280	242.617	212.463
	Agropecuária, extração vegetal	110.912	159.932	240.291	249.975	258.966	306.654	302.971	309.610	326.040	439.838
	Transporte e Comunicações	57.506	141.659	203.421	227.757	226.501	235.979	246.075	264.664	283.391	277.673
CAPITAL IMPRODUTIVO	Comércio	164.631	416.230	614.088	676.562	685.708	699.767	746.159	783.047	824.185	874.032
	Serviços	485.077	918.454	1.345.578	1.499.857	1.572.776	1.656.048	1.748.483	1.872.571	1.990.533	1.929.924
	Instituição Financeira	108.316	224.561	272.571	318.680	365.276	425.532	429.463	422.662	458.934	452.147
RENDA ESTATAL	Administração Pública	259.677	537.845	746.186	816.809	885.587	945.121	1.000.975	1.045.384	1.123.125	1.152.591
Total		1.661.981	3.302.836	4.553.762	4.972.735	5.155.601	5.419.823	5.671.925	6.011.148	6.369.754	6.440.761

Fonte: Ilaese

Dando prosseguimento à análise, novamente a inoperância do capital produtivo influencia centralmente no achatamento das taxas de lucro. Posto isto, as derivações desse fenômeno no campo financeiro são drásticas. Isso se dá pela relação entre superávit e déficit primário. Aqui entra o papel do serviço da dívida pública. Iniciaremos sua explicação pelo primeiro “lado da moeda” como demonstra a tabela 4.

Tabela 4 – Gasto público com o serviço da dívida externa

ANO	RECEITAS DA DÍVIDA (EM REAIS)				DESPESAS DA DÍVIDA (EM REAIS)				RESULTADO
	REFINANCIAMENTO	VENDE DE TÍTULOS	RECEITAS BC ETC.	TOTAL	REFINANCIAMENTO	JUROS E ENCARGOS	AMORTIZAÇÃO	TOTAL	
1994	34.432.729.000	10.376.866.879	13.093.185.943	57.902.781.821	34.432.729.000	9.832.613.044	26.251.886.440	70.517.228.483	-12.614.446.662
1995	86.842.944.000	20.043.922.000	6.029.263.660	112.916.129.660	86.842.944.000	16.766.164.599	9.029.736.210	112.638.844.810	277.284.850
1996	108.893.530.029	24.908.480.971	3.883.766.260	137.685.777.260	108.893.530.029	19.491.998.362	7.891.736.807	136.277.265.198	1.408.512.062
1997	131.745.622.480	94.806.127.520	4.146.977.006	230.698.727.006	134.572.521.245	21.033.226.435	13.266.550.989	168.872.298.669	61.826.428.337
1998	277.648.640.257	9.829.565.516	10.143.429.340	297.621.635.113	196.037.876.661	30.812.498.779	24.410.777.406	251.261.152.846	46.360.482.267
1999	349.954.602.184	86.979.892.000	17.509.136.224	454.443.630.408	268.031.566.808	45.355.563.793	27.180.920.637	340.568.051.239	113.875.579.169
2000	341.626.473.739	23.326.804.930	22.447.973.628	387.401.252.297	300.961.946.737	38.834.849.504	43.899.657.850	383.696.454.090	3.704.798.207
2001	238.126.267.712	55.568.226.000	28.352.375.000	322.046.868.712	220.045.653.847	52.816.427.962	54.635.703.961	327.497.785.770	-5.450.917.058
2002	240.411.929.871	45.167.905.103	78.125.165.743	363.705.000.717	235.831.063.145	55.260.683.322	68.961.278.952	360.053.025.419	3.651.975.298
2003	390.278.162.269	80.612.370.593	48.023.596.236	518.914.129.099	383.093.727.548	65.706.834.038	79.550.917.741	528.351.479.327	-9.437.350.228
2004	378.694.468.636	59.333.835.321	24.510.847.536	462.539.151.493	364.418.005.950	74.373.387.100	71.602.314.395	510.393.707.446	-47.854.555.953
2005	507.181.857.220	80.060.678.578	27.047.490.266	614.290.026.064	499.855.485.524	89.839.644.292	49.251.222.886	638.946.352.702	-24.656.326.638
2006	399.509.067.602	142.659.174.129	27.832.549.596	570.000.791.327	376.832.922.975	151.151.879.812	120.929.458.123	648.914.260.910	-78.913.469.584
2007	378.715.864.720	156.523.726.978	26.304.603.285	561.544.194.984	374.783.316.281	140.078.869.860	96.857.999.891	611.720.186.033	-50.175.991.049
2008	243.740.352.596	165.781.174.516	30.963.998.869	440.485.525.981	277.760.794.612	110.168.275.750	170.982.052.320	558.911.122.682	-118.425.596.702
2009	357.833.075.523	139.910.798.776	216.125.046.691	713.868.920.990	265.642.059.399	124.180.424.430	252.088.060.270	641.910.544.099	71.958.376.891
2010	371.529.955.070	130.494.045.519	52.180.458.193	554.204.458.782	373.437.619.888	122.018.856.730	139.911.720.500	635.368.197.118	-81.163.738.337
2011	472.339.492.208	94.201.984.871	58.846.845.709	625.388.322.788	479.367.849.200	131.036.556.540	97.628.347.270	708.032.753.010	-82.644.430.222
2012	376.744.177.605	174.699.178.830	196.481.556.725	747.924.913.160	298.989.692.010	134.079.856.060	319.952.229.730	753.021.777.800	-5.096.864.640
2013	418.543.079.145	90.450.885.424	90.872.420.586	599.866.385.155	459.032.941.630	141.691.425.500	117.705.634.110	718.430.001.240	-118.563.616.085
2014	555.008.029.024	272.902.694.498	86.141.866.599	914.052.590.121	616.818.085.590	170.350.506.800	190.752.271.760	977.920.864.150	-63.868.274.029
2015	775.511.499.681	252.169.728.700	252.226.718.652	1.279.907.947.033	571.898.174.228	208.362.694.170	181.970.549.822	962.231.418.220	317.676.528.813
2016	752.513.399.265	295.006.082.636	248.945.253.309	1.296.464.735.210	653.848.055.968	204.891.738.043	271.445.857.845	1.130.185.651.856	166.279.083.354
2017	506.272.950.081	442.880.840.535	101.236.302.832	1.050.390.093.447	462.632.657.650	203.109.395.198	320.376.374.352	986.118.427.200	64.271.666.247
2018	534.297.709.797	396.946.560.013	269.489.481.212	1.200.733.751.022	450.198.329.589	279.373.555.249	336.160.953.192	1.065.732.838.030	135.000.912.993
2019	374.944.543.597	598.979.259.062	135.385.575.294	1.109.309.377.953	476.775.244.774	285.094.343.406	275.694.121.156	1.037.563.709.336	71.745.668.617
2020	507.553.514.286	1.140.841.248.930	438.708.946.372	2.087.103.709.589	723.323.376.764	346.683.852.485	311.528.041.775	1.381.535.271.024	705.568.438.565

Fonte - Ilaease

Podemos apontar, então, que esse gráfico significa o quanto os gastos do governo que se dirigem ao pagamento da dívida pública tiveram um decréscimo drástico a partir de 2014.

Dessa maneira, o Estado passou a emitir títulos da dívida para preservar sua confiabilidade mercadológica, além de refinar os títulos que não conseguiu quitar. A derivação disso é que o capital financeiro privado assume o papel de comprador de títulos da dívida pública compondo juros vantajosos para si, o que torna ainda menos benéfico para esses agentes investirem no setor produtivo. O resultado disso é uma síntese composta por fechamentos de empresas, aumento do desemprego, aumento da dívida pública (pois o governo passa a vender títulos da dívida pública e não a comprá-los – o que diminuiria o serviço da dívida pública no desenvolvimento da economia nacional).

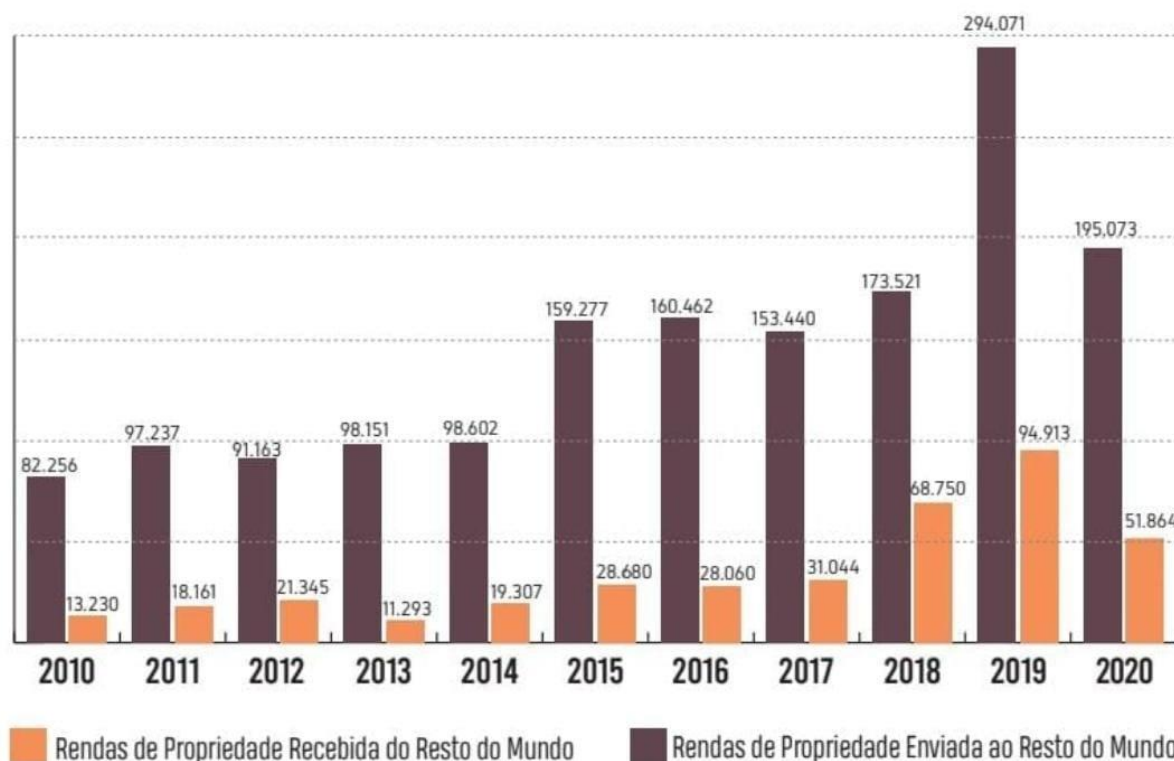
Importa-nos também citar que essa política superavitária é uma constante nos últimos governos brasileiros, inclusive os chamados “governos neodesenvolvimentistas” não romperam em nenhum momento com tal

direcionamento. Tal fato acabou por alimentar o lucro do setor bancário sobre o pretexto de trazer mais investimentos para o país, o que, como os números acima comprovam, nunca ocorreu de maneira a estabelecer uma maior autonomia para o Brasil com o fomento de uma indústria autônoma que promovesse geração de energia, criação de uma base tecnológica vanguardista, construção de vias, investimento em educação pública, criação de estrutura para navegação, realinhamento de trilhos, entre outros fatores. Aliás, sinalizamos já nesse primeiro momento os grandes espasmos pelo qual é constituído os nexos entre a formatação política e econômica no Brasil.

Busca-se formar força de trabalho de maneira a abastecer o setor produtivo (a educação profissional é paradigmática quanto a isso) à medida que o conjunto financeiro se torna cada vez mais dependente do capital externo, que não está interessado em expandir tal setor, mas em especular sobre a compra e venda de títulos da dívida pública (o aumento constante da taxa do Sistema Especial de Liberação e Custódia (Selic) é um exemplo disso no atual período). Sendo assim, com a liberação do Banco Central desses títulos em grande monta, o que acontece é o aumento das taxas de juros desses investimentos os tornando mais atraentes.

No fim, o que temos é o fomento de trabalhadores que são docilizados para alimentar um parque industrial caracterizado pela baixíssima produtividade, defasado e marginalizado, principalmente pelo próprio direcionamento econômico do governo, o que “endogenicamente” já esvaziaria o sentido de um paradigma educacional voltado à indústria já que o desenvolvimento seu desenvolvimento pouco interessa as elites políticas e econômicas. Essas extraem seus lucros, com menor esforço, do mercado financeiro. Adiante, retornaremos a essa contradição.

O outro lado da moeda é o papel do capital estrangeiro no desenvolvimento das atividades produtivas. É importante sinalizarmos que o modo como esse dado é informado no Brasil é uma camuflagem que obscurece um fato importantíssimo: muito embora as multinacionais tenham forte presença nas decisões estatais em todos os âmbitos (inclusive no educacional). Elas contribuem cada vez menos na valorização do capital nacional e isso é constatado no Gráfico 3 que demonstra a intensa fuga de capitais derivados das multinacionais do Brasil para o exterior (sendo em seus países de origem ou em paraísos fiscais). Em suma, o lucro que as mesmas obtêm no mercado nacional não é reinvestido no país.

Gráfico 2 - Quantitativo dos lucros aferidos no Brasil remetidos ao exterior

Fonte: Ilaese

As consequências derivadas dos elementos acima assinalados são para a classe trabalhadora desastrosas, pois o Estado burguês buscará reestabelecer suas finanças através do aumento da exploração do único elemento que agrega valor ao processo produtivo de mercadorias: a força de trabalho. Segundo Marx (2013), isso se dará através da redução da remuneração do trabalho, retirada de direitos objetivando atrair investimentos destinados ao capital produtivo e improdutivo.

Já dentro do campo político, o que temos é o discurso reformista que aponta para elementos abstratos e vagos como a falta de “vontade política”. Esse mesmo conjunto de argumentos também sinaliza para saídas equivocadas que tomam as causas da miséria como consequências da vontade individual dos trabalhadores dirigindo suas críticas a complexos que não assinalam para transformações radicais na sociabilidade vigente, mas a preservação dos mecanismos de dominação de classe como as reformas no campo educacional, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Essas medidas buscam responsabilizar o que se chama de sociedade civil pelas contradições insolúveis

(como demonstrado numericamente acima) da reprodução capitalista.

Especificamente no campo político, temos muitos desafios dentro do que se proclama de esquerda. A rápida ascensão do ultraliberalismo e sua inclinação a projetos de origem fascistas é uma delas. Nesse contexto, algumas alternativas estão sendo pensadas como a elaboração de uma “frente ampla” entre as correntes que alimentam projetos revolucionários e reformistas no Brasil.

Encaremos que essa tática da maneira que vem sendo imposta pelos partidos de centro, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), está fundada no desrespeito a qualquer identidade política de esquerda (especialmente revolucionária) e na homogeneização de programas antagônicos. Dessa maneira, muito embora a constituição de uma frente ampla seja algo relevante para o enfrentamento ao bolsonarismo, a face que essa assume na luta de classes no Brasil é uma panaceia sem nenhum objetivo contrário aos interesses do capital. Segundo Manoel (2021), a maneira como ela está sendo concretizada alimenta a responsabilização dos setores da esquerda indispostos a aderirem ao “reboquismo reformista” e que acabam por serem responsabilizados pelo avanço do bolsonarismo, afirmação irresponsável e covarde para com os partidos programaticamente socialistas.

É importante ressaltarmos também que as elites brasileiras contribuem (especialmente no momento atual) para a total degradação do nosso parco setor industrial. Tal fenômeno está se concretizando pela privatização de empresas estratégicas no que tange a geração de energia, de insumos a indústria de base. Exemplo: BR Distribuidora e Petrobrás (Manoel, 2021). Em âmbito mais profundo outras contrarreformas que alterariam centralmente a dinâmica administrativa e a autonomia do Estado brasileiro seria a gestão do Banco Central por organismos diretamente privados.

É nesse momento da história brasileira que o presente trabalho busca contribuir para instrumentalizar a classe trabalhadora sobre suas potencialidades emancipatórias, sobre a negação de falsas ideologias que buscam docilizá-las à exploração privada de elites que não possuem nenhum interesse coletivo e nacional. Sendo assim, a presente investigação busca desmistificar o argumento que esse grupo sempre procurou inculcar no seio da classe trabalhadora onde o melhor meio para existir é ser servil aos seus interesses, que seu enriquecimento corresponde ao

amadurecimento positivo de toda a sociedade. Mais ainda, que os complexos fundados pelo trabalho devem possuir ligação com essa dinâmica deletéria.

Esses argumentos são falaciosos (como demonstrado acima) pela própria natureza material onde eles se desenvolvem. A educação não pode ser promotora da justiça social pois o antagonismo é a base da reprodução do sistema produtivo capitalista e está ligada à contradição entre produção coletiva e apropriação privada da riqueza produzida. Se a educação atua na esfera da reprodução das relações sociais (enquanto teleologia secundária), como poderia ela solucionar contradições anteriores a seu próprio desenvolvimento?

Por fim, sinalizamos nesse preâmbulo que esse último complexo (a educação) está há muitas décadas sendo constantemente manipulada de maneira a promover estranhamento por formulações que não se dirigem a compreender as determinações da realidade, mas a transmitir uma compreensão parcial, fragmentada e derivada do pragmatismo positivista que visa normalizar as contradições derivadas da luta de classes. Afirmamos já nessa etapa que um dos “veículos da infantaria” capitalista nesse campo está na educação profissional é uma das manifestações particulares desse fenômeno no Brasil que buscamos elucidar na presente pesquisa.

Então posto que hoje temos uma leitura hegemônica dos fenômenos sociais, relevados em seu caráter isolado, como podemos construir metanarrativas que apontem o significado estrutural dos fenômenos sociais? Recompomos neste trabalho a discussão da centralidade do trabalho o afirmando como categoria central das relações sociais:

[...] o trabalho não apenas se manteve, como se mantém até hoje, como a base da sobrevivência humana, o ato primário e pressuposto de toda a nossa história. Assumindo novos papéis, não apenas na apropriação da natureza e no desenvolvimento de uma concepção racional sobre ela, o trabalho consolidou a cultura dos povos e a diferenciação política interna das comunidades, assumindo, por fim, no âmbito da sociedade atual, o papel central na constituição das classes sociais que a compõe, sendo que, no interior destas, está a base da formação da identidade de seus indivíduos (Pinto, 2013, p. 9).

Em nossa leitura, essa é a categoria chave para detectar a conexão entre o indivíduo e a sociedade, entre o homem e a máquina, entre a formação humana e a educação, entre o coletivo e o privado, entre o concreto e o abstrato. Ela permite que avancemos na crítica a construção de diversas questões: as modificações

macroeconômicas, as alterações ocorridas nos elementos dos processos de trabalho e a condição dos indivíduos perante tais movimentos. Sendo assim, podemos afirmar com Pinto (2013) que a tecnologia mundial se desenvolveu ampliando os níveis de produtividade e transformação social, mas que isso dialeticamente tornou a relação do homem com a esfera inorgânica, orgânica e social ainda mais predatória ampliando os níveis de exploração do homem pelo homem. O trabalho extrapola a atividade de venda da força de trabalho. Ele é um elemento de integração social para os sujeitos forjando diversos complexos como o da educação. A perda desse horizonte é que desaguou no estágio drástico em que a luta de classes se encontra hoje.

Nesse contexto, debater como esses elementos se processam no âmbito singular é fundamental para trazermos mais elementos comprobatórios da barbárie capitalista. No que tange a sua função psíquica, é pedra angular na constituição do sujeito e de sua rede de significados. Quando observamos o impacto disso na contemporaneidade vemos que:

No processo de homogeneização do sistema capitalista em nível global nos últimos 30 anos, as relações entre os países centrais e periféricos não têm mais permitido autonomia de decisão aos últimos, e não só em questões de soberania internacional, mas em assuntos internos como segurança alimentar e políticas de emprego, renda e educação. O Brasil é um exemplo junto à Argentina, México e outras nações atreladas em acordos com organismos financeiros ditos 'multilaterais' (Pinto, 2013, p. 8).

Aqui o capitalismo ameaça a condição que lhe dá a “própria vida”, que ele forjou no século XIX por ser seu único elemento concreto de sua valorização: o direito ao trabalho. Nos últimos decênios, a participação de trabalho vivo no processo produtivo diminuiu drasticamente: “Em 2010, 205 milhões de pessoas estavam em situação de desemprego, dessas, 38% eram jovens de 15 a 24 anos” (Pinto, 2013, p. 10). Também é importante salientar a precarização das condições de trabalho que caminha em consonância com a concentração de renda:

Em fevereiro de 2020, os mais ricos tinham 100% de suas fortunas. Em março, essa riqueza caiu para 70,3%, voltando aos 100% em novembro. Para se ter uma ideia da velocidade dessa recuperação, os mais ricos do planeta levaram cinco anos para recuperarem o que perderam durante a crise financeira de 2008. Em todo o mundo, os bilionários acumularam US\$ 3,9 trilhões entre 18 de março e 31 de dezembro de 2020 – a riqueza total deles hoje é de US\$ 11,95 trilhões, o equivalente ao que os governos do G20 gastaram para enfrentar a pandemia. Só os 10 maiores bilionários acumularam US\$ 540 bilhões nesse período (OXFAM).

“A OIT apontará, já em 2002, para 270 milhões de trabalhadores assalariados vitimados por acidentes de trabalho, dos quais dois milhões morreram” (Pinto, 2013, p. 11). Isso se constitui em uma agressiva queima de trabalho vivo, ou simplesmente em um genocídio sistêmico e amoral que promove o aumento e concentração do lucro privado. Esse é um fenômeno crônico, segundo Piketty (2014):

[...] a primeira regularidade observada quando se busca medir a desigualdade das rendas é que a desigualdade do capital é sempre mais forte do que a do trabalho. A distribuição da propriedade do capital e das rendas que dele provêm é sistematicamente mais concentrada do que a distribuição das rendas do trabalho [...] essa regularidade é encontrada em todos os países e em todas as épocas com dados disponíveis, sem exceção e sempre em grandes proporções. Apenas para destacar uma primeira ordem de grandeza, a participação dos 10% dos indivíduos que recebem as rendas do trabalho mais elevadas costuma ser de 25-30% do total das rendas do trabalho, enquanto a participação dos 10% dos indivíduos que detêm o patrimônio mais alto é superior a 50% do total da riqueza, chegando às vezes a 90% em algumas sociedades [...] ainda mais marcante, os 50% mais mal pagos recebem uma parte considerável do total de rendas do trabalho (geralmente entre um quarto e um terço, mais ou menos tanto quanto os 10% mais bem pagos), enquanto os 50% mais pobres em patrimônio não possuem nada – ou quase nada (sempre menos de 10% do patrimônio total e em geral menos de 5%, ou dez vezes menos do que os 10% mais ricos). A desigualdade em relação ao trabalho é com frequência mais suave, moderada e razoável [...] Já a desigualdade do capital é sempre extrema (p.239 - 240).

Muito embora o autor acima seja assumidamente um reformista ligado a preceitos programáticos burgueses, ele também é um pesquisador de prestígio no meio burguês contemporâneo e não camufla dados que revelam uma tendência identificada por Marx (2013) ainda no século XIX. Como os recursos do capitalista necessitam ser transformados em capital por meio de um processo específico (D-M-D) formando um grande patrimônio físico e monetário, é importante que ele detenha grande parcela de capital que é constantemente reinvestida em um movimento denominado “acumulação ampliada de capital”. Já ao trabalhador cabe dissipar sua renda no consumo de “bens de salário” (vestimenta, alimentos, entre outros) não o permitindo acumular nenhum recurso que possa ser investido em sua própria valorização. Esse processo é denominado por Marx (2013) de “circulação simples” (M-D-M). A desigualdade abissal gerada por esse fenômeno é algo constante.

Podemos identificar os resultados disso nos diversos complexos como a política, ciência, entre outros, todos eles objetivando formar “nichos” de influência burocrática, elitizar produção de saberes a pequenos grupos. No contexto do atual

trabalho optamos por restringir nossa análise aos padrões de “organização do trabalho” e sua influência no complexo da educação.

5.5 A atualidade do debate idortiano: elementos estruturantes

Aqui chegamos a um dos elementos que constituem a força motriz de nossa argumentação, pois, para detectarmos as implicações conjunturais de tais aspectos, necessitamos desenvolver uma categoria específica chamada “processos de trabalho”. Marx (2013), afirma que o desenvolvimento de qualquer intercâmbio objetivo do homem com a natureza possui substâncias específicas que o constituem. Todos esses elementos sofreram intensa modificação na modernidade. E, se não atentamos para o seu significado quantitativo e qualitativo, incorreremos em análises particularistas do real.

Essa discussão é relevante pois as ações do Idort buscavam intercambiar seus atos com o complexo educativo justamente por essa necessidade ontológica das operações físicas e mentais necessárias à objetivação do trabalho. É necessário “docilizar corpos”. É fundamental disputar consciências tornando-as mais acessíveis a paradigmas organizacionais do trabalho. Aqui a educação tem papel fundamental o Idort sempre assinalava que:

É possível perceber a preocupação existente com as escolas no sentido de fazer um levantamento das aptidões dos alunos, buscando orientá-los para as profissões existentes nas empresas, a partir da psicotécnica. Além da articulação entre o Idort e as escolas, buscando orientar para o ofício os filhos jovens dos trabalhadores, percebem-se também uma preocupação e uma crença incontestável na psicotécnica como método infalível de alocação de pessoas em determinadas funções (Batista, 2015, p. 121).

Sendo assim:

O instituto também propõe a colaboração na organização de cursos profissionalizantes, visando à racionalização do trabalho e à busca de métodos mais eficientes para a produção, a realização dos trabalhos e o estabelecimento de padrões e normas para a execução de funções (Batista, 2015, p. 122).

Fica clara a relação do Idort com o desenvolvimento dos processos de trabalho. Eles objetivavam uma melhor adaptação dos instrumentos de trabalho ao homem, uma melhor adaptação aos profissionais. Isso era processado pela repetição sistemática de operações elementares e a consequência aferição da

fadiga física e mental causada (Batista, 2015).

Dado o exposto até aqui, é importante situarmos historicamente alguns elementos fundamentais nos quais o Idort demarcava sua existência “substantiva” e relacioná-los ao complexo fundante do trabalho. Sendo assim, recorreremos à economia política marxista para determinar os elementos que alteraram o modo como as mudanças ocorridas no objeto de trabalho (anteriormente relacionada em grande medida a produtos da terra); aos meios de trabalho (anteriormente dissociada de maquinário industrial sofisticado) e ao próprio trabalho (o modo como a consciência processa os elementos envolvidos no exercício laboral).

Nesse contexto, no início do século XX uma experiência de organização dos processos de trabalho ganhava efetividade no setor produtivo capitalista. O denominado taylorismo penetrou efusivamente nas economias centrais revolucionando as linhas de produção fabris. Tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades laborais, a indústria capitalista incorporou os padrões de organização dos processos de trabalho como um importante meio de estudo das complexas interações sociais no mundo capitalista, essas trazidas pelo desenvolvimento de atividades técnicas (Pinto, 2013).

Fica claro nesse momento que o conhecimento elaborado das intencionalidades dos objetos do trabalho, assim como os meios para objetivação de determinado trabalho, passam a ser um instrumento de disputa entre as classes, pois constitui-se também em veículo de dominação e segregação do conhecimento. Aqui os princípios da organização do trabalho são elevados à categoria de matéria do conhecimento, a ser combatido, com efeito, na luta política entre os capitalistas e os trabalhadores.

Com a evolução dos sistemas de comércio e todo aparato institucional necessário a tal, vieram as exigências de precisão nos prazos e na qualidade dos produtos (com a competição por novos mercados se alastrando para além das necessidades locais). De modo que o conhecimento envolvido no âmbito da produção passou a ser assumido como prioridade estratégica pelos capitalistas empregadores. A luta pelo controle do trabalho humano saltou, então, para dentro dos processos de produção e aí instaurou, pelo menos até os dias atuais a clivagem não somente técnica mas também e sobretudo social do trabalho que destina aos trabalhadores direitos e deveres diversos em relação aos empregadores, no que tange ao planejamento, coordenação, controle e execução das atividades de trabalho (Pinto, 2013, p. 15).

Aqui buscamos atentar ao fato de como a divisão de classes é fator

determinante na divisão do trabalho, portanto nas competências requeridas para o desenvolvimento de determinada atividade. Uma observação crucial diante desse fato objetivo é que o conhecimento sobre os processos de trabalho dentro do contexto fetichista do capitalismo possui conotações distintas (muitas vezes antagônicas) para as principais classes adversárias para os trabalhadores tal conhecimento se constitui em um:

[...] meio de assegurar sua subsistência e, portanto, suas condições mínimas de saúde física e mental (além de direitos sociais, civis e políticos básicos, frente ao desemprego e à queda dos salários tornada crônica a partir de então); ao empresariado tal conhecimento tornou-se importante meio de controle social, econômico e político da classe trabalhadora, com o objetivo de manter em funcionamento o sistema de acumulação capitalista (Pinto, 2013, p. 14).

Tal mudança de perspectiva influencia fundamentalmente em como os membros de uma classe apreendem a função do trabalho em suas vidas.

Apesar disso, o trabalho como substrato da humanidade, quando se torna alienado no modo de produção capitalista, transmuta a livre autoatividade do trabalhador para um mero meio de subsistência física. Essa troca, por restringir o poder de criação do sujeito humano, como desvenda Marx (2015), apenas pode entregar ao trabalhador a sua mera animalidade, jamais a genericidade do humano. Isso ocorre porque a propriedade privada é baseada na estupidez da unilateralidade. Isto é: '[...] um objeto só é nosso se o tivermos, portanto se existir para nós como capital, ou se for imediatamente possuído, comido, bebido, trazido no corpo, habitado por nós etc.; em resumo, usado' (Marx, 2015; Santos; Amorim, 2021).

Mas é notório que estando em qualquer um dos extremos os sentidos do trabalho permanecem turvos. Posto esse panorama, a elaboração sobre os modos de organização do trabalho também segue o mesmo caminho de separação entre atividade intelectual (administração e gerência) e produção direta (ou execução); transformação das matérias-primas e insumos caminha de maneira estranhada, hierarquizada.

Como elementos históricos, é importante ressaltar que, junto à transição do capital concorrencial ao monopolista no fim do século XIX, o domínio sobre o trabalho se torna mais hostil pois a competição entre capitais privados atribui níveis de produtividade altíssimos. Sendo assim, a técnica dilatada pelos trabalhadores é ajustada ao desenvolvimento científico posto aos processos produtivos possibilitando sua crescente racionalização (Santos; Amorim, 2021). Aqui a organização do trabalho consolida-se como uma área específica do conhecimento passível de ser acumulada. Embora existam alguns, destacamos aqui um paradigma

de organização do trabalho específico: o taylorismo que se constituiu como importante método de organização produtiva fomentado constantemente ao longo do século XX, percorrendo a maior parte das cadeias produtivas.

Posto isto, a sua ligação ao desenvolvimento do capital monopolista é um fenômeno crucial no desenvolvimento do capitalismo nesse recorte histórico. As reverberações desse fenômeno no Brasil foram significativas.

No início do século XX, os industriais brasileiros admiravam as ideias de Taylor, porque entendiam que elas eram centrais para a consolidação de um projeto nacional, pois defendiam a racionalização como solução para uma série de problemas econômicos e sociais do país. Nessa época, deu-se o processo de constituição da base produtiva industrial, contribuindo para o surgimento de ideias relacionadas à organização da indústria nacional (Batista, 2015, p. 77-78).

No Brasil, esses industriais tiveram que enfrentar desafios específicos para modular seus interesses, especialmente porque os países dependentes alcançaram esse mesmo fenômeno de maneira tardia e particular por dois motivos de naturezas distintas, mas complementares. A primeira é de ordem econômica. O Brasil ocupava no início do século XX posição importante na produção de gêneros primários. Esse elemento era fundamental ao barateamento das mercadorias necessárias a reprodução da classe trabalhadora nos países centrais. E isso se dava, predominantemente, pela “superexploração” do trabalho nessas localidades, ou seja, pela compra de força de trabalho abaixo do valor mínimo a sua reprodução. Além disso, tal modulação era fortemente pressionada pela política orçamentária fundada no século anterior, que proporcionava frequentemente déficits no século XIX:

[...] o Brasil viverá em deficit orçamentário forçoso e permanente. Desde a transferência da corte em 1808, pelos anos afora, as contas públicas saldarse-ão cada ano, quase sem exceção, em débito [...] os empréstimos externos representam apenas alívio momentâneo: já vimos seus efeitos nocivos sobre o balanço externo de contas; eles não serão menos desfavoráveis com relação às finanças públicas, sobrecarregando-o em proporção crescente de compromissos que logo ultrapassam sua capacidade normal de pagamento. Em meados do século, o serviço das dívidas já absorvia quase 40% do total da receita. Cada qual destes expedientes terá suas consequências sobre que não é preciso insistir porque são as normais em casos semelhantes e já muito conhecidas: descrédito público, desvalorização da moeda, inflação, encarecimento da vida, etc. Todos eles, cada qual com sua quota própria, contribuirão para acentuar ainda mais e agravar o geral desequilíbrio e instabilidade da vida econômica do país (Prado Jr., 2011, p. 88).

O segundo motivo se dava por uma questão política, a burguesia

brasileira foi constituída por interesses alheios a sua nação, ou seja, ela não possuía nenhuma intenção em desenvolver os aspectos operacionais do capitalismo no mercado interno, sua reprodução e sobrevivência sempre esteve ligada ao atendimento de interesses externos. No caso latino-americano, a penetração de diretivas exteriores ao Brasil se dá anteriormente na vida econômica do continente, pois foi dos países centrais que “nossa américa” recebeu todos os favores e elementos constitutivos da sua personalidade nacional, por isso a dificuldade de estabelecer uma plataforma progressista. Ela própria já foi deturpada em seu nascimento. A unificação nacional derivou de uma necessidade do mercado, não do confronto de interesses de classes distintas. Prado Jr. (2014) aclara essa discussão:

[...] a saber, não apenas, como se deu na Ásia, apoiado simplesmente numa ligação exterior, isto é, na penetração de empresas e iniciativas econômicas do capital imperialista com a conivência de setores internos de fato desnacionalizados [...] Os países da América Latina sempre participaram, desde sua origem na descoberta e colonização por povos europeus, do mesmo sistema em que se constituíram as relações econômicas que, em última instância, foram dar origem ao imperialismo, a saber, o sistema do capitalismo [...] (p. 68-69).

Disso tiramos uma conclusão secundária que é muito importante ao desenvolvimento de nossa base argumentativa, a maturação do mercado interno não é relevante para o desenvolvimento do capitalismo nas economias dependentes. Mesmo que essa formatação sofra alterações, especialmente em intervalos específicos como o período entre guerras, majoritariamente a opção das elites brasileiras será desconsiderar a relevância do mercado interno optando pela realização das mercadorias produzidas em âmbito nacional no exterior através das exportações.

Quando retornamos aos acontecimentos econômico-políticos mais diretamente, observamos que, para suplantar o retrocesso da produção capitalista nacional, era necessário comprar maquinário industrial, para isso seria necessário arregimentar os trabalhadores brasileiros a um novo padrão de exploração que se opusessem aos métodos empíricos anárquicos de organização do trabalho permeados pela espontaneidade cotidiana. Isso estava expresso no discurso de fundação do Idort publicado no primeiro número da Revista Idort, especialmente no que tangia aos objetivos e finalidades dessa organização industrial (Batista, 2015) sendo eles: a organização de estudos sistemáticos sobre os “problemas do trabalho”; aplicação de métodos científicos a organização das ações do trabalhador

objetivando a extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa e, por fim, a cooperação entre as classes tendo como fim o desenvolvimento da indústria que geraria empregos, aumento do consumo por parte dos trabalhadores, entre outros. Assim a primeira constatação é a de que o Idort surge “[...] para difundir o projeto industrial no Brasil, sob a lógica racional do trabalho.” (*Id.*, *Ibid.*, p. 84). Nesse movimento é que podemos aferir com Batista (2015) que:

Após a década de 1920, as práticas e atividades racionalizadoras “invadiram” a vida social, reordenando espaços, redimensionando tempos e reorientando relacionamentos sociais, num processo que se estendeu até a década de 1960, quando outros problemas e questões deixaram à mostra as mesmas conflituosas e contraditórias faces do capitalismo dominante (Batista, 2015, p. 88).

Retornando à conjuntura da época, outra questão fundamental em ser notada, considerando o trabalho como elemento fundamente do comportamento dos seres, é que toda readequação produtiva necessita de uma reestruturação ao menos mínima e muitas vezes profunda dos elementos dos “processos de trabalho”. Aqui salientamos que o objeto de trabalho se desvinculava fortemente da terra e de seus gêneros (café, por exemplo), ela passava a ser uma mercadoria processada, industrializada. Somou-se a isso o vínculo à produção têxtil ocasionada pela carência da mercadoria no mercado mundial, motivada pela vinculação dos maiores produtores do mundo na Segunda Guerra Mundial, pois, em um conflito de tais proporções, os parques industriais das principais nações capitalistas estavam comprometidos com a produção bélica (Faoro *apud* Marini, 2000).

Quanto aos meios de trabalho, esses se desvinculavam de uma estrutura que exigia o emprego extenuante de força humana para o trato com maquinário elaborado. Se esses dois movimentos ocorriam, o terceiro elemento tinha que encontrar sintonia para que esse processo obtivesse êxito em sua objetivação, e para isso seria necessário criar um corpo institucional que viesse adestrar a consciência do operariado pois o que está em jogo é alterar a finalidade do próprio trabalho para o ser social.

Sendo assim, precisamos sinalizar que existia um paradigma que iria hegemonizar um “princípio de organização do trabalho” na primeira metade do século XX em um contexto de integração tecnológica mundial que acabou por ampliar o nível de transformação social e geral nos níveis de produtividade. Mas isso passou a conviver com seu oposto, sendo ela a relação com a natureza, que se

tornou ainda mais predatória, e onde a exploração do homem pelo homem também se ampliou (Pinto, 2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM INTENSO CAMINHO DE VOLTA!

“E vamos terminar inventando uma nova canção.
Nem que seja uma outra versão, pra tentar
entender que acabou”

(Paulinho Moska).

Em letras finais, nesta última seção do presente trabalho de tese procuramos estabelecer através de uma compreensão fundada em princípios derivados da ontologia marxista, da economia política dependentista e da historiografia brasileira uma crítica à educação profissional enquanto paradigma educacional de formação da classe trabalhadora no Brasil. Dito isso, afirmamos que o processo de industrialização vivenciado pelo país, com efeito na primeira metade do século XX, trouxe elementos conjunturais novos que se aglutinaram a antigas características da sociedade nacional. A relação total estabelecida pela dinâmica entre essas variáveis durante o recorte temporal das décadas de 1930 à 1950 direcionou-se a avanços e retrocessos político institucionais no que corresponde a administração das contradições derivadas do aprofundamento capitalista, complexos da vida social outrora marginais em âmbito governamental ganharam atenção especial. Isso se deu porque o capitalismo industrial requer uma estrutura “sociometabólica” mínima para se reproduzir. É nesse sentido que educação profissional soerguerá um debate intenso sobre a instrução da classe trabalhadora urbana, fabril e assalariada.

O primeiro ponto a ressaltarmos em domínio conclusivo deriva da unidade mínima do capitalismo: a mercadoria (Marx, 2013). Sendo esse o princípio norteador das relações fetichizadas capitalistas, é consequente que, genericamente, a base teleológica sobre a qual as relações sociais se alicerçam se localizam tendo como referência um ponto alienante: a mercadoria. Põe-se, assim, o primeiro artifício degenerativo das construções humanas. Isso porque o trabalho no regime de produção capitalista está subsumido a uma lógica específica: o “tempo de trabalho necessário”, ou, em outras palavras, o trabalho medido no tempo (Marx, 2013). Sendo assim, as duas dimensões mensuráveis na produção de qualquer riqueza social (qualidade e quantidade) são transformadas em um adjetivo que sintetiza a utilidade do trabalhador para a reprodução do capital: extração de força de trabalho. É nesse sentido que a qualidade trabalho não é tomada como elemento social

fundante. É o valor mercadológico que importa. As derivações dessa premissa são infindáveis.

Em nossa pesquisa, tomamos as suas reverberações no campo da educação da classe trabalhadora. Posto isto, as classes sociais e as frações de classe dominantes no Brasil iniciaram a construção de um “complexo institucional” que oxigenasse essa lógica de maneira fluida no campo educacional, com padrões efetivos de assimilação coletiva. Foi tendo essa necessidade como motivação que a nascente burguesia industrial paulistana criou o Idort. As suas iniciativas se destinaram a uma compreensão do trabalhador com respeito ao fundamento essencial de reprodução da sociedade industrial no atrasado capitalismo brasileiro, a formação de força de trabalho docilizada ao domínio e trato com maquinário; e nesse sentido se preocupou também em elaborar mecanismos sistêmicos que camuflasse o posicionamento do homem nessa relação. Assimilando essa premissa, o Estado não se movimentou a concretizar padrões de formação humana voltados para a maturação de uma consciência correta dos determinantes históricos da realidade, mas se dirigiu à perpetuação de relações sociais mercantis como o capitalismo lhe exigia.

Assim se deu a incorporação de paradigmas teóricos importados de realidades industriais desenvolvidas, como a norte-americana e a conjuntura nacional. O taylorismo refletiu a partir dos anos 1930 uma totalidade objetivada de uma realidade nacional fundada em uma burguesia desnacionalizada afeita a penetração de proposições estrangeiras (econômica e intelectualmente). A urgência em organizar e disciplinar uma classe trabalhadora pronta a ser explorada sobre inéditos padrões de produtividade industrial. Uma organização estatal que ampliasse a expansão do perímetro urbano e da infraestrutura necessária a manutenção das cidades. Uma estratificação da classe trabalhadora orientada por princípios individualistas da meritocracia e da competitividade. Por fim, uma proposta educacional que aglutinasse todos esses elementos em uma orientação pedagógica efetivamente concisa e ágil na construção de uma plataforma ativa de atividades e ações de formação (intelectual e física) aligeirada da classe trabalhadora. Isso contribuiu em grande monta para a perpetuação de uma leitura pragmática e utilitarista dos processos de formação no Brasil.

Disso derivamos o ponto: dentro de um plano de atividades com um

paradigma organizacional já definido (o taylorismo), era também necessária no âmbito educacional a presença de um referencial que compartilhasse o mesmo sentido ontológico. Estava posta a função social do espraio da educação profissional. Em nosso percurso detectamos que o Idort foi um dos principais vetores de divulgação dessa modalidade de ensino nos campos institucionais. Não necessariamente em uma proposição definitiva, mas em inculcar ontologicamente sua intencionalidade no ambiente industrial daqueles dias. A educação profissional não poderia ter ganhado tamanho circuito se não houvesse articulado o elemento humano, a força de trabalho necessária a atuar na esfera da reprodução.

Sintetizamos assim o caminho detectado em nossa pesquisa. Fatores conjunturais como as duas Grandes Guerras Mundiais realinharam a produção de mercadorias no âmbito global. Desta feita, o Brasil se viu estimulado a produção industrial de mercadorias com as quais não possuía experiência (os processos de industrialização do país sempre foram espasmódicos e descontínuos). Dentro dessa conjuntura, setores desnacionalizados da burguesia nacional viram na excitação promovida pela penetração de capitais externos na economia nacional a oportunidade de encabeçar uma reformulação da estrutura produtiva interna do país.

Sendo assim, duas vias energéticas necessitariam ser mobilizadas. A primeira se dirigia ao elemento humano, a força motriz de estímulo, a construção de uma proposta interventiva lógica. Daí inicia-se efetivamente a aproximação da burguesia industrial paulistana a um grupo de intelectuais que ainda se encontravam dissipados territorial e profissionalmente. O Idort teve essa função fundamental de aglutinar em um espaço ou programa estudiosos que possuíam similaridades em suas propostas investigativas e interventivas. Parceiras como a de Lourenço Filho e Fernando de Azevedo foram paradigmáticas quando ao sucesso dessa proposta (ao menos em um período localizado da histórica nacional).

Em plano inicial, os Idortianos possuíam consenso quanto à necessidade de adequação dos processos de trabalho aos padrões de produtividade já estabelecidos pelas economias centrais. É nesse ponto que os princípios de organização de trabalho tayloristas foram estimulados pelo instituto no Brasil. Por meio de ações de promoção de cursos de longa e curta duração como o de Relações humanas no ambiente de trabalho (Batista, 2015) buscou-se interferir sistemática e paulatinamente nos mais diversos campos da vida do trabalhador

impregnando na consciência desses o discurso da colaboração entre as classes como veículo de efetivação do progresso social.

Assim, o complexo da ciência (componente imprescindível do complexo educativo) como claro agente “desantropomorfizador” se apresenta como um instrumento de propagação da racionalidade capitalista fetichizada. No caso da educação profissional (conteúdo de suas ações) isso transpassa diversas variantes, em parte porque a apreensão dos determinantes da realidade não é atribuída ao desenvolvimento pleno das faculdades do ser. Ao contrário, são destinados a plena socialização da mercadoria.

Ressaltamos em perspectiva conclusiva o papel efetivo que a nascente burguesia industrial brasileira teve nesse período. Ela capitalizou relações de trabalho ainda “coloniais” em muitos aspectos, atribuindo uma característica impessoal muito comum nas sociedades mercantis modernas. Por isso a burguesia é uma classe revolucionária por princípio, ela necessita alterar profunda e constantemente as bases sobre as quais baseia suas relações de produção (Marx, 2013). Isso implica não só na alteração da natureza “externa” ao homem (criação de máquinas, cidades, meios de comunicação, entre outros), mas na mudança de suas estruturas ideológicas, psíquicas para a simultânea ou consecutiva (ou ambas) alteração de seus fundamentos políticos. Posto isto, percebemos que a categoria central do capital: a mercadoria necessitar ser introjetada em cada trabalhador como sua razão existencial. O Idort foi peça ativa na elaboração e execução dessa tarefa nas décadas de 1930 e 1950 (especialmente nos territórios comprometidos com a industrialização de sua produção).

Outro ponto conclusivo seria a ampliação dos processos de alienação, as consequências disso são diversas. Um fato que necessita ser ressaltado é a perda de referência de qualquer estrutura identitária que as classes possam ter. Os sujeitos se movem coletivamente na sociedade sem apreender qual a razão (portanto o lugar) que eles ocupam nessa coletividade e sem poderem decidir logicamente onde eles seriam mais relevantes nela segundo a interposição de seus interesses individuais e coletivos. O esvaziamento desse espaço, promovido pela própria sociabilidade capitalista de maneira intencional através do Estado é reapropriada por ela própria, agora sobre a lógica mercantil (Althusser, 2007). No fim, para o trabalhador sua existência passa a ser externa a ele! O que a alimenta é

o interesse de outro indivíduo (em geral de uma classe antagônica) que não nutre nenhum real interesse pelo seu bem-estar.

Aqui chegamos a um dos marcos finais de nossa pesquisa, esse fenômeno se aprofundou no Brasil (1930-1950), desde micro-relações até estruturas relevantes à coletividade. O trabalho em sua perspectiva ontológica, tomado como a relação do homem com a natureza universalmente necessária à criação da existência do primeiro sofreu uma alteração aguda no Brasil na primeira metade do século XX. Mesmo no capitalismo industrial a característica ontológica de o trabalho nunca se esgotar em si mesmo gerando continuamente uma dinâmica singular entre criar e recriar a satisfação de carências e necessidades não pode ser destruída, mas pode ser reinstrumentalizada por diversos mecanismos como “a subsunção real do trabalho ao capital” fortemente condicionada pelo desenvolvimento tecnológico e pela generalização da extração de mais-valia (Marx, 2013). Implica dizer que o homem tem apartado de si os meios de produção, aquilo que é essencial a realização de sua existência (Zeferino, 2017).

Posto isto, afirmamos que o Idort tinha uma pretensão central: alterar a relação do homem com sua própria produção, ou seja, com toda a natureza a qual os homens operam (o que dialeticamente incorpora a mudança do próprio homem). A maneira como promoviam esse intento era objetiva. Ao modificar o modo como os processos de trabalho se organizavam, diversas alterações nas cadeias produtivas de relações sociais eram invariavelmente processadas. Se o regime de organização do trabalho fabril exigia (para a recomposição dos padrões de lucratividade capitalista) um operário docilizado à relação temporal com a máquina em âmbito restrito, o comportamento humano necessitaria ser artificialmente alterado em sua essência, e o Idort teve esse papel, por meio da instrumentalização sistêmica e formal cristalizada pelo taylorismo, constituiu-se em instrumento replicante desse no Brasil e influenciou uma modalidade de ensino pautada pelo pragmatismo, tecnicismo e sectarismo, ou seja, pela educação profissional. Tributária da mesma razão ontológica, essa se perpetuou ao longo dos anos na referência (de formação intelectual) para o trabalhador relevante e importante do ponto de vista social e pelos padrões burgueses hegemonicamente impostos e coletivamente aceitos.

Tendo esse conjunto conclusivo como norte, observamos que o Idort incorporou as diretivas impostas pelos conglomerados capitalistas internacionais à

realidade brasileira, mas salientamos que isso ocorreu de maneira *sui generis* pois essas ordens se juntaram a uma cultura escravista (o que implica dizer que o homem é o próprio meio de produção), a uma economia fortemente dependente de incentivos externos a ela (o que favoreceria a formação de um pensamento científico largamente colonizado), provando que a apropriação do conhecimento como mercadoria na era dos monopólios sempre tangeu o Brasil a uma posição periférica, submissa.

No fim, inferimos que o resultado da articulação desses fatores foi ainda mais nocivo à classe trabalhadora, pois a incorporação de um regime industrial de produção correspondeu rigorosamente ao aumento de sua exploração e a continuidade de seus padrões rebaixados de consumo, esse é um elemento central para a apreensão da maneira como o capitalismo se realizou no Brasil daqueles anos. A particularidade do capitalismo brasileiro repousava sobre diversas contradições. Muito embora o contexto histórico da primeira metade do século XX revele um país eminentemente rural e com um contingente populacional gigantesco de analfabetos (o que impediria o impacto em grande monta da comunicação escrita), temos que pensar a complexidade exigida pela indústria moderna. Ela cria profissionais especializados em reproduzir reflexos e valores (em especial no ambiente de trabalho).

No âmbito taylorista vimos que a efetivação de funções (inclusive as intelectuais) se deu por processos simplórios. Somado a isso, vimos que o Estado brasileiro costumava efetivar grandes mudanças por meio de acordos “pelo alto”, sem a participação da população. A somatória dessas características aliada a complexa divisão social do trabalho que a modernidade exige foram força motriz para o espraio do ideário taylorista onde quer que a divisão internacional do trabalho impusesse a necessidade de meios de produção industriais. Esse fato se constituiu como importante método de organização produtiva fomentando constantemente ao longo do século XX intensas alterações no complexo educativo.

Nesse sentido, a burguesia industrial assumiu e colocou em curso através da ação de sua vanguarda não só um projeto de formação da classe trabalhadora do “chão da fábrica”, mas de trabalhadores especializados preocupados com a constituição de um padrão ético de reprodução dos valores burgueses em sua era monopólica. Nesse sentido é que os registros escritos ganham fluidez na divulgação

do ideário industrialista. Foi no período de grande circulação das publicações idortianas que marcos regulatórios do sistema educacional formal foram efetivados como as Leis Orgânicas da Educação nos anos 1940; o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) que tinha em Roberto Mange (um dos intelectuais orgânicos do Idort) o seu fundador. Em outras palavras, mesmo que um trabalhador não tivesse contato direto com uma publicação idortiana pelas circunstâncias materiais do período, a instituição que os formava era orientada pelas diretivas contidas na publicação. Essa elaboração, muito embora tenha alcançado sofisticação somente nos anos 1940, pode ser mapeada ao longo do século XX e mesmo antes da Revolução de 1930 já podemos dizer que as realizações de intelectuais como Roberto Simonsen e Lourenço Filho tangenciaram iniciativas estatais importantes como a institucionalização da obrigatoriedade do ensino profissional em 1927.

Colocada essa última questão, o Idort é fruto de um contexto de mudanças na sociedade brasileira, da readequação das contradições entre o urbano e o rural. Do trabalhador da terra e do trabalhador da fábrica. As ações idortianas, muito embora tenham se ampliado posteriormente, acabaram por serem cristalizadas pela preocupação com o desenvolvimento da produtividade industrial. Essa sofisticação dos meios de produção objetivava a produção de uma mais-valia relativa (outrora incipiente pelo estágio primário das forças produtivas no Brasil), mas não esquecendo de combiná-la com a produção de mais-valia absoluta (o que caracteriza em nossa leitura o “taylorismo brasileiro”). Quando superamos a separação formal dos complexos da política, da educação e do trabalho conseguimos enxergar essa combinação de formas de exploração.

Em última instância conclusiva, também afirmamos a educação profissional como uma das objetivações mais significativas do domínio classista de processos “desantropomorfizadores” como instrumento de dominação de classe. No estágio avançado de maturação das forças produtivas trazidas pela Revolução Industrial houve a tomada do complexo educativo e suas processualidades pelo “aburguesamento” da racionalidade mercantil nesses espaços. Dessa maneira, a escola (de maneira genérica) acabou por se tornar um espaço de reprodução de relações fetichizadas pela lógica mercantil.

Em uma, sociedade organizada pela produção industrial moderna onde o

objetivo é produzir riquezas em um menor tempo, a técnica tem participação central em “tonar úteis legalidades naturais”. Então a escola, enquanto espaço formativo da classe trabalhadora, ocupar-se-á dessa tarefa; contribuir da maneira mais rápida e rasteira para o domínio pragmático de uma técnica vetorizada a uma faceta do mercado capitalista. No fim, a técnica assume uma característica manipulatória.

Salientamos, por fim, que esse movimento não é linear, unívoco e os complexos da vida social existentes não estão fadados a se reproduzir sobre a mesma precisa lógica sempre. Inclusive internamente podem soerguer condições contrárias à sua diretriz política hegemônica.

Disso podemos ponderar que o complexo econômico pode exigir parâmetros específicos para a sua reprodução, no entanto, ao ajudar a compor outros complexos necessários à sua sustentação, esses últimos podem angariar autonomia (Lukács, 2018). Encontra-se, aqui, a possibilidade revolucionária apresentada à classe trabalhadora, também a motivação coletiva de escrita do presente trabalho de tese.

Essas questões, postas em dimensão macrocósmica, apontam para diversas direções, aqui temos que nos deter ao Brasil do século XX (na sua primeira metade) onde o complexo econômico passava por significativas alterações, como a necessidade de produção de mão de obra qualificada gerada no mercado internacional e a entrada do país nessa disputa por consumidores. A formação de uma burguesia urbana e industrial financiada por forças estrangeiras gerou uma nova configuração classista. Além disso, do surgimento de uma classe trabalhadora com características inéditas naquele momento, pois os padrões formativos exigidos ao trato com maquinário eram incipientes no Brasil da década de 1930, também se constitui uma força presente na configuração socioeconômica da época.

É assim que a educação profissional se introjeta na sociedade brasileira de maneira nunca antes vista, pois agora existe uma necessidade alinhada intimamente ao desenho do sistema produtivo contemporâneo. É sobre as bases mercadológicas da acumulação privada que a educação profissional encontrará seus agentes motivadores, esse é um pressuposto central de nossas conclusões. A educação profissional caminhou nesse período com o argumento de espriar conhecimento aos trabalhadores, mas esse domínio sobre os determinantes históricos da realidade se restringiu a uma parcial compreensão dos processos que

erguem o complexo fundante do trabalho. Esse conhecimento, do ponto de vista ontológico, não lhes apresentou a totalidade de determinantes necessários à sua formação enquanto gênero humano.

O devir do trabalho é o pleno exercício das capacidades físicas e intelectuais dos seres, é a liberdade de exercício dessa capacidade que promove as condições materiais de realização do ser social em sua totalidade. Ocorre que em uma sociedade fragmentada pela divisão em classes sociais, as posições teleológicas se colocam em disputa pela oposição mistificadora do discurso da escassez onde os recursos necessitam ser disputados pelos trabalhadores, colocando-os em necessária posição de oposição enquanto competidores que disputam a oportunidade de vender sua força de trabalho no mercado. A alienação entre os indivíduos os isola à medida em que fragilizam todas as conexões essencialmente humanas do ser social.

É nesse sentido que podemos perceber em nossa investigação que os pressupostos materiais se alinham aos ideais como unidade contraditória, nunca separáveis em seu movimento. Uma compreensão pragmática desse pressuposto deságua em uma mecanicidade prejudicial a descoberta de caminhos de transformação a uma sociedade baseada na lógica mercadológica. O ideal é confundido com a propriedade intangível dos objetos e o material com a propriedade tangível das objetivações presentes no real.

Essa apreensão tem por critério falsear a construção de uma consciência efetiva sobre o real à medida em que transforma seus determinantes em compostos de determinação do objeto, não do ser. Além disso, o próprio objeto é fetichizado, ele não é visto como um ser, mas como uma propriedade privada que provem uma certa qualidade ao ser. Ou seja, no fim, o capitalismo inverte as relações ontológicas mais basilares, é o objeto que atribui qualidades ao ser social, e é no sentido de propriedade que esse movimento se realiza.

Posto isto, concluímos que o papel do Idort foi extremamente nocivo para a reprodução autônoma da classe trabalhadora brasileira no período de 1930 à 1950. Nesse recorte temporal, o que observamos foi a ascensão de regimes totalitários fundados no populismo varguista (Estado Novo) apoiado por intelectuais como Fernando de Azevedo (Idortiano). Um rígido controle da classe trabalhadora conduzido em espaços públicos e no âmbito de foro íntimo que se não constrangiam

o trabalhador de pronto. Sinalizava para a sua submissão aos ditames da reprodução capitalista conduzido por um projeto de nação desnacionalizado.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo dependente e relações de poder no Brasil. 1889-1930 – 1.ed.-** São Paulo. Expressão Popular. 2012.

ALTHUSSER, Louis. **Política e história, de Maquiavel a Marx: curso ministrado na École Normale Supérieure de 1955 a 1972**; tradução Ivone C. Benedetti. – São Paulo: WMF. Martins Fontes, 2007.

ALVES, Giovanni. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho.** 2. ed. Editora Londrina: Práxis, 2007.

AMARAL, George. **A Educação Profissional e o Ensino Médio no Brasil: meandros, contradições e descaminhos da proposta de integração no Ceará.** Marília, 2020.

ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exporação. v. 1, no 02, setembro, 2019
São Paulo: ILAESE, 2019.

ANUÁRIO Estatístico do ILAESE: trabalho & exploração. v. 1, nº 03, outubro, 2021
São Paulo: ILAESE, 2021

ANTONACCI, Maria Antonieta Martines. **Institucionalizar Ciência e Tecnologia: em torno da fundação do Idort. São Paulo (1918 – 1931).** In: Revista Brasileira de História. São Paulo. V. 7, nº 14. 1987.

ANTUNES, Ricardo L. C. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. Ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARAN, Paul. SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista: Ensaio Sobre a Ordem Econômica e Social Americana.** 2º ed. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1974.

BATISTA, Eraldo Leme. **Trabalho e educação profissional nas décadas de 1930 e 1940 no Brasil: análise do pensamento e das ações do Idort.** – Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

BATISTA, Eraldo Leme. **O INSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO RACIONAL DO TRABALHO (IDORT) COMO INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940 NO BRASIL.** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 63, p. 33-44, jun 2015.

BATISTA, Eraldo Leme. LIMA, Marcos Roberto. **TRABALHO, EDUCAÇÃO E HEGEMONIA NOS ANOS 1930 E 1940 NO BRASIL ANÁLISE A PARTIR DO IDORT.** In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, número especial, p. 114-130, ago. 2010.

CAMARGOS, Filipe Pêgo Camargos. **Ensino profissional brasileiro: a proposta de roberto mange comparada a aspectos do projeto educativo de Antônio Gramsci**. In: I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE. Curitiba – PA. 2011.

CORREIA, Telma de Barros. ALMEIDA, Ciliane Christie Oliveira de. **Habitação econômica no Brasil: o Idort e sua Revista (1932 – 1960)**. In: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2013.

CUNHA, Luis Antônio. **O ensino industrial-manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, núm. 14, mai-ago. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Rio de Janeiro. Brasil, 2000.

DOS SANTOS JÚNIOR, Donarte Nunes. LAHM, Regis Alexandre. **A Tecnologia: Algumas Reflexões Socioespaço-Temporais**. In: Revista Para Onde? v. 2 n. 2 ano: 2008.

DOS SANTOS, Theotonio. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Obras escolhidas. V.1. Florianópolis: Insular. Reedição ampl. e atual, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. Tradução: B.A. Schumann. São Paulo. Boitempo. 2010.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. – 5.ed. São Paulo: Globo. 2006.

GORENDER (2014). **Combate nas Trevas**. – [5. Ed.] ver. e ampl. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular, 2014.

HOBBSBAWM, Eric. **Era das Revoluções**. Europa 1789 – 1848, tradução de Maria Tereza Lopez Teixeira e Marcos Penchel. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977. Reimpressão, 2008.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A. Rio de Janeiro, 1986.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. – 4 ed.- São Paulo. Cortez: 2010.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense. 2004.

LESSA, Sergio. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 4. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

LUKÁCS, György, 1885-1971 **Prolegômenos para uma ontologia do ser social : questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível** / György Lukács ; tradução de Lya Luft e Rodnei Nascimento ; supervisão editorial de Ester Vaisman. - São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, Georg. **Para uma ontologia do ser social** volume 14/ Georg Lukács ; [traduzido por Sergio Lessa e revisado por Mariana Andrade]. – Maceió : Coletivo Veredas, 2018.

_____. **Para uma ontologia do ser social II**; tradução Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo: Boitempo, 2013.

MANOEL, Jones. **Três notas sobre a luta política no Brasil**. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/09/03/tres-notas-sobre-a-luta-politica-no-brasil/> Acesso em 03/04/22.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ ozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.

_____. **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. Roberta Traspadini e João Pedro Stédile (org.) – 2 ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Subdesenvolvimento e revolução**. – 1ed. – Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. – São Paulo: Boitempo. 2013.

_____. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**/Karl Marx; supervisão editorial de Mario Duayer: Tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alica Helga Werner e Rudiger Hoffman). – São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. Marx, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx ; [tradução e notas Nélio Schneider ; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**; tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. 1 ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, José Damiro de. **Noemy Rudolfer e a organização da escola e do mundo**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 485-497, abr./jun. 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. – 2º ed. – Cortez. São Paulo. 1996.

OXFAM BRASIL. **Pandemia e desigualdades: super-ricos recuperam perdas em tempo recorde, os mais pobres terão que esperar mais de uma década**. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/publicacao/pandemia-e-desigualdades/> Acesso em: 12/04/2022.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XX**: tradução Monica Baumgarren de Bolle. – 1º ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRADO Jr., Caio. **A Revolução Brasileira; A Questão Agrária no Brasil.** – 1. Ed.- São Paulo: Companhia das Letras. 2014.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.** – 1.ed.- São Paulo. Companhia das Letras. 2011.

REIS FILHO, Daniel Aarão. SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da revolução: documentos políticos das organizações de esquerda dos anos 1961 - 1971.** – 2º ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SANTOS, José Deribaldo Gomes dos; AMORIM, Gorete. **Profissionalização e escola capitalista: formação para a adaptação.** In: Educação profissional no Brasil do século XXI : políticas, críticas e perspectivas : vol. 1 / José Deribaldo Gomes dos Santos, Domingos Leite Lima Filho, Henrique Tahan Novaes (organizadores). – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e Profissionalização Profissionalizante. Crítica à integração da escola com o mercado.** São Paulo. Instituto Lukács. 2017.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Dermeval Saviani. - 3. ed. rev. 1 reimpr. - Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Desenvolvimento brasileiro e luta cultural nacional.** – 2. Ed. Jundiaí (SP). Paco Ditorial, 2019.

SOBRAL, Karine Martins. **A natureza onto-histórica do princípio educativo: uma análise com base nas contribuições de Gramsci e Lukács** / Karine Martins Sobral. - 2021. Tese (DOUTORADO ACADÊMICO) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Curso de Programa de Pós-graduação Em Educação – Doutorado Acadêmico, Fortaleza, 2021. Orientação: Prof. Pós-Dr. Jose Deribaldo Gomes dos Santos.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica.** Tradução de Arlindo Vieira Ramos. – 8 ed. – São Paulo: Atlas, 1990.

TONET, I. **Educação e Formação Humana. Ideação (Cascavel),** v.8, p. 9-22, 2006.

_____. **Método científico : uma abordagem ontológica** /Ivo Tonet. – São Paulo : Instituto Lukács, 2013.

ZEFERINO, Bárbara Cristhinny Gomes. **Subsunção do trabalho ao capital: entraves para a emancipação do trabalho.** Revista eletrônica arma da crítica, número 8/outubro, 2017.